



Reportagem

Voluntariado contábil abre portas para o controle de gastos

Artigos abordam importantes temas para a profissão

PALAVRA DO PRESIDENTE

Neste ano que se inicia, quero, primeiramente, reforçar e agradecer a parceria de todos os envolvidos que trabalharam e têm trabalhado para que este importante veículo de comunicação continue a se destacar como uma valiosa ferramenta de pesquisa para estudantes e profissionais da contabilidade.

Como parte permanente deste periódico, os artigos publicados a cada edição evidenciam o alto nível intelectual dos pesquisadores, bem como a competência do Conselho Editorial, que seleciona os melhores estudos técnico-científicos relacionados à moderna Contabilidade.

Além dos artigos, a RBC tem publicado reportagens e entrevistas, que trazem para o público leitor temas de grande relevância, que influenciam diretamente o trabalho dos profissionais da contabilidade e que interessam a sociedade.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vem, ao longo dos anos, elaborando programas com reflexo direto na vida do cidadão, como é o caso do subprograma de Educação Financeira, mantido pelo Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC).

Constituído por 8 mil voluntários, o PVCC tem o objetivo de sensibilizar os profissionais da contabilidade sobre a importância do voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O Brasil encerrou o ano de 2018, segundo dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção do Crédito (Serasa), com aproximadamente 62,6 milhões de brasileiros com restrições de crédito por endividamento. Os prin-

Divulgação CFC



Zulmir Ivânio Breda
Presidente do CFC

cipais vilões para esse aumento de devedores foram o cartão de crédito e o cheque especial, com juros que ultrapassam 300% ao ano.

Um dos objetivos do subprograma de Educação Financeira é orientar a sociedade no sentido de como fazer a correta administração das finanças pessoais e, também, como utilizar de forma correta o cartão de crédito e o cheque especial. E a iniciativa tem dado certo.

Na reportagem a seguir, saiba como a prática do voluntariado tem ajudado várias famílias a saírem do vermelho e terem uma vida financeira saudável. E tudo isso com a ajuda de um contador.

Boa leitura.



REPORTAGEM

Voluntariado contábil abre portas para o controle de gastos

Por Fabrício Santos

O Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), criado pelo CFC conta, atualmente, com aproximadamente 8 mil contadores voluntários em todo o país. O PVCC é dividido em quatro subprogramas e um deles é o de Educação Financeira, que, com a ajuda de contadores, orienta o cidadão a manter o controle de suas contas.

Todo início de ano a história se repete: milhões de brasileiros começam o mês de janeiro com as contas no vermelho. E esse número só aumenta. Dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) apontam que o país encerrou o ano com alta de 4,41%, o maior crescimento para os meses de dezembro desde 2012, levando o Brasil a atingir a marca de 62,6 milhões de consumidores com o CPF negativado.

E motivos que levam essas pessoas a comporem a lista de devedores não faltam, a exemplo da alta taxa de desemprego, que no final de 2018, passou dos 12 milhões de desempregados. Os grandes vilões? O cartão de crédito, o cheque especial e a ausência de um orçamento familiar. "Organizar as contas de casa exige cuidado e atenção", avisa o conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), contador Elias Dib Caddah Neto.

Caddah, que também é o coordenador nacional do Programa

de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), diz que os contadores têm orientado, por meio do subprograma Educação Financeira – que faz parte da pasta do PVCC –, famílias a reduzirem gastos desnecessários para que possam melhor administrar suas finanças pessoais.

O PVCC, criado pelo CFC há mais de dez anos, tem como premissa sensibilizar os contadores sobre a importância das ações de voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Para fomentar as atividades dessa natureza, foi criado o subprograma Orçamento Familiar, que, no final de 2018, passou a se chamar subprograma de Educação Financeira.

Para o vice-presidente de Política Institucional, Joaquim de Alencar Bezerra Filho, "a prática do voluntariado é uma característica do brasileiro e, com o subprograma de Educação Financeira, estamos mostrando à sociedade o quão importante é o papel do contador no desenvolvimento social".

Nas próximas páginas, conheça as dicas de especialistas em educação financeira para que sua conta chegue ao final do mês com saldo positivo. E o melhor de tudo isso: com a ajuda voluntária de um contador.



Joaquim de Alencar Bezerra Filho

Insônia, preocupação e, para muitos, desespero. Esse é o retrato de milhões de brasileiros que iniciaram 2019 com o nome na lista de restrição, mantida pelo Serviço de Proteção ao Crédito (Serasa). Com o nome negativado, o consumidor fica impedido, por exemplo, de obter crédito nas instituições financeiras e realizar parcelamento nas lojas que oferecem esta modalidade.

Segundo a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serasa, 51,6% (17,8 milhões) de pessoas com idades entre 30 e 39 anos, seguido pela faixa etária entre 40 a 49 (50,1% - 14,2 milhões) e de 50 a 64 anos (41,3% - 13,2 milhões) estão com o nome na lista de devedores.

A pesquisa também aponta que das cinco regiões brasileiras, quatro apresentaram alta da inadimplência no final de 2018: Sudeste (8,44%), Sul (1,80%), Nordeste (1,62%) e Norte (0,85%). O Centro-Oeste, por sua vez, apresentou queda de -1,79%.

Para o coordenador nacional do PVCC, Elias Caddah, “sem dúvida, os grandes vilões desse endividamento são o cartão de crédito, o cheque especial e a alta taxa de desemprego”. Segundo ele, não honrar com essas dívidas gera a famosa “bola de neve”, comprometendo o pagamento das contas mensais essenciais, como as de água e de luz, que, segundo pesquisa apresentada pela CNDL/Serasa, representam um crescimento de 2,75% no volume de dívidas não quitadas em 2018.

Só neste início de ano, os brasileiros têm pela frente, além dos impostos que devem ser pagos, a exemplo do IPTU e do IPVA, as matrículas e o material escolar. “Além desses tributos, muita gente coloca as dívidas de fim de ano no cartão de crédito, para serem pagas em janeiro. E é aí que vem o descontrole dessas pessoas, justificado pela falta de orçamento”, avalia Caddah.

Para se ter uma ideia dos juros que são cobrados nas modalidades de crédito “cheque especial” e “cartão de crédito”, o brasileiro pagou, até novembro do ano passado, 305,71% ao ano, no cheque especial; e 279,83%, no cartão de crédito. “São taxas muito altas que, se não forem negociadas em curto prazo, podem se tornar uma dor de cabeça para o devedor em longo prazo”, aponta Caddah.

O também integrante da Comissão Nacional do PVCC e conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), contador Luiz Antônio Ochsendorf Leal, é um pesquisador sobre o assunto “educação financeira”. “Uma das coisas interessantes sobre o endividamento é a própria definição do que vem a ser “estar endividado””, pontua. Para ele, a educação financeira é apenas um dos apoios de um tripé que precisa seguir alguns caminhos importantes, como, por exemplo, atitudes para se atingir um comportamento financeiro adequado ao longo da vida. “Essa não é uma tarefa fácil, porque vivemos em uma sociedade altamente consumista”, avalia.

As ações de voluntariado do Conselho Federal de Contabilidade tiveram início durante o 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), ocorrido em 2008, em Gramado (RS). Na ocasião, o CFC firmou parceria com a organização não governamental Ação Fome Zero, que teve a finalidade de viabilizar o apoio do Sistema CFC/CRCs ao programa Nacional de Alimentação Escolar. O contador Pedro Gabriel, um dos idealizadores do PVCC, lembra que no CBC houve, por meio do PVCC, “uma grande sensibilização – com resposta positiva – em nível nacional para as questões de participação político-social dos profissionais.

Gabriel ressalta, ainda, o trabalho voluntário realizado pelos con-



Luiz Antônio Ochsendorf Leal

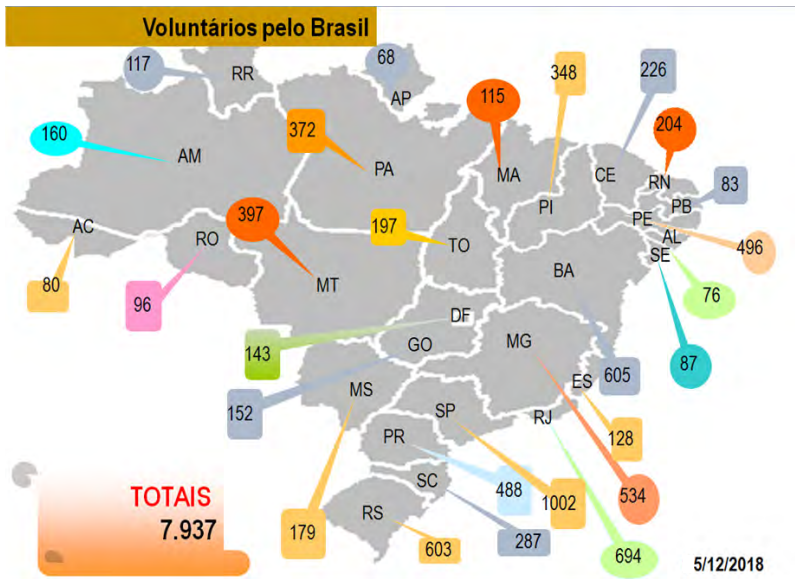
tadores no que diz respeito ao orçamento familiar: “Nada mais natural para um contador do que dominar técnicas de controle financeiro, ou melhor, da administração financeira pessoal, que compreende desde a elaboração do orçamento doméstico, considerando as despesas estimadas, às fontes financeiras para atendê-las”.

Passados todos esses anos, o PVCC ganhou forma e representatividade em todo o País. São milhares de contadores voluntários que, entre outras ações, orientam famílias a organizarem as contas por meio de um planejamento familiar.

A atuação do PVCC em todos os estados – como apresentado no mapa a seguir – tem ajudado milhares de famílias em diversas



Pedro Gabriel



Cláudio Custódio

ações, com atendimentos, palestras, divulgação de informações e eventos sobre a importância do planejamento financeiro. “A dificuldade de poupar e o desconhecimento de como o mercado de finanças influencia a vida de muita gente partem da ausência da educação financeira no ensino básico, e, dessa forma, o cidadão ingressa na vida adulta sem saber como lidar com o próprio dinheiro”, aponta Luiz Antônio Leal.

Além de ser membro do PVCC, Leal participa do projeto Dr. Finanças, na Escola de Educação Previdenciária, no Rio de Janeiro, que conta com o apoio do programa do CFC. “O atendimento, que é voluntário, é feito em até uma hora e, nessa oportunidade, oriento o interessado sobre endividamento; processo orçamentário; poupança e investimentos; e usufruto e sucessão”, diz o contador, que revela manter um prontuário para cada atendido.

O bombeiro militar Cláudio Custódio, que atua no Rio de Janeiro, é atendido pelo projeto. Como ele mesmo diz, “a minha vida financeira, antes do primeiro atendimento, era um “desastre”. O servidor público conheceu o projeto Dr. Finan-

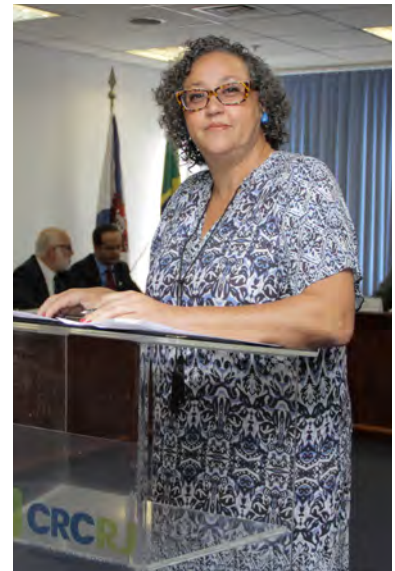
ças em uma palestra ministrada no quartel onde trabalha. “Sem dúvida, para quem está com as contas desorganizadas é aconselhável procurar um especialista do ramo para buscar um aconselhamento sobre o que é preciso fazer”, afirma.

A realidade de muitos brasileiros não é diferente à do bombeiro. A pesquisa da CNDL/Serasa aponta que só na região Sudeste mais de 26 milhões de pessoas estão inadimplentes. Segundo a coordenadora do PVCC no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), Sandra Pedrosa, “a educação financeira deveria ser ensinada nas escolas desde cedo”. O pensamento é também compartilhado pelo contador Pedro Gabriel. “A escola prepara para a vida, não só para o lado profissional. Noções de organização pessoal são indispensáveis nesse sentido e o descontrole financeiro é a causa de desajuste das pessoas no convívio familiar e social”, reforça o contador.

Na cidade do Rio de Janeiro, por meio do PVCC, são realizadas palestras com objetivo de buscar novos voluntários. Sandra Pedrosa revela, ainda, que está orientando o proprietário de uma grande rede de fast food com o objetivo de incentivar os

colaboradores desse empreendimento a se organizarem financeiramente. “Percebi que muitos deles não sabem lidar bem com o que ganham e, por isso, estou fazendo um planejamento para que eles consigam ajustar suas contas. É, sem dúvidas, um trabalho gratificante”, comemora a coordenadora do PVCC no CRCRJ.

Há também aqueles brasileiros que colocam as contas na ponta do lápis, como é o caso da engenheira civil, Milena Lopes Magalhães, mãe de Sofia, de 7 anos. A mora-



Sandra Pedrosa

dora de Brasília faz todos os meses uma planilha de gastos. “Esse planejamento mensal me orienta a não gastar mais do que minha renda permite”, revela. Sobre as dívidas de fim de ano e as contas de janeiro, Milena dá uma dica: “Faço uma pequena poupança mês a mês, cortando o supérfluo, com foco somente nas aquisições mais importantes. A economia, para honrar com as dívidas de início de ano, é garantida”.



Milena Lopes Magalhães

Os erros mais comuns

O contador Luiz Antônio Leal, integrante da Comissão Nacional do PVCC, avalia as possíveis causas do endividamento e os erros mais

comuns. Segundo ele, o consumidor “gasta mais do que a própria renda”, ou seja, mais do que ganha. “Isso ocorre, basicamente, pela falta de um instrumento de controle, como o orçamento familiar”, avalia.

O contador sinaliza que, pelo orçamento formal, é possível planejar a movimentação financeira e, além disso, também exercer o controle dos valores. “Sem o orçamento, ficamos dependentes do que chamamos de contabilidade mental, quando mantemos “na cabeça” a renda e os gastos”. Mas o profissional alerta: “É claro que as consequências não são boas, pois não lembramos de toda a movimentação (principalmente os gastos), e aquela que recordamos, normalmente, não possui uma precisão satisfatória”.

Há um consenso entre os profissionais da contabilidade de que a prática orçamentária é a atividade que garante segurança para que muita gente não tenha problemas com as finanças. “Existe um ditado que diz: “Não fazer gastos por impulso funciona como uma fonte de renda”, recomenda o contador.

Os profissionais que participam do programa possuem grande capacidade de difundir a educação financeira em todo o país. O objetivo do PVCC é buscar mais profissionais que queiram e possam

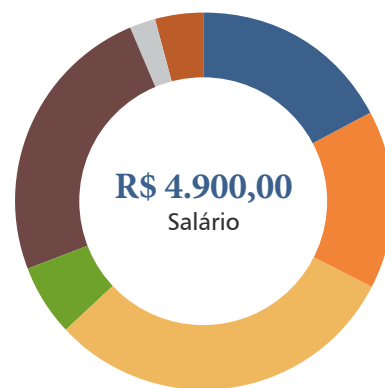
contribuir voluntariamente com o bem-estar da sociedade.

Orçamento simples, sem mistério: aprenda a fazê-lo.

Se você tem dificuldades em criar uma planilha de gastos, o contador Luiz Leal traz uma dica simples, descomplicada e não muito técnica. Siga os passos abaixo:

1) Ao final de cada mês, **liste os valores que constarão** da sua vida financeira (o contador lembra que há muitas variações possíveis para os números apresentados. A situação abaixo é hipotética para facilitar a compreensão de como usar o orçamento).

Projeção/Expectativa Renda:



Alimentação: ...	R\$ 850,00
Transporte:	R\$ 750,00
Habitação:	R\$ 1.500,00
Saúde:	R\$ 300,00
Educação:	R\$ 1.200,00
Lazer:	R\$ 100,00
Diversos:	R\$ 200,00

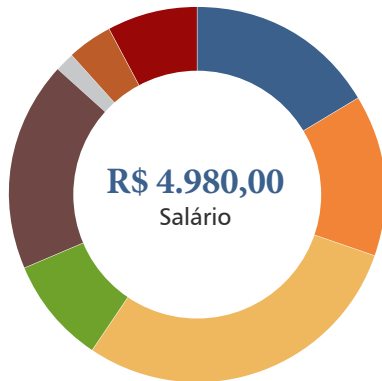
Com os valores acima, é possível ter uma ideia do que vai acontecer. Na situação hipotética apresentada, o orçamento prevê os valores de renda e de gastos iguais. No final do mês, há o seguinte:

Fique alerta!

- ✓ Os erros seguem um determinado padrão, conforme a época do ano.
- ✓ No início do ano, há os gastos com os tributos (IPVA, IPTU, etc.), despesa escolares (matrículas e material), férias, etc.
- ✓ Faça uma provisão para esses gastos e, conforme a época do ano, use o valor provisionado.
- ✓ A compra por impulso é um problema. Cuidado com ela. Fazer desembolsos que não estão previstos podem comprometer as finanças.
- ✓ Gastos podem ser feitos. No entanto, é recomendável que sejam com montante menor e que não impactem o total de dispendido.

2) Após anotar, durante o mês, os valores que estão sendo gastos, a situação hipotética é demonstrada abaixo:

Realidade/Valores reais
Renda:



Alimentação: ...	R\$ 820,00
Transporte:	R\$ 700,00
Habitação:	R\$ 1.450,00
Saúde:	R\$ 450,00
Educação:	R\$ 900,00
Lazer:	R\$ 80,00
Diversos:	R\$ 200,00
Sobra:	R\$ 380,00

Observe que os valores (reais) são diferentes das previsões (expectativa), o que é esperado. Na situação hipotética apresentada, ao final do mês, o consumidor teve uma sobra de R\$380,00 e precisa decidir o que fazer com ela. Sugestão do contador: poupar para

algum objetivo ou quitar dívidas com antecedência.

Dica: projete os valores e acompanhe, conforme o mês vai passando, a movimentação na conta corrente. Há diversas maneiras para se fazer isso, e o ideal é que a cada um crie a sua própria planilha.

Qual a melhor saída? Empréstimo consignado para pagar cartão de crédito?

Para o contador Leal, o empréstimo consignado pode ser uma saída. “Os juros a serem pagos em um empréstimo consignado são, geralmente, menores”, afirma. Mas ele pondera: “É preciso ter cuidado para não fazer outros empréstimos com essa finalidade; caso contrário, ocorrerá, certamente, o aumento da dívida”.

Confira a situação hipotética abaixo:

Uma pessoa deixou de pagar a fatura de cartão de crédito de R\$8 mil. Na negociação, a instituição financeira apresentou a opção para o parcelamento em até 24 vezes, com juro de 10% ao mês. Se o contrato for firmado, o devedor pagará, por mês, algo em torno de R\$890,00 em cada parcela, por dois anos. O valor total a ser pago, com os juros, chegará perto dos R\$21.300,00.

Se, em vez disso, o cliente contratar um empréstimo consignado com juro de 2% ao mês para ser pago em 12 vezes, o valor mensal será em torno de R\$756,00 no período de um ano. Observe que, nesse caso, os valores e o prazo são me-

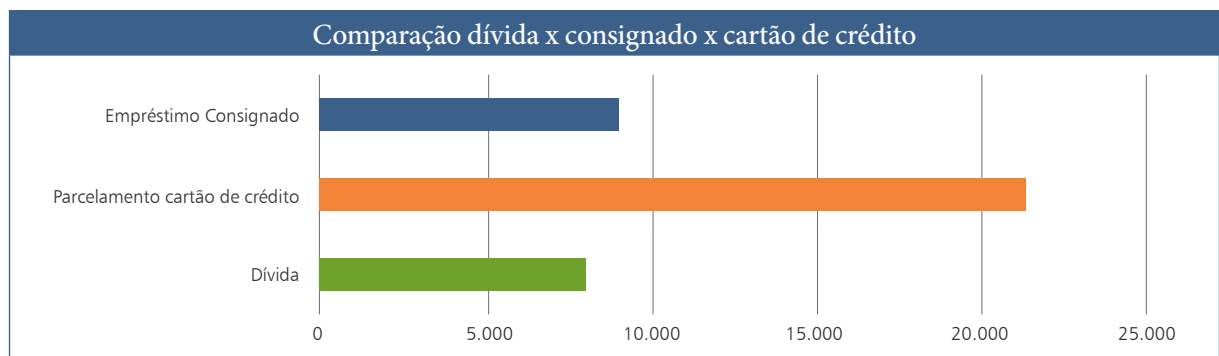
nores. É muito mais vantagem para o consumidor.

No gráfico abaixo, são demonstradas a quantidade de juros que são pagos em uma dívida parcelada e a comparação do empréstimo consignado e o pagamento direto com a financeira de cartão de crédito. O acréscimo do juro no consignado é bem menor do que o do parcelamento do cartão de crédito, considerando as taxas de 10% ao mês para o parcelamento no cartão de crédito, e de 2% ao mês para o consignado em relação à dívida original de R\$8.000,00. O valor do parcelamento do cartão de crédito foi obtido multiplicando-se a parcela por 24 e a do consignado por 12.

Contas mais altas ou as de menor valor. Qual delas devo pagar primeiro?

O contador Leal avisa que “para fins de fluxo de caixa, é melhor ir quitando as contas mais baixas, sempre observando as taxas de juros em cada dívida. Os empréstimos devem ser pagos primeiro, independentemente do valor.

Se, no fim do mês não sobrar dinheiro para honrar com o compromisso é aconselhável, segundo especialistas, que seja pago, pelo menos, o que cabe no orçamento. “As contas mais altas ficam para depois e, entre no cheque especial, no menor prazo possível para não pagar muitos juros”, aconselha o profissional.



Entrevista – Elias Caddah, coordenador nacional do Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC)

RBC – Por que o Programa de Voluntariado da Classe Contábil foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade?

Elias Caddah – O Programa de Voluntariado da Classe Contábil foi criado com a ideia de o profissional de contabilidade contribuir com a sociedade no controle dos gastos da merenda escolar, na gestão da presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim.

A primeira ação no que diz respeito à prática do voluntariado ocorreu durante o 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em agosto de 2008, na cidade de Gramado (RS), ocasião em que o CFC firmou parceria, à época, com a organização não governamental Ação Fome Zero, com a finalidade de viabilizar o apoio do Sistema CFC/CRCs ao programa Nacional de Alimentação Escolar.

A partir de então, cada vez mais os profissionais foram se engajando nesse programa, que foi abraçando novos projetos, até chegarmos nos dias atuais, quando temos quase 8 mil voluntários cadastrados em todo o Brasil.

RBC – Qual a premissa principal do PVCC?

Elias Caddah – A Contabilidade no Brasil tem como um dos seus objetivos fortalecer a imagem profissional, apresentando a sua importância como agente fomentador do desenvolvimento social e econômico do País.



O trabalho voluntário tem se tornado um importante fator de crescimento das organizações não governamentais, componentes do Terceiro Setor. É graças a esse tipo de trabalho que muitas ações da sociedade organizada têm complementado as ações do Estado, especialmente nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social.

O Programa de Voluntário da Classe Contábil (PVCC) tem como premissa sensibilizar os profissionais da contabilidade com ações que visam ao interesse social e comunitário, para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O PVCC também tem como função contribuir com outros agentes voluntários, organizando, registrando, mensurando e avaliando diariamente o papel enquanto fomentadores de ações sociais.

RBC – O senhor acha que o orçamento familiar é capaz de reduzir o número de famílias endividadas no país?

Elias Caddah – Sem dúvida nenhuma. A educação financeira é um conhecimento que é útil em todas as idades – para qualquer pessoa. Lidamos com dinheiro durante grande parte da vida. Precisamos saber alguns fundamentos sobre as finanças pessoais para fazer bom uso do dinheiro. Ter um bom planejamento, guardar parte dos ganhos para uma reserva de contingência, disciplinar e mudar hábitos são fundamentais para a redução dos graus de endividamento das famílias.

RBC – Na sua visão, o que leva uma família a se endividar?

Elias Caddah – Falta de controle orçamentário é um dos principais motivos, muitas vezes ocasionado pelo impulso e facilidades das compras. Não se pode gastar mais do que se ganha, mas o cheque especial e o crédito parcelado torna um incentivo ao consumo excessivo. Para que isso



Elias Dib Caddah Neto

não ocorra, precisamos identificar a real necessidade do gasto e ter consciência financeira se esse aumento no orçamento é viável.

RBC – Quais são os próximos passos do Programa de Voluntariado (Orçamento Familiar) para 2019?

Elias Caddah – Nossa ideia para 2019, com relação ao orçamento familiar, é fazermos uma cartilha sobre o emprego consciente do dinheiro para levarmos ao conhecimento de escolas, associações e aos pequenos empresários. Dessa forma, estaremos contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico de cada família, ajudando no planejamento financeiro, buscando auxiliar no controle dos gastos e nas renegociações das dívidas.

RBC – Qual conselho que o senhor daria para uma família que está endividada?

Elias Caddah – O primeiro passo para o controle dos gastos é relacionar as receitas e despesas fixas, como aluguel, escolas, energia, telefonia, etc. – aquelas que temos todos os meses. Renegociar dívidas ou trocá-las por outra com juros mais baixos é outro fator importante. Fundamental também é o envolvimento de toda a família para que se possa planejar, reduzir despesas temporariamente e abrir mão de alguns itens de consumo temporariamente.

Como economizar o seu dinheiro: dicas de profissionais engajados no PVCC

Controle suas despesas

Faça uma lista com todas as suas despesas. Saiba exatamente para onde vai o seu dinheiro.

É preciso mudar os hábitos

Corte o supérfluo, o desnecessário. Mudar hábitos pode ajudar a reduzir os gastos.

A tecnologia pode ser sua aliada

Existem muitos aplicativos disponíveis nas plataformas digitais que podem te ajudar a controlar seus gastos e evitar despesas desnecessárias. Apps sugeridos pelos contadores: Minhas Economias e Guia Bolso. Disponíveis para os Sistemas Operacionais IOS e Android.

Criar metas é fundamental

O primeiro passo é cortar todos os gastos supérfluos que impactam o orçamento do fim do mês, ou seja, o chamado “comprar compulsivamente”. Você deve fazer “as pazes” com o seu dinheiro. Os especialistas no assunto orientam que criar metas pode ajudar a atingir o objetivo.

Definir, por exemplo, o que será usado na renda líquida com os gastos essenciais, como água, luz, moradia, alimentação. O ideal é reservar entre 10 e 15% da renda líquida e, à medida que for sobrando dinheiro na conta, aplique.



Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC)

O PVCC, mantido pelo CFC, possui uma Coordenação Nacional, que se reúne em Brasília (DF) regularmente para traçar as estratégias e ações. Nos últimos anos, o Programa busca padronizar e evidenciar essas ações em todo o país. Com o Subprograma de Educação Financeira, o PVCC vem auxiliando essas ações de educação financeira por meio de palestras, atendimentos, entrevistas, aulas, etc. O Programa é dividido em quatro subprogramas:

Rede Nacional de Cidadania Fiscal – Observatórios Sociais: o objetivo é estimular os profissionais a liderarem o processo de criação e operacionalização de Observatórios Sociais (OS) nos seus municípios.

Subprograma de Educação Financeira: esta ação é voltada a orientar a sociedade para questões

relacionadas ao controle, planejamento e organização das finanças pessoais, buscando sensibilizá-la quanto aos riscos do endividamento pessoal e familiar, consumo consciente e uso do cartão de crédito.

Doações ao Funciança e Fundo do Idoso: esta ação visa, em primeiro lugar, a sensibilizar e capacitar os profissionais para atuarem junto a seus clientes, pessoas físicas e jurídicas, a fim de obter adesão aos programas de incentivos fiscais que regulam as destinações de parte do imposto de renda devido aos fundos municipais de proteção à criança e adolescente, bem como aos fundos municipais de proteção aos idosos. **Ações de Voluntariado:** tem por objetivo organizar, acompanhar e mensurar as ações de voluntariado realizadas



Programa de Voluntariado da Classe Contábil

pelos profissionais da contabilidade, submetidas à apreciação e ao cadastramento no sistema, abrangendo todo o universo de possibilidades de voluntariado, desde ações realizadas por profissionais individualmente, como ações coordenadas regionalmente.

Fontes para a reportagem:

- Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL)
- Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil)
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC)
- Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ)



Responsabilidade Socioambiental: um estudo em Empresa de Transporte Coletivo de Passageiros (ETCP)

Este estudo teve como objetivo descrever como a ETCP está desenvolvendo a sua responsabilidade socioambiental. A pesquisa é de natureza aplicada; com abordagem qualitativa; descritiva quanto ao objetivo e quanto ao procedimento técnico utilizado se enquadra como pesquisa de campo. Os dados foram coletados por meio de um instrumento de pesquisa (questionário) respondido por diretores e gerentes, contendo 14 (catorze) perguntas abertas. Nos depoimentos colhidos, foi possível perceber que na empresa são desenvolvidas diversas ações voltadas ao meio ambiente, como a renovação da frota para reduzir a emissão de gás carbônico; estação de tratamento de água, de pintura e separação de resíduos, ao mesmo tempo em que são desenvolvidas ações que objetivam beneficiar os colaboradores e familiares. Os respondentes também mencionaram a repercussão positiva com os colaboradores decorrente de premiações recebidas pela empresa. Outro elemento que merece destaque é o fato de os diretores e os gerentes estarem comprometidos com a elaboração do balanço social da empresa, em que são divulgadas as ações socioambientais desenvolvidas.

Jeniffer Campos Weis

Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É técnica em Contabilidade pela Associação Cristã de Moços (ACM). Cursa pós-graduação em Direito Tributário e Contabilidade Tributária pela Faculdade Brasileira de Tributação (FBT).

E-mail: jenifferweis@gmail.com

2083 - Recebido em 27/6/2018. Distribuído em 28/6/2018. Pedido de revisão em 19/11/2018. Resubmetido pelo autor em 20/11/2018. Aprovado em 3/12/2018, na segunda rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição janeiro-fevereiro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

Há um crescente interesse das organizações em relação ao tema “responsabilidade social”, que vem sendo observado especialmente a partir dos anos 1980, levando-as a divulgar suas políticas sociais empresariais (FARIA; SAUERBRONN, 2008).

Tachizawa (2011) alerta que ainda existe uma grande dificuldade de as empresas se empenharem no atendimento das questões socioambientais, porém argumenta que o mercado busca empresas que estejam preocupadas com a sustentabilidade e que demonstrem o mínimo de responsabilidade socioambiental dentro das suas possibilidades econômicas.

O Instituto Ethos (2015) também enfatiza o fato de que a responsabilidade social deva ser considerada como uma forma de conduzir os negócios da empresa, tornando-a responsável pelo desenvolvimento social. Dias (2012) acrescenta que, embora a atividade financeira da empresa seja uma das principais prioridades, esta forma de entender o negócio está modificando gradualmente e a responsabilidade social tem tomado grande proporção, na medida em que traz satisfação ao quadro funcional, aumentando consequentemente a sua produtividade.

Ribeiro (2006) atribui grande importância à tecnologia de pon-

ta utilizada na atividade produtiva das organizações, pois, além de lhes proporcionar grandes benefícios econômicos, contribuem para a preservação do meio ambiente.

Para evidenciar as ações de responsabilidade social e ambiental, as empresas contam atualmente com a demonstração de Balanço Social, considerada uma ferramenta contábil útil no processo decisório das empresas (MARTINS et al., 2013).

No Rio Grande do Sul, desde 2000, está em vigor a Lei n.º 11.440, que confere a cada ano um certificado de responsabilidade social às empresas que têm seus balanços sociais aprovados por comissão designada para tal, e troféu Responsabilidade Social às empresas que se destacam por suas ações sociais. Essas premiações são efetuadas para empresas de pequeno, médio e grande portes.

Em 2011 e 2014, a empresa de transporte coletivo de passageiros, denominada nesse estudo ETCP, foi a vencedora do Troféu Responsabilidade Social e, em 2015, recebeu a Medalha de Responsabilidade Social, segunda melhor forma de reconhecimento, ano em que estava impedida de concorrer ao prêmio máximo por já ter sido a vencedora em 2014.

Esse fato despertou a curiosidade em se conhecer o comportamento dos gestores dessa empresa quanto ao cumprimento de sua

responsabilidade socioambiental. Assim, estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: **Como está sendo desenvolvida a responsabilidade socioambiental na empresa ETCP sob a ótica de seus gestores?** Em consequência, o objetivo geral foi descrever como está sendo desenvolvida a responsabilidade socioambiental na empresa ETCP sob a ótica de seus gestores, a quem compete estabelecer as diretrizes a respeito do comportamento da empresa nesse âmbito, estimular o seu cumprimento e avaliar o alcance dos objetivos estabelecidos.

Os resultados deste estudo podem interessar a gestores de empresas do setor ou de outros setores, os quais podem avaliar a forma como tem sido feita a gestão da responsabilidade socioambiental na empresa ETCP, já que se trata de uma empresa premiada por sua atuação nesse âmbito. Da mesma forma, contribui ao tema complementando estudos precedentes como de Manguci (2014); Nascimento e Montenegro (2015); Abreu, Meireles e Cunha (2015); Oliveira et al. (2015); Souza e Gonzales Jr. (2016), que exploraram a temática com pesquisas de campo e documental. Entende-se, também, que reflexões relacionadas com o engajamento da direção e colaboradores; com investimentos e as repercussões no âmbito interno e externo, decorrentes de ações socioambientais desenvolvidas na empresa, contribuem

“Algumas ações de responsabilidade externa incluem o desenvolvimento de projetos e programas sociais, parcerias com ONGs, governos e sociedade civil, além de aplicação de recursos em programas de preservação do meio ambiente, voluntariado, entre outros.”

para enriquecer o arcabouço teórico desse tema de significativa relevância na atualidade.

Além desta introdução, o artigo contém mais quatro seções: referencial teórico, procedimentos metodológicos, apresentação e análise dos dados e considerações finais, seguidas das referências.

2. Referencial Teórico

2.1. Responsabilidade Socioambiental das Empresas

Melo Neto e Froes (1999, p.80) entendem que a responsabilidade socioambiental das empresas pode ser percebida por meio de sua participação mais ativa em ações comunitárias da região onde estão situadas, além da preocupação em minorar possíveis problemas ambientais que sejam decorrentes do seu processo produtivo.

Autores como Maynard e Mehrtens (1993), Frederick (1994) e Clarkson (1995) já alertavam para a necessidade de as organizações, além de buscarem resultados econômicos, preocuparem-se com o seu desempenho no campo socioambiental para alcançarem a sua sustentabilidade. Martins e Ribeiro (1995) mencionam que o reconhecimento da responsabilidade socioambiental foi uma das tarefas mais difíceis e demoradas a serem assumidas nas empresas.

No âmbito interno das organizações, a responsabilidade social se refere ao clima organizacional, com reflexos no resultado do trabalho dos colaboradores, que,

umentam seus índices de produtividade e garantem maior qualidade dos produtos e serviços. As ações de responsabilidade interna compreendem programas de contratação, seleção, treinamento e manutenção do pessoal, e demais benefícios como participação nos resultados e atendimento aos dependentes (MELO NETO; FRÓES, 2004).

Observando os colaboradores sob o prisma de capital intelectual, Rocha (2001 *apud* SANTOS, 2003) menciona que, com o objetivo de reter os talentos, as empresas têm mudado sua forma de pensar, pois os grandes talentos preferem conviver em um ambiente saudável e que faça a diferença na sua vida pessoal e profissional.

No âmbito da responsabilidade social externa, Melo Neto e Fróes (2004) incluem todas as ações voltadas à sociedade; que beneficiem o ambiente em que a empresa está inserida; despertem o interesse da comunidade em participar na procura de soluções das dificuldades enfrentadas pela população. Argumentam que campanhas, ações sociais e assistenciais contribuem para a boa imagem da empresa, proporcionando-lhe credibilidade a médio e longo prazo.

Algumas ações de responsabilidade externa incluem o desenvolvimento de projetos e programas sociais, parcerias com ONGs, governos e sociedade civil, além de aplicação de recursos em programas de preservação do meio ambiente, voluntariado, entre outros. Os trabalhos decorrentes desses

projetos representam oportunidades para as pessoas da comunidade, que assim podem ter acesso à educação, à cultura, ao lazer e à inclusão digital, tão importantes nos dias atuais.

Na vertente socioambiental, Melo Neto e Fróes (2004) mencionam que nas décadas de 1980 e 1990 o movimento em favor da responsabilidade socioambiental ganhou forte impulso, em função dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Humano, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972, e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

Os autores argumentam que nos anos subsequentes a essas conferências, ocorreram profundas mudanças no posicionamento das empresas em relação ao meio ambiente, suportadas por mudanças de ordem social, científica e tecnológica, com importantes reflexos nas decisões e estratégias práticas.

2.2. Balanço Social

O Balanço Social, segundo Tinoco (2010), surgiu inicialmente na França, no ano de 1977, reunindo informações, exclusivamente, dos recursos humanos que trabalhavam nas organizações. Essa forma de evidencição, que tinha como foco o público interno, objetivava, por um lado, avaliar alguns aspectos sobre a atividade desenvolvida pela organização no âmbito social em benefício de seus colaboradores e, por outro lado, divulgar além dos resultados econômicos e financeiros da entidade, informações relacionadas com a sua eficácia social.

Mazzioni (2005) destaca que o Balanço Social é uma ferramenta de informação de grande importância gerada na contabilidade, pois serve como forma de demonstrar as ações realizadas pela empresa em prol do meio ambiente e da sociedade, bem como o comprometimento que a empresa tem para com os seus colaboradores.

No ano de 1997, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) divulgou uma campanha pela publicação espontânea do Ba-



lanço Social no Brasil. O modelo sugerido pelo Ibase, que sofreu pequenos ajustes ao longo dos anos, inclui informações detalhadas e valores relacionados com a responsabilidade social das entidades. Entre as informações constam valores referentes à folha de pagamento, encargos sociais, participação dos empregados nos lucros, gastos com educação, cultura, saúde, preservação do meio ambiente e contribuições para melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores (IBASE, 2016).

Na versão atual do modelo são encontrados 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, os quais se encontram estruturados em sete categorias, sendo que as informações prestadas se referem aos dois últimos exercícios anuais. A estrutura inicia com a base de cálculo dos indicadores, constando a receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta. Depois se têm os indicadores sociais internos; os indicadores sociais externos; os indicadores ambientais; os indicadores do corpo funcional e, por último, informações relevantes relacionadas com o exercício da cidadania empresarial (IBASE, 2016).

2.3. Lei n.º 11.440/2000

O Rio Grande do Sul foi pioneiro na criação de uma lei (Lei n.º 11440/2000) que confere às entidades e às instituições que enviam seus balanços sociais à Assembleia Legislativa a cada ano, um Certificado de Responsabilidade Social e um Troféu Responsabilidade Social para aquelas que se destacarem por suas ações nesse campo. Desde 2012 há também a entrega de medalhas para algumas empresas destacadas por suas ações sociais. A premiação consiste no reconhecimento público das ações de municípios, entidades governamentais e do Terceiro Setor, sociedades cooperativas, instituições de ensino e empresas de todos os portes que contribuem para uma sociedade melhor (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, 2014).

As empresas do Estado do Rio Grande do Sul, desde então, foram motivadas a elaborar e divulgar seus balanços sociais. Segundo dados divulgados pela Assembleia Legislativa do RS (2015), desde 2000 até 2015, 2.717 empresas foram certificadas, 118 receberam medalhas e 135 foram vencedoras do Troféu.

Segundo o Art. 4º da Lei, são avaliados nos balanços sociais das empresas praticamente os mesmos elementos sugeridos no modelo do Ibase, levando-se em conta, ainda, informações consideradas como contraindicadores, como o número de acidentes de trabalho e o número de reclamações trabalhistas.

Para efeitos de concessão do troféu, são considerados diversos indicadores nos quais as empresas se destacaram, dentre os quais: alimentação; saúde; educação; planos de aposentadoria e contribuições para a sociedade.

2.4. Estudos Relacionados

Nos últimos três anos, foram identificados diversos estudos relacionados com a temática tratada nesse artigo, contemplando, entre outros aspectos, a evolução de práticas de responsabilidade socioambiental; a responsabilidade socioambiental como estratégia empresarial; o desenvolvimento dos negócios considerando a responsabilidade socioambiental; e *marketing* social como diferencial competitivo. No Quadro 1 constam detalhes desses estudos.

Quadro 1 – Estudos Relacionados

ANO	AUTOR (ES)	OBJETIVO	CONCLUSÃO
2014	Manguci	Detectar se as empresas estavam adotando responsabilidade social por uma questão de estratégia ou por uma questão de sobrevivência.	O autor concluiu que as empresas estavam adotando a responsabilidade social por uma questão de sobrevivência mercadológica mundial.
2015	Nascimento e Montenegro	Estudar duas empresas do setor de cerâmica da região agreste de Itabaiana (SE), e investigar como estavam desenvolvendo seus negócios levando em consideração a responsabilidade socioambiental.	Os autores verificaram que as empresas fazem pouco uso de práticas de ações socioambientais, observando que seus gestores estão unicamente preocupados em atender as legislações ambientais vigentes.
2015	Abreu, Meireles e Cunha	Analisar duas empresas: uma brasileira e outra indiana dos setores de petróleo e siderurgia, e verificar suas políticas de responsabilidade social corporativa.	Foi identificado que tanto no Brasil quanto na Índia, as empresas buscam o consenso dos stakeholders no que tange a responsabilidade social corporativa, na tentativa de tornar legítimas suas ações.
2015	Oliveira et al.	Analisar a perspectiva dos clientes da Empresa Expresso Guanabara sobre o marketing social como diferencial competitivo.	Os resultados indicam que os clientes não utilizam os serviços da empresa pelo fato dela desenvolver estratégias de marketing social.
2016	Souza e Gonzales Junior	Identificar nos balanços sociais no modelo Ibase, publicados pelo Bradesco S.A a evolução das práticas de Responsabilidade Social nos anos de 2010 a 2014.	Foi evidenciado nos balanços sociais estudados que a instituição investe em projetos que geram visibilidade para a marca, mas que oscilam de acordo com os eventos, não apresentando regularidade ou evolução gradativa dos investimentos voltados à comunidade.

Fonte: elaborado com base nos autores citados.

2.5. Setor de Transporte Coletivo de Passageiros

De acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), (2016), os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros no Brasil eram responsáveis por uma movimentação superior a 130 milhões de usuários/ano. A ANTT é o órgão competente pela outorga e fiscalização das permissões e autorizações para a operação desses serviços, por meio de sociedades empresariais legalmente constituídas para tal fim.

O grau de importância desses serviços pode ser medido quando se observa que o transporte rodoviário por ônibus é o principal meio de transporte coletivo. No âmbito do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, em 2016, havia 17.932 ônibus habilitados para a prestação dos serviços regulares pelas empresas permissionárias e autorizadas em regime especial, pelas Resoluções ANTT n.º 2.868/2008 e n.º 2.869/2008, responsáveis pelo transporte anual de mais de 119 milhões de passageiros. No transporte fretado eram 25.637 veículos habilitados, responsáveis pelo transporte anual de mais de 11 milhões de passageiros.

De acordo com o Anuário CNT do Transporte – Estatística Consolidada (2016), os ônibus urbanos estão mais novos. A média de idade da frota passou de 5,1 anos em 2001 para 4,7 anos em 2014. Em relação à movimentação, o Anuário mostra que o número de passageiros cresceu nos últimos anos a uma taxa de 1,8% ao ano, no período de 2001 a 2014.

3. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa desenvolvida tem natureza aplicada, visando responder a um problema específico; a abordagem do problema é qualitativa, na medida em que busca refletir a ótica dos gestores da empresa sobre o cumprimento da responsabilidade socioambiental; quanto ao seu objetivo é descritiva; e o procedimento técnico utilizado se enquadra como pesquisa de campo (GIL, 2008).

A empresa objeto de estudo foi fundada em 1954 e está constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede no Rio Grande do Sul. Dados obtidos no seu Portal (2016) indicam que contava em seu quadro funcional com 1.001 funcionários ativos; possuía uma frota de 299 veículos, dos quais 175 equipados com rampa de elevação para cadeirantes.

Recebeu destaque como a marca mais lembrada no segmento de transporte coletivo em todas as edições em que essa categoria esteve presente no prêmio Marcas & Líderes (2007, 2008, 2010, 2011, 2013, 2015), promovido pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e Associação Comercial, Industrial e de Serviços da cidade onde se localiza a empresa.

Desde o ano de 2000, a empresa tem recebido o Certificado de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Nos anos de 2011 e 2014, foi a vencedora do Prêmio Responsabilidade Social (Categoria empresa de médio porte). Já nos anos de 2012, 2013 e 2015 recebeu Meda-

lha de Responsabilidade Social, segundo mais importante tipo de reconhecimento. Nos anos de 2012 e 2015 estava impedida de concorrer ao prêmio máximo, por ter sido a vencedora em 2011 e 2014.

A empresa também tem certificação da norma ambiental ISO 14001: 2004 e desde 2002 é certificada na NBR ISO 9001, sob o escopo “prestação de serviços de transporte coletivo: municipal, intermunicipal e de fretamento”.

Os sujeitos da pesquisa foram os diretores e gerentes da empresa, cujo perfil pode ser observado no Quadro 2.

Os sujeitos da pesquisa possuem curso superior completo e pós-graduação. A idade média é de 41 anos; o tempo médio de atividade na empresa é de 14 anos; e o tempo médio no cargo é de 6 anos. Ainda, um respondente é do sexo feminino e quatro respondentes são do sexo masculino.

Os dados foram coletados por meio de um instrumento de pesquisa contendo questões abertas, dirigido aos sujeitos da pesquisa para conhecer seus posicionamentos sobre a temática relacionada com responsabilidade socioambiental, bem como os procedimentos que vêm sendo adotados na empresa em relação ao cumprimento de sua responsabilidade socioambiental, e quais os retornos observados e as perspectivas em termos futuros. As questões, em sua maioria, foram elaboradas com base no referencial teórico e adaptadas à empresa. Por solicitação dos respondentes o instrumento lhes foi enviado por

Quadro 2 - Sujeitos da Pesquisa

Sujeito	Idade	Cargo	Tempo de Empresa	Tempo no Cargo	Escolaridade
A	36 anos	Dir. R.Humanos	18 anos	8 anos	Pós-Graduação
B	41 anos	Dir. Geral	25 anos	6 anos	Superior
C	34 anos	Ger. Adm.Financ.	3 anos	3 anos	Superior
D	58 anos	Ger. Operacional	11 anos	6 anos	Superior
E	36 anos	Ger. Manutenção	12 anos	8 anos	Superior

Fonte: dados da pesquisa.

e-mail. O envio foi efetuado no dia 6 de setembro de 2016 e a devolução com as suas respostas ocorreu no dia 25 de setembro de 2016.

Uma vez recebidos os instrumentos contendo as respostas dos sujeitos da pesquisa, organizou-se uma planilha na qual foram transcritas as questões e as respectivas respostas de cada sujeito. Ao final das transcrições das respostas de cada questão, fez-se uma síntese do posicionamento dos respondentes, que foi objeto de análise descritiva.

Apesar de suas vantagens, a coleta de dados utilizada apresenta limitações. Por exemplo, existe a possibilidade de as pessoas terem fornecido determinadas respostas por razões conscientes ou inconscientes. Também deve se considerar que as respostas às questões propostas no instrumento refletem o pensamento dos respondentes no exato momento em que as estão respondendo, não dispondo, necessariamente, de um tempo maior para refletir sobre as questões. Outra limitação é o fato de a amostra ser composta somente de diretores e gerentes, porém por se tratar de instrumento com questões abertas, entende-se sua aceitabilidade.

4. Apresentação e Análise dos Dados

Como referido na Seção 3, cada sujeito respondeu, individualmente,

às questões formuladas (Apêndice A) e a síntese das respostas de cada questão é apresentada a seguir.

Sobre a responsabilidade socioambiental nas empresas, os respondentes argumentaram quanto à necessidade de se atuar com responsabilidade socioambiental nas empresas, o que consideram algo indispensável atualmente. Acreditam que esse posicionamento contribui para o crescimento das empresas, pois empresas comprometidas geram credibilidade perante a sociedade, colaboradores, fornecedores e clientes. Em seu estudo, Ramos et al. (2009) constataram um aumento no número de clientes e consumidores querendo ter a certeza de que a qualidade de suas vidas não estaria sendo comprometida pelos crescentes interesses empresariais de lucros.

Ao se manifestarem sobre a responsabilidade social do empresário, constatou-se que os respondentes comungam do mesmo pensamento a respeito da importância da responsabilidade social, acrescentando que essa atitude deve partir inicialmente do empreendedor em decidir, ou não, iniciar as ações sociais e incluí-las como parte da cultura da empresa. O respondente B inclusive comentou que, no mercado atual, a missão das empresas vai além de simplesmente prosperar; é importante estar inseridas na comunidade e ver as suas necessidades, buscando minimizar os proble-

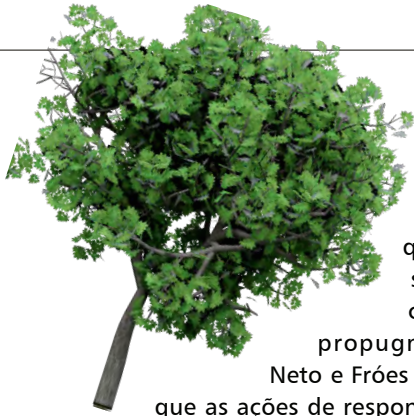
mas observados. Observou, ainda, que com essa parceria a empresa ajuda a construir uma sociedade mais justa e melhor para todos.

Esse posicionamento se alinha aos argumentos apresentados por autores como Maynard e Mehrtens (1993), no sentido de que o sucesso empresarial inclui além de resultados econômicos, resultados que envolvam as questões sociais e ambientais para atingir o desenvolvimento sustentável.

Quanto ao incentivo das empresas de um modo geral em se engajarem em ações de cunho social, os respondentes mencionaram que a desigualdade social existente no país precisa ser considerada pelas empresas, o que deve servir de incentivo para que estas desenvolvam práticas sociais em sua comunidade, buscando dentro de suas possibilidades viver em uma sociedade mais justa e equilibrada.

Sobre o interesse em implementar ações de responsabilidade social na empresa, os respondentes mencionaram que desde a sua fundação são desenvolvidas práticas que visam atender à sociedade, mas, com o passar dos anos, houve uma melhor estruturação nesse âmbito, complementando que esse posicionamento faz parte de sua estratégia. Também observaram que há cerca de 7 anos as práticas sociais realizadas na empresa vêm sendo divulgadas à comunidade onde atua.

“Sobre a responsabilidade socioambiental nas empresas, os respondentes argumentaram quanto à necessidade de se atuar com responsabilidade socioambiental nas empresas, o que consideram algo indispensável atualmente.”



Nesse sentido, observa-se que há uma sintonia com o que propugnam Melo Neto e Fróes (2004), de que as ações de responsabilidade social corporativa buscam aprimorar as relações das empresas com seus diversos públicos, inserindo-as devidamente no âmbito social das comunidades vizinhas.

No que se refere ao Balanço Social, os gestores mencionaram que decidiram enviá-lo para a Assembleia Legislativa desde que a legislação correspondente foi posta em prática. Também se recolheu dos depoimentos que a ideia inicial era apenas divulgar os dados da empresa sem interesse em premiação, pois no início não havia muitas ações sociais, mas estas foram crescendo com o passar dos anos. Com isso o Balanço Social foi sendo aprimorado e os colaboradores começaram cada vez mais se envolver em ações de voluntariado.

O posicionamento observado na empresa está em consonância com o apregoado por Dantas (2009), ou seja, para que se tenha consciência a respeito da sustentabilidade, é fundamental que na organização se introduzam internamente essas responsabilidades, adaptando-se a uma nova forma de refletir no mercado atual, expressando uma postura sustentável e assim adaptando aos seus valores e políticas empresariais, estendendo-se por todas as posições dentro da organização.

Quanto à identificação de ações de responsabilidade socioambiental na empresa, os respondentes citaram, entre outras, a renovação da frota com a preocupação de redução da emissão de gás carbônico no meio ambiente; estação de tratamento e recuo da água; tratamento de pintura e separação de resíduos. Tam-

bém se referiram ao fato de a empresa possuir um veículo exclusivo para atender às ações sociais, campanha do agasalho, arrecadação de alimentos e brinquedos, possuindo também convênio com um hospital e um hemocentro, com o transporte gratuito para doação de sangue. Destacaram o apoio, empenho e conscientização do corpo de colaboradores.

Como ações de responsabilidade social interna, praticadas na empresa, os respondentes mencionaram: comunicação, participação e valorização do colaborador por meio do portal do colaborador; informativo interno; murais; café da manhã com os gestores; papo aberto; timão; programas de reconhecimento; campanhas de agasalho; doação de alimentos e material escolar, etc. O respondente A fez referência a um gráfico em que consta a pesquisa de clima, revelando que de 2012 a 2016 o grau de satisfação manteve-se em 80%.

Com relação às ações sociais internas, Melo Neto e Fróes (2004) argumentam que a empresa lucra socialmente quando essas ações dão bons resultados. Isso pode ser percebido e identificado, por exemplo, com o aumento de produtividade dos empregados e redução dos gastos com saúde deles.

Considerando as ações de responsabilidade social externa, os respondentes mencionaram que na empresa são desenvolvidas várias ações, e entre as principais foram citadas a campanha do agasalho e alimentos; entrega de chocolates na páscoa e no Dia das Crianças; e no Natal são arrecadados brinquedos para serem distribuídos às crianças carentes. Também há a oferta de transporte para as escolas; para o coral da empresa; além de ajuda às pessoas desabrigadas em época de enchentes. Essas ações são desenvolvidas pelo Grupo de Ação Social da empresa, composto por colaboradores voluntários de várias áreas que participam na elaboração das ações sociais. To-

dos os colaboradores que participam desse grupo, nos dias das ações, são liberados durante o horário de trabalho. O respondente A acrescentou que em 2015, 672 voluntários atuaram em 1.998 horas de voluntariado, beneficiando 17.826 pessoas. Os respondentes também mencionaram que essas ações contam com o reconhecimento da comunidade, e um dos retornos percebido é a menor depredação dos veículos por parte dos beneficiados.

Tal situação é explicada por Melo Neto e Fróes (2004), quando mencionam que externamente a empresa lucra socialmente com a maior credibilidade e confiança dos clientes, o que se reflete no aumento de sua lucratividade.

Questionados sobre os custos ou investimentos decorrentes da implementação de ações de responsabilidade socioambiental na empresa, os respondentes mencionaram que as ações sociais desenvolvidas não visam primordialmente um retorno financeiro. Observaram que o retorno que a empresa tem é a satisfação de seus colaboradores e da sociedade.

Quanto à utilização do Balanço Social como instrumento de gestão, os respondentes mencionaram que este é publicado no *site* da empresa no menu "responsabilidade socioambiental". A sua divulgação ocorre em um café da manhã no mês de agosto de cada ano, abrangendo a participação de todas as lideranças para a análise de resultados. No mês de setembro, inicia-se o planejamento estratégico, quando são analisados os cenários interno e externo para a criação de projetos e metas para o próximo ano.

Alguns indicadores destacados pelos respondentes incluíam: investimentos para melhoria do meio ambiente; educação ambiental de colaboradores e comunidade; valor aplicado em ações sociais em entidades públicas e privadas e capacitação profissional dos colaboradores.

ativa em ações comunitárias levadas a efeito na região onde estão atuando, além de procurar minorar possíveis problemas ambientais decorrentes do seu processo produtivo, como mencionado no referencial teórico.

Para tal, buscou-se identificar as ações sociais internas e externas que estão sendo desenvolvidas na empresa; conhecer o posicionamento dos gestores quanto à responsabilidade socioambiental e identificar o impacto na empresa decorrente das ações socioambientais desenvolvidas, sendo que a coleta dos dados foi efetuada mediante instrumento de pesquisa (questionário) contendo questões abertas, que foram respondidas por diretores e gerentes da empresa.

Nas respostas obtidas, foi possível constatar algumas políticas da empresa no campo socioambiental. Os gestores salientaram a importância e a necessidade de as empresas terem comprometimento socioambiental, e mencionaram que, desde a fundação da empresa, são adotadas práticas sociais, e que em 2014 a empresa foi certificada pela Norma ISO 14001 pela implementação de Sistema de Gestão Ambiental. Argumentaram que a empresa está se adaptando às mu-

danças mundiais, procurando realizar ações sólidas e planejadas, as quais contribuem para o seu crescimento, além de conquistar credibilidade perante a sociedade, colaboradores, fornecedores e clientes.

Nos depoimentos colhidos, todos os respondentes se manifestaram sobre a repercussão positiva em relação às premiações recebidas pela empresa, constatando que as equipes se mostravam felizes e motivadas pelo reconhecimento do trabalho desempenhado durante todo o ano. É possível inferir que essa motivação tenha reflexo positivo no desempenho dos colaboradores, porém não foi objeto de questionamento. Também ficou claro o comprometimento de todos os diretores e gerentes na elaboração do Balanço Social da empresa.

Foram descritas várias ações voltadas ao meio ambiente, entre elas a renovação da frota, considerando que isso reduz a emissão de gás carbônico no meio ambiente; estação de tratamento e reuso da água; tratamento de pintura e separação de resíduos, entre outras. No âmbito interno foram mencionadas ações sociais voltadas aos colaboradores e familiares como: informativo interno; murais; café da manhã com os gestores; papo aberto;

programas de reconhecimento; campanhas de agasalho; doação de alimentos e material escolar, etc., tendo sempre em mente melhorar a sua qualidade de vida.

Outro ponto destacado no estudo diz respeito à continuidade na realização de ações de cunho socioambiental no futuro, mesmo que a crise perdure. Os respondentes mencionaram que existem diversas possibilidades de realizar ações que não exijam altos custos, como, por exemplo, campanha do agasalho, arrecadação de alimentos e brinquedos para serem distribuídos às pessoas carentes da comunidade.

Por fim, com base nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, foi possível perceber que existe um grande entrosamento entre direção e gerência em torno da causa socioambiental, ou seja, há um espírito de solidariedade que faz parte da cultura empresa, e que se estende para todos os colaboradores.

Estudos futuros podem ser realizados no sentido de descrever sob a ótica de gestores os reflexos no desempenho da força de trabalho e sob a ótica de lideranças comunitárias os reflexos na comunidade, decorrentes das ações socioambientais desenvolvidas nas empresas.

6. Referências

ABREU, Mônica Cavalcanti Sá de; MEIRELES, Fernanda Rosalina da Silva; CUNHA, Larissa Teixeira da. Diferentes percepções sobre a responsabilidade social corporativa em empresas líderes do Brasil e da Índia. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais*, v. 10, n. 1, p. 18-29, 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES. *Portal*. Disponível em: < <http://www.antt.gov.br> >. Acesso em: 18 abr. 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *Portal*. Disponível em: < <http://www2.al.rs.gov.br> >. Acesso em: 10 mai. 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *Prêmio de Responsabilidade Social* – 15 edições. Porto Alegre: Corag, 2014.

BARBOSA, Vanessa. *20 empresas-modelo em responsabilidade socioambiental*. Disponível em: vanessabarbosaabril.com.br. Acesso em: 21 out. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. *Anuário CNT do Transporte*: Estatísticas Consolidadas. Portal. Disponível em: <<http://anuariodotransporte.cnt.org.br/>> Acesso em: 13 jun. 2016.

COUTINHO, Renata Buarque Goulart; MACEDO-SOARES T. Diana L. V. Gestão estratégica com responsabilidade social: arcabouço analítico para auxiliar sua implementação em empresas no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 6, n. 3, p. 75-96, 2002.

DANTAS, Edmundo Brandão. A Imagem organizacional e imagem de marca. In: BICALHO, Joana, DOWBOR, Ladislau (Org). *Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental: uma nova visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atlas, 2009.p.52-94.

DIAS, Reinaldo. Responsabilidade social: fundamentos e gestão. *São Paulo: Atlas*, 2012.

FARIA, Alexandre; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 42(1), p.7-33, jan/fev 2008.

FOGLIATTI, Maria Cristina; CAMPOS, Vânia Barcellos; FERRO, Marco Aurélio; SINAY, Laura; CRUZ, Isolina. *Sistema de Gestão Ambiental para empresas*. 2.ed. Rio de Janeiro, 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnica de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. Portal. Disponível em: <www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 04 nov. 2016.

INSTITUTO Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Portal. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/missao/#.Vgl9QE0XLMo>. Acesso em: 27 set. 2015.

MANGUCI, Dora Batista de Tolêdo. *Responsabilidade Social das empresas*: indicadores e oportunidades. Dissertação Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado em Ciências Sociais, 2014.

MARTINS, Eliseu, RIBEIRO, Maisa de Souza. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. *Revista Interamericana de Contabilidade*, nº 60, p.31-40, out/dez 1995.

MARTINS, Alex S. R.; QUINTANA, Alexandre C.; JACQUES, Flávia V. S.; MACHADO, Daiane P. O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. *Revista Contemporânea De Contabilidade (RCC)*. UFSC, Florianópolis, v.10, n.19, p.49-70, jan./abr., 2013.

MAYNARD JR., H. B.; MEHRTENS, S.E. Redefinições da prosperidade empresarial. In: RAY, M.; RINZLER, A. (Orgs.). *O novo paradigma nos negócios*. São Paulo: Cultrix, 1993.

MAZZIONI, S. *Delineamento de um modelo de balanço social para uma fundação universitária*. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, 2005.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. *Gestão de responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

NASCIMENTO, Lucélia Lima; MONTENEGRO, Ludmilla Meyer. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: um estudo no setor de cerâmica vermelha de Itabaiana-se-(DOI-[http://dx. doi. org/10.17800/2238-8893/aos.v4n2p147-172](http://dx.doi.org/10.17800/2238-8893/aos.v4n2p147-172)). *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 4, n. 2, p. 147-172, 2016.

OLIVEIRA, Patrícia Grenfell; RIBEIRO, Renata Aquino; CABRAL, Augusto C. Aquino; SANTOS, Sandra Maria. O MARKETING SOCIAL COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO: O CASO DA EMPRESA EXPRESSO GUANABARA. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo - ReAT*, v. 7, n. 4, p. 740-758, 2015.

RAMOS, André; ANDRADE, Cláudio; BRANDÃO, Edmundo; SARDINHA, Geraldo; BORDA, Gilson; SILVA, Hélio; BICALHO, Joana; DOWBOR, Ladislau (Org). *Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental: uma nova visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Maisa de Souza. *Contabilidade Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIO GRANDE DO SUL *Lei n. 11.440*, de 18 de janeiro de 2000. Cria o Certificado Responsabilidade Social – RS para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

SANTOS, Elenice C. R. M. Responsabilidade Social ou Filantropia? *Revista Técnica da Sanepar*. Curitiba, v. 20, n. 20, p. 18-27, jul/dez. 2003.

SARDINHA, Geraldo. Sustentabilidade nas organizações. In: BICALHO, Joana, DOWBOR, Ladislau (Org). *Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental: uma nova visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atlas, 2009.p.37-50.

SOUZA, Nayara Ribeiro; GONZALEZ JUNIOR, Ivo Pedro. Responsabilidade social: uma análise dos balanços sociais do Banco Bradesco S/A no período de 2010 a 2014. *Revista Formadores*, v. 9, n. 1, p. 48, 2016.

TACHIZAWA, T. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social e o Relatório da Sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2010.

WORDLE. *Portal*. Disponível em:< <http://www.wordle.net/create> >. Acesso em: 14 dez.2016.

APÊNDICE A

Questão 1 - Qual o seu posicionamento em relação ao tema responsabilidade socioambiental nas empresas de modo geral?

Questão 2 - O que você entende por responsabilidade social do empresário?

Questão 3 - O que incentiva as empresas a se engajarem em práticas socialmente responsáveis?

Questão 4 - Como começou o interesse em implementar a responsabilidade socioambiental na empresa?

Questão 5 - Quando e por que ocorreu o interesse em enviar o Balanço Social da empresa para concorrer ao Certificado de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado do RS?

Questão 6 - Como a responsabilidade socioambiental pode ser identificada na forma de conduzir os negócios da empresa?

Questão 7 - Quais são as ações de responsabilidade social interna desenvolvidas na empresa? Qual o retorno que tem sido observado?

Questão 8 - Quais são as ações de responsabilidade social externa desenvolvidas pela empresa? Qual o retorno que tem sido observado?

Questão 9 - Qual o seu posicionamento em relação aos custos ou investimentos decorrentes da implementação na empresa de ações de responsabilidade socioambiental?

Questão 10 - O balanço social tem sido utilizado na empresa como um instrumento de gestão para as tomadas de decisões? Poderia exemplificar?

Questão 11 - Qual a repercussão interna e externa decorrente da premiação recebida da Assembleia Legislativa pela empresa?

Questão 12 - Você acha que os colaboradores estão preocupados com a responsabilidade social? Qual a estratégia utilizada na empresa para engajar todos os funcionários no projeto socioambiental?

Questão 13 - As ações de responsabilidade social são práticas comuns entre as principais empresas concorrentes?

Questão 14 - Pretende-se na empresa seguir com o desenvolvimento de ações socioambientais? Quais os planos futuros?



Reflexos da nova sistemática de cálculo do Simples Nacional na carga tributária: uma análise das alterações promovidas pela LC n.º 155/2016 e Lei Estadual n.º 11.031/2017 para as empresas comerciais no Estado da Paraíba

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o impacto tributário decorrente da Lei Complementar n.º 155/2016 e da Lei Estadual n.º 11.031/2017 para as empresas do comércio paraibano enquadradas no Simples Nacional (SN). Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, descritiva, bibliográfica e com uma abordagem quantitativa. A fim de observar os reflexos gerados pela alteração do cálculo do SN nas empresas do comércio paraibano, foi escalonado um Faturamento Mensal Médio (FMM) a cada dez mil reais. Evidenciou-se que das trinta faixas de FMM analisadas apenas em 7 houve reduções da carga tributária do SN, quando comparado à nova sistemática de cálculo com a antiga. Assim sendo, as demais 23 faixas expressaram acréscimo da carga tributária no novo cálculo. Em relação às reduções, percebe-se que variam de 0,02 a 0,64 pontos percentuais, enquanto ao observar os acréscimos, percebe-se que estes variam de 0,04 a 1,31 pontos percentuais. Com isso, pôde-se concluir que a nova sistemática de cálculo tem como principais reflexos na carga tributária o aperfeiçoamento da obediência ao princípio da progressividade, assim como o aumento do montante monetário dos tributos envolvidos no Simples Nacional.

2098 - Recebido em 15/8/2018. Distribuído em 16/8/2018. Pedido de revisão em 21/9/2018. Resubmetido pelo autor em 3/10/2018. Aprovado em 7/11/2018, na segunda rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição janeiro-fevereiro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

Matheus de Farias Aires

Graduado em Ciências e Contábeis pela UEPB Campus I, é pós-graduando em Auditoria Digital e Direito Tributário pela BSSP em João Pessoa (PB). Atualmente é analista fiscal da empresa Contágil Serviços Contábeis.
E-mail: matheus_farias_aires@hotmail.com

José Elinilton Cruz de Menezes

Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de João Pessoa (UEPB) (1995), é mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (2003). É professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
E-mail: elinilton.pb@gmail.com

Mamadou Dieng

Doutor em Ciências com ênfase em Controladoria e Contabilidade pelo Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (PPGCC/FEA/USP) (2016), é doutor pela Université Lyon 3/Jean Moulin (France), (2015). É mestre pelo programa multi-institucional e inter-regional (UnB/UFPE/UFPB/UFRN) (2005) e bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco (2002). É professor adjunto e foi pró-reitor Adjunto de Ensino de Graduação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
E-mail: mamadou04@hotmail.com

Sidney Soares de Toledo

É bacharel em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UEPB), (1996). É bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba (1996) e mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (2002). Atualmente é consultor - S Toledo Produções Multimídia Ltda, sócio - C&T Consultores e Associados Ltda e professor efetivo da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
E-mail: sidney@stoledo.com.br

1. Introdução

A carga tributária é o montante dos recursos financeiros recolhidos em forma de tributos com o objetivo de dar suporte ao Poder Público para que este possa financiar suas atividades e alcançar seus objetivos. Além do impacto direto, há que se considerarem, também, os gastos administrativos com o gerenciamento e o controle das atividades tributárias (OLIVEIRA, 2011). Zanluca (2007) acrescenta que os tributos brasileiros representam grande parcela dos custos das empresas, senão a maior.

Devido a esse estudo ter como foco de análise a carga tributária das empresas optantes pelo Simples Nacional, é importante mencionar que esse regime está regulamentado na LC n.º 123/2006, ou 'Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas', a qual estabelece normas gerais, no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, quanto à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições das micros e pequenas empresas. Esse regime reúne seis tributos federais: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Programa de Integração Social (PIS) e INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) Patronal; um no âmbito estadual: o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e um no municipal: o Imposto sobre Serviço (ISS) (FABRETTI, 2007).

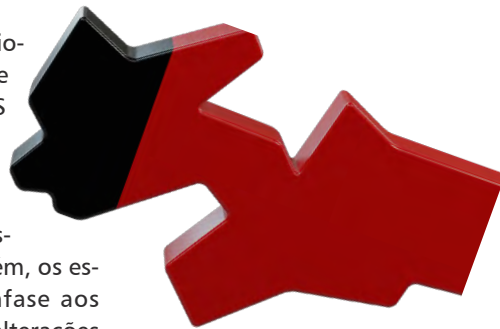
Dada à relevância econômica desse tributo tanto para o estado quanto para as empresas optantes desse regime tributário, estudos têm investigado as mudanças pro-

vocadas pelo Simples Nacional no mercado de micro e pequenas empresas (DOS SANTOS, 2017). Também, PINHEIRO et al. (2016) avaliaram o Simples Nacional como forma de crescimento empresarial. Porém, os estudos não têm dado ênfase aos reflexos decorrentes das alterações da legislação do Simples Nacional em consonância às leis estaduais.

Tendo em vista que o Simples Nacional sofreu recentes modificações de sua sistemática de cálculo, visando aperfeiçoar a aplicação do princípio constitucional da progressividade, esse trabalho tem como norteamo maior o estudo dos reflexos na carga tributária a partir de janeiro de 2018 das empresas do comércio paraibano optantes por esse regime. Dentre as modificações promovidas pela Lei Complementar n.º 155/2016, destacam-se a redução do número de anexos, a contração do escalonamento por faixas de faturamento de cada anexo e, por fim, a nova fórmula de cálculo, a qual utiliza de uma alíquota nominal para após os cálculos encontrar a alíquota efetiva do Simples Nacional.

Advindo da alteração na sistemática de cálculo ocorrida pela Lei Complementar n.º 155/2016 na Lei Complementar n.º 123/2006, o presente estudo traz a seguinte problemática de pesquisa: **Quais os reflexos tributários decorrentes das alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 155/2016 em consonância com a Lei Estadual de n.º 11.031/2017 para as empresas do comércio paraibano optantes pelo Simples Nacional?**

Quanto ao objetivo geral deste artigo, tem-se que essa pesquisa procurou analisar o impacto tributário decorrente da Lei Complementar n.º 155/2016 e da Lei Estadual n.º 11.031/2017 para as empresas do comércio paraibano enquadra-



das no Simples Nacional. Como objetivos específicos, destacam-se os seguintes: demonstrar em valores monetários e em percentual os reflexos tributários expostos a partir das alterações propostas pela Lei Complementar n.º 155/2016 e da Lei Estadual n.º 11.031/2017, assim como ele busca apresentar de forma clara as referidas alterações para os usuários interessados no setor estudado, além de observar a aplicabilidade do princípio da progressividade defendido pela nova sistemática de cálculo do Simples Nacional.

O estudo justifica-se por ser embasado no fato que, de acordo com a Secretaria de Receita de Estado da Paraíba, do total de inscrições estaduais ativas no Estado da Paraíba (121.514), 79,71% (96.859) são optantes pelo Simples Nacional, e dentro deste número, o quantitativo de 68.939, equivalente a 71,17% (SER, 2018), representam o número de empresas que possuem a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) – código responsável por classificar as atividades comerciais a nível nacional; principal código que designa o setor de comércio como atuação basilar, seção G, de acordo com a Comissão Nacional de Classificação (Concla). Assim sendo, fica nítido o expressivo volume de empresários e demais *stakeholder* atingidos com o presente estudo, ao passo que a análise da carga tributária repercute de forma direta na arrecadação de tributos, além de refletir na formação de preço dos itens comercializados.

Além deste capítulo, que se refere à introdução, a qual apresentou, contextualizou, objetivou e por fim justificou de forma breve o tema abordado, a pesquisa é ainda composta pela fundamentação teórica, que é subdividida em cinco tópicos, a saber: o Simples Nacional e sua evolução legislativa; em seguida, a Lei Complementar n.º 123/2006 acompanhada das alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 155/2016; logo após, apresenta-se um tópico do ICMS Paraíba; e finaliza com a análise dos estudos correlatos ao tema. Dando continuidade, no capítulo subsequente, estão expostos os procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento do artigo, seguido dos resultados obtidos na pesquisa, que imediatamente após têm-se as considerações finais da pesquisa. Por fim são apresentadas as referências que alicerçaram a execução e consolidação desse artigo.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Simples Nacional e sua evolução legislativa

O conceito conciso sobre o Simples Nacional é abarcado pela própria lei que o instituiu, a Lei Complementar n.º 123, de 2006, que o define como um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte a partir de 1º de janeiro de 2007.

Para melhor entender esse regime simplificado, será necessário observar os principais acontecimentos legais aos quais evoluíram no decorrer do tempo e resultaram no atual e conhecido regime do Simples Nacional. O primeiro instrumento legal a estabelecer tratamento especial às empresas com menor participação no mercado foi a Lei n.º 7.256, do ano de 1984. De acordo com Silva (2008), essa foi a lei de maior relevância sobre o tema em período

antecessor à Constituição Cidadã; ela abarcou assuntos administrativos, tributários, trabalhistas e previdenciários sobre as microempresas.

Naylor (2015) afirma que o Simples Nacional surgiu de fato da necessidade de o sistema tributário nacional tornar eficazes os princípios expostos no Art. 170, inciso IX e o Art. 179 da Constituição Federal oriundos da Emenda Constitucional n.º 42, de 19 de dezembro de 2003. Desse modo, esses trechos constitucionais seguem transcritos a seguir:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...)

IX - Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Em momento posterior à promulgação da Constituição Federal, ficou instituída a Lei 8.864, de 1994, reforçando tratamentos diferenciados nos campos administrativos, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de desenvolvimento empresarial (SARFATI, 2013). Entretanto, foi somente em 1996 com a Lei n.º 9.317 que houve um marco relevante no viés tributário para as microempresas e empresas de pequeno porte, visto que tal ordenamento alicerçou o recolhimento em documento único de arrecadação dos tributos federais, por meio do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Mi-

croempresas e Empresas de Pequeno porte, fato este que essa lei ficou conhecida como Simples Federal. Em 1999, ficou instituído o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas (MPes), referenciado na Constituição Federal, por meio da Lei de n.º 9.841 (SILVA & LIMIRO, 2007).

Mas foi em 2006 o ano da criação da Lei Complementar de n.º 123, a qual conforme expressa seu Art. 1º, foi responsável por estabelecer as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ficando revogadas a Lei n.º 9.317, de 1996, e a Lei n.º 9841, de 1999. A Lei Complementar n.º 123/2006 sofreu diversas alterações, sendo a última destas a Lei Complementar n.º 155/2016, responsável pela modificação da forma de cálculo dos tributos envolvidos no Simples Nacional, que, devido à importância das duas leis complementares para essa pesquisa, serão apresentadas de forma mais detalhadas nos tópicos a seguir.

2.2 Lei Complementar n.º 123/2006

Conforme informado no parágrafo anterior, a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, estabeleceu as normas gerais a respeito do tratamento especial preconizado na Constituição para as micro e pequenas empresas. Não obstante, a referida norma legal ficou conhecida com a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas ou ainda a Lei do Simples Nacional.

De acordo com Gomes (2017), ao optar pelo regime instituído na Lei Complementar n.º 123/2006, a empresa obtém, entre outras vantagens, a possibilidade de recolher praticamente todos os seus tributos em um único documento, calculado sobre sua receita bruta. Ainda para o mesmo autor, o principal ob-

jetivo desta Lei é fomentar o desenvolvimento de micros e de pequenas empresas, ou seja, fazer com que tenham um regime jurídico simplificado e favorecido, buscando desonerar e garantir menos burocracia e também menor carga tributária em relação aos impostos da União, estados, Distrito Federal e municípios (GOMES, 2017).

Para melhor esclarecer quais tributos o autor menciona, segue a listagem taxativa dos 8 (oito) tributos envolvidos no Simples Nacional de acordo com o Art. 13º da Lei: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e, a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP).

Assim sendo, o regime não instituiu nenhum novo tributo, apenas determinou, relativamente aos referidos e já existentes tributos, a aplicação de alíquotas limites por faixa de receita bruta, a serem aplicadas na tributação dos micros e pequenos empresários que optarem por esse tratamento tributário diferenciado. O Simples Nacional não corresponde, portanto, à definição de “tributo único federal” tanto afirmada por Silva (2008).

2.3 Alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 155/2016

Entre as alterações ocorridas na Lei Complementar n.º 123/2006, a que mais promoveu modificações na sistemática de cálculo do Simples Nacional foi a Lei Complementar de n.º 155/2016. Ela teve como vigência inicial das modificações no tocante à sistemática de cálculo o dia 1º de janeiro de 2018, e que as alterações determinadas por esse ordenamento legal embasam o principal objeto de estudo dessa pesquisa, voltada para o setor de comércio localizado no território paraibano.

É importante mencionar que antes da Lei Complementar n.º 155/2016, a Lei Complementar n.º 123/2006 possuía 6 (seis) anexos, com os quais as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes poderiam se enquadrar para fins de pagamento do Simples Nacional de acordo com atividade que desenvolviam, ou seja, comércio, indústria e/ou serviços. Pelo fato de que cada um desses anexos era desdobrado em 20 (vinte) faixas de faturamento, faixas essas que eram determinadas a partir do montante da receita bruta acumulada dos últimos 12 (doze) meses ou quando se trata de empresas em início de atividades, que ainda não possuía 12 meses de receita, deve-se encontrar a média das receitas existentes e em seguida multiplicar por 12; ao encontrar a alíquota pertencente à devida faixa, bastava efetuar a multiplicação desta alíquota pela receita bruta mensal. Como o foco dessa pesquisa é o setor de comércio, então segue abaixo a Tabela 1, que detalha o anexo I da Lei n.º 123/2006 com vigência até 31 de dezembro de 2017:

Tabela 1 – Anexo I da LC 123/2006. Vigência até 31/12/2017 Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Receitas do Comércio:

Receita Bruta (RBT12)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	CPP	ICMS
Até 180.000,00	4,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%
De 180.000,01 a 360.000,00	5,47%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%
De 360.000,01 a 540.000,00	6,84%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%
De 540.000,01 a 720.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De 720.000,01 a 900.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	11,23%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	11,32%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	11,42%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	11,51%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	11,61%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

Fonte: Receita Federal – Lei Complementar n.º 123/2006 CGSN versão consolidada

Entretanto, a partir de 1º de janeiro de 2018, as alterações promovidas pela Lei Complementar de n.º 155/2016 entraram em vigor e estabeleceu como nova sistemática de cálculo as seguintes principais alterações: I) O que antes eram 6 (seis) anexos, passou depois da vigência da nova lei a ser apenas 5 (cinco), sendo desdobrado as atividades englobadas no último anexo para os anexos III e o V; II) Como já exposto, cada anexo possuíam 20 (vinte) faixas de faturamento, as quais foram reduzidas a 6 (seis) escalonamentos de faturamento; e III) Necessidade de encontrar a alíquota efetiva por meio de uma fórmula encontrada pela multiplicação da receita bruta acumulada dos últimos 12 (meses) pela alíquota nominal, subtraída da parcela a deduzir e dividido pela receita bruta acumulada dos últimos 12 (meses) – representada algebricamente a seguir a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Alíquota Efetiva} = \frac{(\text{RBT12} \times \text{Alíquota Nominal}) - \text{Parcela a Deduzir}}{\text{RBT12}}$$

De posse de todos os dados necessários para se calcular a alíquota efetiva, basta aplicar a fórmula para encontrar o valor do Simples Nacional devido da competência em referência. A seguir, na Tabela

2, segue a tabela a qual deve ser utilizada para encontrar a alíquota efetiva do Simples Nacional para as atividades englobadas no Anexo I com vigência a partir de 1º/1/2018.

Por fim, após detectar a alíquota efetiva do Simples Nacional, conforme supracitado, cabe analisar a distribuição desta entre os tributos envolvidos nesse regime, ficando a cargo da Tabela 3, que segue logo abaixo, evidenciar essa partilha a partir de 1º de janeiro de 2018:

2.4 ICMS Paraibano

O inciso II do Art. n.º 155 da Carta Magna vigente expõe os preceitos gerais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). De competência dos estados e do Distrito Federal, o ICMS é o imposto de maior carga tributária, correspondente a 18,30% do total de tributos pagos pelos brasileiros, conforme dados extraídos do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT, 2017).

Conforme supracitado, o estado é o órgão competente para legislar sobre o ICMS, de modo que a Lei Complementar n.º 123/2006

ratifica esse posicionamento constitucional, ao passo que, em seu Art. 18, inciso 20, e nos artigos 31 e 32 da Resolução CGSN n.º 94, de 29 de novembro de 2011, confirma o direito dos estados de conceder redução ou isenção desse tributo até mesmo às micros e pequenas empresas já optantes pelo Simples Nacional, segundo transcrito abaixo:

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do Art. 3º.

§ 20. Na hipótese em que o estado, o município ou o Distrito Federal concedam isenção ou redução do ICMS ou do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda determine recolhimento de valor fixo para esses tributos, na forma do § 18 deste artigo, será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, na forma definida em resolução do Comitê Gestor.

Tabela 2 – Anexo I. Vigência a partir 01/01/2018 Alíquotas do Simples Nacional – Receitas do Comércio:

Faixa	Receita Bruta (RBT12)	Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)
1a Faixa	Até 180.000,00	4,00%	-
2a Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3a Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4a Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5a Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6a Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Fonte: Receita Federal – Lei Complementar n.º 123/2006 CGSN versão consolidada

Tabela 3 – Anexo I da LC 123/2006. Vigência a partir de 01/01/2018 Partilha do Simples Nacional – Receitas do Comércio:

Faixa	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS	CPP	ICMS
1a Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
2a Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
3a Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
4a Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
5a Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
6a Faixa	13,50%	10,00%	28,27%	6,13%	42,10%	-

Fonte: Receita Federal – Lei Complementar n.º 123/2006 CGSN versão consolidada

Adentrando na circunscrição paraibana e observando agora as legislações estaduais com reflexo no cálculo do Simples Nacional, têm-se basicamente dois ordenamentos legais aos quais reduziram a alíquota efetiva do ICMS dentro do Simples Nacional: o primeiro é a Lei n.º 8.814, de 9 de junho de 2009, com vigência até 31 de dezembro de 2017; e o segundo é a Lei n.º 11.031, de 12 de dezembro de 2017, com vigência inicial em 1º de janeiro de 2018. Abaixo segue a Tabela 4 contendo as reduções presente na Lei n.º 8.814/2009 e a Tabela 5 contendo as reduções exposta na Lei n.º 11.031/2017.

2.5 Estudos Correlatos ao tema

A análise dos estudos correlatos abordando o Simples Nacional e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) como temas de pesquisa, nos últimos cinco anos, publicados em periódicos de Ciências Contábeis, vêm contextualizar as principais linhas elaboradas sobre o tema, além de quantificar a relevância dada ao assunto.

O levantamento bibliométrico foi desenvolvido a partir de um plano de pesquisa que teve como norteamento inicial os seguintes parâmetros: I. Os artigos que foram publicados em periódicos de Contabilidade e áreas afins classificados pela Capes com Qualis entre A2 e B5 e revisados por pares; II. Publicados entre os anos de 2013 e 2017 no território nacional; III. Devesse o termo Simples Nacional ou ICMS ou Empresa de Pequeno Porte ou, ainda, o termo Microempresa em seu título ou nas palavras-chaves.

As bases de dados analisadas representam um quantitativo de três portais eletrônicos, a saber: a

primeira referente ao repositório do *Scientific Periodicals Electronic (Spell)*; a segunda base refere-se ao portal de anais da USP; e a última base considerada foi Capes/MEC com acesso restrito.

Iniciando a pesquisa com a primeira base de dados mencionada acima, foram encontrados 14 artigos que satisfizeram aos parâmetros analisados. Ao pesquisar no portal de anais da USP com os filtros utilizados, foram detectados dois artigos, no entanto um destes

já havia sido contabilizado como pertencente da primeira base, resultando assim um total de 15 artigos distintos nas duas primeiras bases. Por fim, da última base, foram extraídos sete artigos, entretanto todos estes já haviam sido relacionados nas duas consultas anteriores. Assim sendo, após a busca nas três bases, resultou-se uma amostra de 15 artigos que atendessem aos parâmetros iniciais, e cujos detalhes estão representados no Quadro 1.

Tabela 4 – Reduções do ICMS. Vigência até 31/12/2017 – Lei nº 8.814/2009:

Receita Bruta (RBT12)	Percentual de ICMS	Redução
Até 120.000,00	0,50%	60,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	1,00%	46,24%
De 240.000,01 a 360.000,00	2,00%	14,16%
De 360.000,01 a 480.000,00	2,00%	21,88%
De 480.000,01 a 600.000,00	2,00%	22,48%
De 600.000,01 a 720.000,00	2,00%	29,08%
De 720.000,01 a 840.000,00	2,00%	29,58%
De 840.000,01 a 960.000,00	2,00%	30,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	2,00%	34,85%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	2,00%	35,48%

Fonte: SER PB – Lei 8.814/2006

Tabela 5 – Reduções do ICMS. Vigência a partir de 1º/1/2018 – Lei n.º 11.031/2017:

Receita Bruta (RBT12)	Redução
Até 180.000,00	63,23%
De 180.000,01 a 360.000,00	21,87%
De 360.000,01 a 720.000,00	17,32%
De 720.000,01 a 1.800.000,00	11,67%

Fonte: SER PB – Lei 11.031/2017

Quadro I – Quantidade de artigos encontrados por periódicos.

Revista	QUALIS	Qte de artigos
Ciências da Administração	B2	1
Desenvolvimento em Questão	B3	2
Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo	B2	1
Revista Capital Científico – Eletrônica	B1	2
Revista Ciências Administrativas	B2	1
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	B2	2
Revista Contabilidade & Finanças (USP)	A2	2
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B5	1
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	B3	1
Revista de Micro e Pequena Empresa	B3	1
Revista Mineira de Contabilidade – RMC	B5	1
Σ	-	15

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Entre os estudos publicados, destacam-se por haver correlação direta com o tema abordado nessa pesquisa os seguintes artigos: Paula, Costa e Ferreira (2016) analisaram os reflexos da carga tributária para os pequenos negócios antes e após a vigência do Simples Nacional, concluindo que a metodologia de cálculo desse regime diferenciado não foi efetiva na redução da carga tributária, no entanto, possui seus méritos ao ser descrita, segundo os resultados da pesquisa como um instrumento que promoveu um avanço no tratamento favorecido, diferenciado e simplificados às MPES. Pereira, Silva, Moreira, Brunozi (2013) enfatizaram o impacto do ICMS-ST no regime do Simples Nacional nas empresas da região do Alto Paranaíba, em Minas Geras. Como resultado, encontrou-se que o estado estudado vem majorando o rol de produtos englobados na sistemática da substituição tributária, fato este que fornece maior controle e fiscalização aos órgãos competentes, além de beneficiar as empresas optantes pelo Simples Nacional. Já o trabalho de Aguiar (2013) ressalta que o Simples Nacional é benéfico ao empresariado, ao passo que facilita o cumprimento das obrigações fiscais acessórias exigidas pelos órgãos competentes.

3. Metodologia

Neste capítulo, será possível analisar as características da pesquisa,

assim como os procedimentos metodológicos que serviram de base para a realização do presente estudo.

Essa pesquisa objetivou analisar o impacto tributário decorrente da Lei Complementar n.º 155/2016 e da Lei n.º 11.031/2017 para as empresas do comércio paraibano enquadradas no Simples Nacional; foi desenvolvida uma pesquisa de caráter exploratória, que, de acordo com Vergara (2005), é aquela à qual é realizada sempre que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre o tema, ou seja, é carente de embasamento literário. Esta pesquisa ainda se caracteriza quanto aos objetivos como descritiva, tendo como base Gil (2010), pois ela busca observar o impacto tributário causado pela modificação da sistemática de cálculo do Simples Nacional.

Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, visto que foi desenvolvida a partir de material já elaborado, como livros e artigos científicos (GIL, 2010). Este estudo possui uma abordagem quantitativa por utilizar cálculos mensuráveis como suporte para o desenvolvimento do estudo (STAKE, 2011).

Todo o estudo se deu no período de 12 de março a 10 de abril e teve como fonte de coleta de dados a leitura e a documentação acerca do tema em estudo, encontradas principalmente em livros, leis e artigos na internet, conciliando ainda com o conhecimento prático do autor. *A posteriori*, foi elaborada uma tabela com

a finalidade de confrontar a carga tributária das empresas do comércio paraibano enquadradas no Simples Nacional antes e após a entrada da vigência da nova sistemática de cálculo desse regime, tendo como principais normas legais responsáveis pela referida modificação do cálculo a Lei Complementar n.º 155/2016 e a Lei n.º 11.031/2017. A fim de tentar observar o impacto gerado da alteração do cálculo do Simples Nacional nas empresas do comércio paraibano, foi escalonado um Faturamento Mensal Médio (FMM) a cada dez mil reais, iniciando em R\$10.000,00 e finalizando em R\$300.000,00, por representar a RBT12 máxima, a qual o cálculo do ICMS encontra-se dentro do Simples Nacional. A RBT12, sigla dada a Receita Bruta dos últimos 12 meses, equivale à multiplicação da FMM por 12.

4. Síntese dos Resultados

A partir dos procedimentos anteriormente mencionados, ficou evidenciada a Tabela 6, a qual compara a alíquota efetiva, após as devidas reduções, da antiga sistemática de cálculo do Simples Nacional com a nova fórmula. É importante ratificar que a primeira é embasada pela LC n.º 123/2006 junto da Lei Estadual de n.º 8.814/2009, enquanto a segunda fórmula detém como embasamentos legais a LC n.º 155/2016 e Lei do Estado da Paraíba de n.º 11.031/2017.

“Concluiu-se que esse novo cálculo tem como principais reflexos na carga tributária o aperfeiçoamento quanto à obediência ao princípio da Progressividade, assim como o aumento do montante monetário dos tributos envolvidos no Simples Nacional.”

Tabela 6 – Tabela comparativa da Alíquota Efetiva do Simples Nacional antes e após a vigência da LC n.º 155/2016 e da Lei n.º 11.031/2017:

Faturamento Mensal Médio (R\$)	Receita Bruta (RBT12)	Alíquota Efetiva SN - Antes da LC 155/2006	Alíquota Efetiva SN - Após a LC 155/2006
R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00	3,25%	3,14%
R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00	5,11%	4,47%
R\$ 30.000,00	R\$ 360.000,00	5,11%	5,23%
R\$ 40.000,00	R\$ 480.000,00	6,51%	6,23%
R\$ 50.000,00	R\$ 600.000,00	6,98%	6,77%
R\$ 60.000,00	R\$ 720.000,00	6,98%	7,14%
R\$ 70.000,00	R\$ 840.000,00	7,02%	7,71%
R\$ 80.000,00	R\$ 960.000,00	7,46%	8,03%
R\$ 90.000,00	R\$ 1.080.000,00	7,46%	8,28%
R\$ 100.000,00	R\$ 1.200.000,00	7,52%	8,83%
R\$ 110.000,00	R\$ 1.320.000,00	8,45%	9,00%
R\$ 120.000,00	R\$ 1.440.000,00	8,45%	9,14%
R\$ 130.000,00	R\$ 1.560.000,00	9,03%	9,26%
R\$ 140.000,00	R\$ 1.680.000,00	9,12%	9,36%
R\$ 150.000,00	R\$ 1.800.000,00	9,12%	9,45%
R\$ 160.000,00	R\$ 1.920.000,00	9,95%	9,75%
R\$ 170.000,00	R\$ 2.040.000,00	10,04%	10,02%
R\$ 180.000,00	R\$ 2.160.000,00	10,04%	10,26%
R\$ 190.000,00	R\$ 2.280.000,00	10,13%	10,47%
R\$ 200.000,00	R\$ 2.400.000,00	10,23%	10,66%
R\$ 210.000,00	R\$ 2.520.000,00	10,23%	10,84%
R\$ 220.000,00	R\$ 2.640.000,00	10,32%	10,99%
R\$ 230.000,00	R\$ 2.760.000,00	11,23%	11,14%
R\$ 240.000,00	R\$ 2.880.000,00	11,23%	11,27%
R\$ 250.000,00	R\$ 3.000.000,00	11,32%	11,39%
R\$ 260.000,00	R\$ 3.120.000,00	11,42%	11,50%
R\$ 270.000,00	R\$ 3.240.000,00	11,42%	11,61%
R\$ 280.000,00	R\$ 3.360.000,00	11,51%	11,70%
R\$ 290.000,00	R\$ 3.480.000,00	11,61%	11,79%
R\$ 300.000,00	R\$ 3.600.000,00	11,61%	11,88%

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Com a finalidade de melhor demonstrar as informações presentes na Tabela 6, alinhada com outras informações ainda não expostas, optou-se por construir dois gráficos, sendo que o primeiro revela a alíquota efetiva do Simples Nacional para as duas sistemáticas de cálculo do regime, enquanto o segundo faz uma da alíquota efetiva do ICMS – PB dentro do Simples Nacional. É relevante informar que, para os gráficos apresentados a seguir, padronizou que no eixo horizontal serão expressas as 30 (trinta) faixas de Faturamento Mensal Médio (R\$), já para o eixo vertical dos gráficos será demonstrada a carga tributária (%).

Como se pode observar, tanto na Tabela 6 quanto no Gráfico 1, ficou constatado que das trinta faixas de

FMM analisadas apenas em 7 (sete) houve reduções da carga tributária do Simples Nacional, quando comparada a nova sistemática de cálculo com a antiga. Assim sendo, as demais 23 (vinte e três) faixas expressaram acréscimo da carga tributária

no novo cálculo. Adentrando nas reduções, percebe-se que variam de 0,02 a 0,64 pontos percentuais, enquanto, ao observar os acréscimos, percebe-se que estes variam de 0,04 a 1,31 pontos percentuais. Considerando o intervalo estabelecido.

Gráfico 1 – Gráfico comparativo da Alíquota Efetiva do Simples Nacional antes e após a vigência da LC n.º 155/2016 e da Lei n.º 11.031/2017:



Fonte: elaborada pelo próprio autor.

Gráfico 2 – Gráfico comparativo da Alíquota Efetiva do ICMS – PB antes e após a vigência da Lei n.º 11.031/2017



Fonte: elaborada pelo próprio autor.

Analisando neste instante os reflexos no ICMS das empresas do comércio paraibano optantes pelo Simples Nacional promovidos pelas

mesmas normas legais que alteraram o cálculo do Simples Nacional, têm-se que das 30 (trinta) faixas de FMM estudadas em 3 (três) não hou-

ve impactos tributários quando comparados à nova sistemática de cálculo com a antiga; em 9 (nove) houve reduções do ICMS efetivo recolhido por tais empresas dentro do Simples Nacional e por conseguinte as demais 18 (dezoito) faixas expressaram acréscimo na referida comparação. Penetrando nessa análise, pode-se observar que, quanto às reduções, estas variam entre 0,01 e 0,22, enquanto nos acréscimos, estes estão escalonados entre 0,01 até 0,96.

Em resumo aos dois parágrafos anteriores, fica estabelecida a Tabela 7, a qual expressa todos quantitativos de forma conjunta até o momento levantado, sendo adotada a cor verde para expressar um acréscimo enquanto a cor vermelha expressa uma redução:

Tabela 7 – Tabela com as diferenças de alíquotas do Simples Nacional e do ICMS – PB entre a sistemática de cálculo antigo e a nova:

Faturamento Mensal Médio(R\$)	Alíquota Efetiva SN - Antes da LC 155/2006	Alíquota Efetiva ICMS - Antes da LC 155/2006	Alíquota Efetiva SN - Após a LC 155/2006	Alíquota Efetiva ICMS - Após a LC 155/2006	Diferença de Aliq - Simples Nacional	Diferença de Aliq - ICMS/PB
R\$ 10.000,00	3,25%	0,50%	3,14%	0,50%	-0,11%	0,00%
R\$ 20.000,00	5,11%	1,50%	4,47%	1,28%	-0,64%	-0,22%
R\$ 30.000,00	5,11%	1,50%	5,23%	1,50%	0,12%	0,00%
R\$ 40.000,00	6,51%	2,00%	6,23%	1,83%	-0,28%	-0,17%
R\$ 50.000,00	6,98%	2,00%	6,77%	1,99%	-0,21%	-0,01%
R\$ 60.000,00	6,98%	2,00%	7,14%	2,10%	0,16%	0,10%
R\$ 70.000,00	7,02%	2,00%	7,71%	2,37%	0,69%	0,37%
R\$ 80.000,00	7,46%	2,00%	8,03%	2,47%	0,57%	0,47%
R\$ 90.000,00	7,46%	2,00%	8,28%	2,55%	0,82%	0,55%
R\$ 100.000,00	7,52%	2,00%	8,83%	2,96%	1,31%	0,96%
R\$ 110.000,00	8,45%	2,87%	9,00%	3,01%	0,55%	0,14%
R\$ 120.000,00	8,45%	2,87%	9,14%	3,06%	0,69%	0,19%
R\$ 130.000,00	9,03%	3,07%	9,26%	3,10%	0,23%	0,03%
R\$ 140.000,00	9,12%	3,10%	9,36%	3,14%	0,24%	0,04%
R\$ 150.000,00	9,12%	3,10%	9,45%	3,17%	0,33%	0,07%
R\$ 160.000,00	9,95%	3,38%	9,75%	3,27%	-0,20%	-0,11%
R\$ 170.000,00	10,04%	3,41%	10,02%	3,36%	-0,02%	-0,05%
R\$ 180.000,00	10,04%	3,41%	10,26%	3,44%	0,22%	0,03%
R\$ 190.000,00	10,13%	3,45%	10,47%	3,51%	0,34%	0,06%
R\$ 200.000,00	10,23%	3,48%	10,66%	3,57%	0,43%	0,09%
R\$ 210.000,00	10,23%	3,48%	10,84%	3,63%	0,61%	0,15%
R\$ 220.000,00	10,32%	3,51%	10,99%	3,68%	0,67%	0,17%
R\$ 230.000,00	11,23%	3,82%	11,14%	3,73%	-0,09%	-0,09%
R\$ 240.000,00	11,23%	3,82%	11,27%	3,78%	0,04%	-0,04%
R\$ 250.000,00	11,32%	3,85%	11,39%	3,82%	0,07%	-0,03%
R\$ 260.000,00	11,42%	3,88%	11,50%	3,85%	0,08%	-0,03%
R\$ 270.000,00	11,42%	3,88%	11,61%	3,89%	0,19%	0,01%
R\$ 280.000,00	11,51%	3,91%	11,70%	3,92%	0,19%	0,01%
R\$ 290.000,00	11,61%	3,95%	11,79%	3,95%	0,18%	0,00%
R\$ 300.000,00	11,61%	3,95%	11,88%	3,98%	0,27%	0,03%

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

5. Considerações finais

Este artigo analisou de forma específica as recentes alterações promovidas na carga tributária das empresas optantes pelo Simples Nacional do setor do comércio situadas no Estado da Paraíba, observando os reflexos tributários decorrentes das alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 155/2016 em consonância com a Lei de n.º 11.031/2017 para as empresas do comércio paraibano optantes pelo Simples Nacional.

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa, foi necessário escalar 30 (trinta) faixas de Faturamento Mensal Médio e com isso projetar os cálculos do Simples Nacional e do ICMS antes e após a vigência da LC n.º 155/2016 e da Lei n.º 11.031/2017, normas legais estas que modificaram a sistemática de cálculo antes normatizada pela LC n.º 123/2006 junto à Lei do Estado da Paraíba de n.º 8.814/2006.

Após todas as análises elaboradas durante o desenvolvimento desta pesquisa, observou-se que, quanto à alíquota efetiva do Simples Nacional das 30 (trinta) faixas observadas, o novo modelo de cálculo foi responsável por reduzir a carga tributária das empresas do comércio paraibano optantes pelo regime pertencente a 7

(sete) destas faixas, com diminuições entre 0,02 a 0,64 pontos percentuais. Em detrimento disso, as demais 23 (vinte e três) faixas expressaram acréscimo da carga tributária no novo cálculo, com variação entre 0,04 a 1,31 pontos percentuais, na sistemática atual contra a antiga.

Diante dos resultados obtidos com a pesquisa, constatou-se ainda que, ao analisar apenas o ICMS, tributo apurado por dentro do Simples Nacional das empresas do comércio paraibano, o novo modelo de cálculo resultou que das 30 (trinta) faixas estudadas, 3 (três) não sofreram alterações tributárias quando comparado à nova sistemática de cálculo com a antiga. Das demais, 9 (nove) tiveram reduções do ICMS efetivo do imposto analisado, com variação entre 0,01 e 0,22, e o restante, 18 (dezoito) faixas, resultando em acréscimo na referida comparação, com variação entre 0,01 até 0,96.

Concluiu-se que esse novo cálculo tem como principais reflexos na carga tributária o aperfeiçoamento quanto à obediência ao princípio da Progressividade, assim como o aumento do montante monetário dos tributos envolvidos no



Simples Nacional. Isso não configura o equilíbrio arrecadatório para as empresas paraibanas do segmento de comércio optantes pelo Simples Nacional, em que, por consequência desse aumento, as empresas enquadradas nesse regime tributário devem, a partir de uma boa gestão alinhada com adequadas ferramentas de formulação de preço, repassá-lo para os seus compradores por meio do preço final dos produtos. Essa conclusão não tem sustentação com base no trabalho. Essa pesquisa apresenta como principais limitações a falta de estudos já realizados no tocante à atividade abordada; à legislação do Estado da Paraíba, a qual possui uma redução do ICMS para algumas faixas de faturamento que impede a utilização dos dados, de forma total, apresentados nesse artigo para todas as empresas comerciais do Brasil; e, por fim, à utilização de valores médios de faturamento mensal. Sugere-se a aplicabilidade oriunda do objetivo principal deste artigo em outros estados da Federação, assim como o estudo em outros setores econômicos para contribuir com a geração de novas evidências sobre o tema pesquisado.

6. Referências

AGUIAR, F. (2013). Obrigações fiscais acessórias: Benefícios instituídos por meio do simples Nacional para as empresas comerciais do Distrito Federal. In: Prêmio Simples Nacional e Empreendedorismo, Brasília: 3. ed. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/PremioTributacaoEmpreendedorismo.aspx>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL, 1988. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, 2006. Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial da União. Brasília, 14 dez. 2006.

BRASIL. Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar nº 123/06. Diário Oficial da União. Brasília, 28 dez. 2016.

CONSULTA CNAE. IBGE. Disponível em : <<https://cnae.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

DOS SANTOS, Diego Bezerra. SIMPLES NACIONAL: o regime de tributação que mudou o mercado para as micro e pequenas empresas. Revista Saber Eletrônico, v. 1, n. 3, p. 31, 2017.

FABRETTI, L. C. Contabilidade Tributária. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

FERREIRA, M. (2015). Pesquisa em administração e ciências sociais aplicadas: um guia para publicação de artigos acadêmicos. Rio de Janeiro, RJ: LTC GEN.

GIL, A. C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa (5a. ed.). São Paulo: Atlas.

GOMES, Allan Munhoz. As alterações trazidas pela Lei Complementar nº 155/2016: Lei Complementar 155/2016 traz importantes mudanças à Lei Complementar 123/2006 (Lei do Simples Nacional). Disponível em: <<https://allanmunhozgomes.jusbrasil.com.br/artigos/523838137/as-alteracoes-trazidas-pela-lei-complementar-n-155-2016>>. Acesso em: 20 Fev. 2018.

IBPT. Evolução da carga tributária brasileira. Disponível em: <<https://ibpt.com.br/noticias/3/estudos>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

INFORMAÇÕES DOS CONTRIBUINTES. SER PB. Disponível em : <<http://www.receita.pb.gov.br/ser/>>. Acesso em: 05 mar. 2018

NAYLOR, Carlos Mauro. Fundamentos constitucionais do Simples Nacional. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portais/sites/default/files/anexos/16394-16395-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

OLIVEIRA, L.; CHIEREGATO, R.; PEREZ JUNIOR, J.; GOMES, M. Manual de contabilidade tributária. 10 ed, São Paulo, SP: Editora Atlas, 2011.

PARÁIBA. LEI 11.031, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017. *Concede redução nas bases de cálculo do ICMS*, João Pessoa, PB, dez 2017. Disponível em: <<https://www.receita.pb.gov.br/ser/legislacao/34-leis/5168-lei-n-11-031-de-12-de-dezembro-de-2017>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

PARÁIBA. LEI Nº 8.814, DE 09 DE JUNHO DE 2009. *Concede redução nas bases de cálculo do ICMS*, João Pessoa, PB, jun 2009. Disponível em: <<https://www.receita.pb.gov.br/ser/ser/legislacao/64-leis/icms/624-lei-n-8-814-de-09-de-junho-de-2009>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

PAULA, Roberta Manfron de; COSTA, Daiane Leal; FERREIRA, Manuel Portugal. A Percepção da Carga Tributária nas Micro e Pequenas Empresas antes e após o Simples Nacional. Disponível em: <<http://www.faccamp.br/ojs/index.php/RMPE/article/view/864/pdf>> Acesso em: 23 mar. 2018.

PEREIRA, A. G. C.; SILVA, J. M.; MOREIRA, C. M.; BRUNOZI JÚNIOR, A. C. Análise do ICMS-ST em empresas mineiras da região do Alto Paranaíba optantes pelo Simples Nacional. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 1, n. 49, p. 6-24, 2013.

PINHEIRO, Raul Gomes; DA SILVA, Cauim Baltar Lopes; DE OLIVEIRA, Raphaelle Paiva. O SIMPLES NACIONAL COMO FORMA DE CRESCIMENTO EMPRESARIAL NO SEGMENTO DE MICROCEVJARIAS. *RIC-Revista de Informação Contábil-ISSN: 1982-3967*, v. 10, n. 4, p. 32-45, 2016.

RESOLUÇÃO CGSN Nº. 94, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Resolucao/2011/CGSN/Resol94.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SARFATI, Gilberto. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. *Revista de Administração Pública*, 2013.

SILVA, Gabriel. (2008). As microempresas e empresas de pequeno porte no cenário econômico jurídico nacional. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/gabriel%20caceres%20da%20silva.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

SILVA, Renaldo Limiro da; LIMIRO, Alexandre. Manual do Super Simples: comentários à Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/06). 2ed. Curitiba, PR: Juruá, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

STAKE, R. E. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

ZANLUCA, J. C. Planejamento Tributário. São Paulo: Portal Tributário, 2007.



Saúde emocional do profissional da contabilidade: mitos ou verdades?

Os contadores estão entre os profissionais mais propensos ao estresse e à depressão, de acordo com uma notícia publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no portal Jusbrasil. O risco à saúde dos trabalhadores pode se dar por vários fatores, como a constante atenção e concentração exigidas e a elevada pressão por cumprimento de prazos. Assim, o presente estudo faz essa relação entre a profissão contábil e os agentes estressores a que estes profissionais estão submetidos, com o intuito de identificar de que forma as atribuições e responsabilidades impostas aos contadores, em suas diferentes áreas de atuação, afetam sua saúde mental e, ainda, identificar possíveis formas de redução do estresse da profissão contábil. Desenvolveu-se uma pesquisa de campo com entrevistas realizadas com os profissionais que compunham a amostra do estudo. Foi possível verificar que esses profissionais vivenciam, diariamente, situações de pressão, cobrança e estresse, e que se não forem controlados ao longo do tempo, podem afetar a sua saúde emocional. Porém, mesmo assumindo estar sob o efeito nocivo dessas situações de pressão, nenhum dos entrevistados manifestou arrependimento na escolha da profissão, sentindo-se todos realizados profissionalmente.

Jaciara Treter

É professora e coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Unicruz. É contadora, advogada e mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania (Unijuí).

E-mail: jtreter@unicruz.edu.br

Aline Cristiane de Moura Linn

É Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta (Unicruz).

E-mail: linnalinecm@gmail.com

2095 Recebido em 1/8/2018. Distribuído em 2/8/2018. Pedido de revisão em 26/11/2018. Resubmetido pelo autor em 3/12/2018. Aprovado em 5/12/2018, na segunda rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição janeiro-fevereiro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

Saúde pode ser definida como um bem-estar físico e mental. Nesse contexto, um tema que vem ganhando relevância nos últimos anos é a saúde mental. Esse é um termo usado para descrever o nível de qualidade de vida nos mais diversos ambientes de convívio social ou emocional ou a ausência de uma doença mental efetiva. A saúde mental está relacionada à capacidade que o indivíduo tem de administrar suas próprias emoções, equilibrar seus sentimentos e superar o estresse do dia a dia, sendo produtivo.

Em meio a crises econômicas, trabalhar com as finanças tanto pessoais quanto empresariais pode representar um fator de estresse maior, sobretudo para os profissionais da contabilidade, que possuem grandes responsabilidades ao gerenciarem, por exemplo, as finanças de seus clientes, em que a inobservância de um pequeno detalhe pode trazer sérias consequências financeiras e até mesmo jurídicas.

O contador, por vezes, pode até ser visto como um profissional discreto, de grande seriedade, que passa boa parte do seu dia abarrotado de papéis, planilhas e guias, realizando cálculos e cumprindo prazos. Essas características passam a imagem de pessoas que vivem sob grande pressão, preocupadas, irritadas, nervosas e estressadas. Porém, atualmente o profissional da contabilidade não pode ser encarado apenas como aquele que faz a escrituração, monta os demonstrativos contábeis, ou preenche guias de recolhimento de impostos ao governo, ele também é responsável por analisar planilhas, gerar e transmitir informações para auxiliar os gestores na tomada de decisão, organizando o patrimônio da empresa para garantir sua continuidade e crescimento. Portanto, é um profissional que exerce competências que lhe exigem

atenção constante, sobretudo pelas responsabilidades implícitas.

O profissional da contabilidade pode atuar em várias áreas, e suas responsabilidades variam muito de acordo com a atividade desempenhada. Por exemplo, os profissionais que atuam na contabilidade dentro da empresa podem ser encarregados pelo controle de todos os registros e descrições das movimentações financeiras, contabilidade de custos, apuração de impostos, realização de auditoria, elaboração de balanços, entre outras. Já aqueles profissionais que trabalham em escritórios de contabilidade podem atuar prestando serviços de escrituração fiscal, contábil, emissão de guias para recolhimento de impostos, departamento de pessoal, entre outros serviços que também podem ser prestados, estes para mais de uma empresa.

Outro ramo em que os contadores também podem atuar é no setor público. Existem variados cargos que podem ser ocupados em âmbito nacional ou regional. E ainda outro importante ramo profissional que contador pode seguir é a docência, de grande relevância pela necessidade de uma educação de qualidade, para a busca do desenvolvimento social.

O ambiente de trabalho a que estão submetidos os contadores pode ser propício ao estresse, inclusive aos acadêmicos que, muitas vezes, já se preocupam com esta questão desde o ingresso no curso superior. Assim, entendeu-se necessário um estudo para fazer essa relação entre a profissão contábil e os agentes estressores a que esses profissionais podem estar submetidos, que desmistifique ou corrobore essa hipótese.

A realização deste estudo buscou identificar também quais as áreas de atuação desses profissionais que são propensas a um maior desgaste mental/emocional, podendo servir



como uma referência aos acadêmicos para decidir qual área gostariam de se especializar. Busca-se, então, esclarecer algumas questões relacionadas aos diversos ambientes de trabalho que os acadêmicos desse curso podem atuar.

O estudo também pode servir como um parâmetro para as empresas em que os contadores atuam, pois o estresse em um nível mais avançado poderá provocar a queda da produtividade dos funcionários, do ritmo e da qualidade do trabalho, e ainda aumentar as despesas com assistências médicas, além de possíveis afastamentos decorrentes a acidentes de trabalho, ou por eventuais distúrbios físicos ou emocionais.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar de que forma as atribuições e responsabilidades impostas aos contadores, em diferentes áreas de atuação, podem afetar sua saúde mental/emocional. Para alcançar esse propósito, foi necessário caracterizar quais seriam as atribuições dos contadores nos mais diversos ambientes de atuação; identificar possíveis agentes estressores aos quais estão submetidos os contadores; relacionar as atribuições dos contadores e os possíveis agentes estressores a que estão submetidos; e identificar possíveis formas de redução do estresse no dia a dia da profissão contábil.

2. Referencial Teórico

2.1. Atribuições e competências do contador

A contabilidade é responsável por gerar e fornecer o máximo de informações úteis para as tomadas de de-

ções. Quem assume o compromisso de produzir todas essas informações de forma fidedigna é o contador.

De acordo com Ludícibus (2000), a Contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, tem um campo de atuação muito amplo, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, ou mesmo pessoa de Direito Público, tais como estado, município, União, autarquia, etc.

Para gerar essas informações, que são de grande importância para as organizações, existem diversas atividades que os profissionais podem escolher desempenhar. Em relação às atividades profissionais do contador, a Resolução CFC n.º 560, de 28 de outubro de 1983, em seu capítulo I, Art. 3º, prevê as atribuições privativas dos profissionais da contabilidade. Além delas, há também algumas atividades compartilhadas pelo profissional da contabilidade, as quais a mesma Resolução traz, em seu capítulo II, Art. 5º, cujo exercício é prerrogativa de outras profissões.

Todas essas atividades devem seguir alguns princípios, conforme a Resolução CFC n.º 750/1993, com

alterações dadas pela Resolução CFC n.º 1.282/2010, sendo que os princípios de contabilidade são: da entidade, da continuidade, da oportunidade, do registro pelo valor original, da competência e da prudência. Esses princípios servem para conservar sua universalidade e veracidade em qualquer circunstância.

2.2 Saúde mental/emocional

O conceito ou definição de saúde mental é bastante complexo, como assevera a própria Organização Mundial da Saúde (SECRETARIA DA SAÚDE, 2017), dizendo não existir uma definição “oficial” de saúde mental.

Saúde mental pode ser considerada como o equilíbrio emocional entre o patrimônio interno e as exigências ou vivências externas. É a capacidade de administrar a própria vida e as suas emoções. É ser capaz de ser sujeito de suas próprias ações sem perder a noção de tempo e espaço. É buscar viver a vida na sua plenitude máxima, respeitando o legal e o outro. Saúde mental é estar de bem consigo e com os outros. Aceitar as exigências da vida. Saber lidar com as boas emoções e também com as desagradáveis: alegria/tristeza; coragem/medo; amor/ódio; serenidade/raiva; ciúmes; culpa; frustrações. Reconhecer seus li-

mites e buscar ajuda quando necessário (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2017).

Quando não está com a saúde mental em perfeita ordem, com os sentimentos tumultuados, com a sensação de cansaço, estresse e tristeza, seja em relação à vida pessoal e/ou profissional, a pessoa pode desenvolver depressão. Conforme Glina e Rocha (2000), os episódios depressivos caracterizam-se por humor triste, perda do interesse e prazer nas atividades cotidianas, sendo comum uma sensação muito grande de cansaço. O paciente pode se queixar de dificuldade de concentrar-se, pode apresentar baixa autoestima e autoconfiança, desesperança e ideias de culpa e inutilidade, visões desoladas e pessimistas do futuro. O sono encontra-se frequentemente perturbado. O paciente se queixa de diminuição do apetite, geralmente com perda de peso notável. Sintomas de ansiedade são muito frequentes. As alterações da psicomotricidade podem variar da lentidão a agitação.

Uma das características que pode levar ao desenvolvimento de quadros depressivos é a fadiga relacionada ao trabalho, que é a presença de cansaço constante, resultante do esgotamento acumulado ao longo de meses ou anos em si-

“ Em meio a crises econômicas, trabalhar com as finanças tanto pessoais quanto empresariais pode representar um fator de estresse maior, sobretudo para os profissionais da contabilidade, que possuem grandes responsabilidades ao gerenciarem, por exemplo, as finanças de seus clientes, em que a inobservância de um pequeno detalhe pode trazer sérias consequências financeiras e até mesmo jurídicas.”

tuações de trabalho em que não há oportunidade de obter o descanso necessário e suficiente. A fadiga é mencionada pelo paciente como sendo constante “acordar cansado”, simultaneamente mental e física, caracterizando uma fadiga geral. Outras manifestações importantes são: a má qualidade do sono (dificuldade de aprofundar o sono, despertares frequentes durante a noite, especificamente a insônia inicial - “dificuldade para adormecer: a cabeça não consegue desligar”); a irritabilidade (“falta de paciência”); e o desânimo. Outros sintomas que podem fazer parte da síndrome são: dores de cabeça, dores musculares (geralmente nos músculos mais utilizados no trabalho), perda do apetite e mal-estar geral. Trata-se, então, de um quadro crônico resultante da fadiga acumulada ao longo de meses ou anos (GLINA; ROCHA, 2000).

Quando existir um estado de tensão emocional e estresse crônicos provocados por condições de trabalho desgastantes, pode haver o desenvolvimento de uma síndrome, a síndrome de Burnout. Conforme Schmitz (2015), a síndrome de Burnout é objeto de estudo desde a década de 1970 e discutida por áreas do conhecimento que abordam a relação entre o homem e o trabalho. O termo *burnout* é de origem inglesa e sugere que algo deixou de funcionar por falta de energia, chegando ao seu limite. Atualmente a síndrome de Burnout é considerada pelo Ministério da Saúde, um transtorno mental do comportamento relacionado ao trabalho.

Fatores presentes no dia a dia no trabalho, como a sobrecarga de atividades, excesso de cobranças e frustração de expec-

tativas, são citados com frequência por autores como característicos de um ambiente laboral problemático e são vistos como desencadeadores da síndrome de Burnout. A literatura evidenciou também que determinados padrões comportamentais individuais apresentam maior probabilidade de serem afetados pelo ambiente de trabalho, tais como tendência a assumir muitas responsabilidades, cobrança excessiva em relação ao próprio desempenho e falta de habilidades específicas para a função exercida (SCHMITZ, 2015).

A principal característica da síndrome de Burnout é o estado de tensão emocional e estresse crônicos provocados por condições de trabalho físicas, emocionais e psicológicas desgastantes. A síndrome se manifesta especialmente em pessoas cuja profissão exige envolvimento interpessoal direto e intenso. O sintoma típico da síndrome de Burnout é a sensação de esgotamento físico e emocional que se reflete em atitudes negativas, como ausências no trabalho, agressividade, isolamento, mudanças bruscas de humor, irritabilidade, dificuldade de concentração, lapsos de memória, ansiedade, depressão, pessimismo, baixa autoestima. Dor de cabeça, enxaqueca, cansaço, sudorese, palpitação, pressão alta, dores musculares, insônia, crises de asma, distúrbios gastrintestinais são manifestações físicas que podem estar associadas à síndrome (DRÁUZIO VARELLA, 2011).

Assim, pode-se observar que com todas as atribuições e responsabilidades que são atribuídas ao profissional da contabilidade, e como todas essas cobranças podem afetar a saúde mental, é preciso ficar atento para que não haja excessos nas atividades diárias que se estendam por longos pe-

ríodos, para que estas não passem a ser prejudiciais à vida profissional.

2.3 Fatores determinantes do estresse no trabalho

O profissional da contabilidade trabalha diariamente com um campo muito amplo de informações, necessita ter conhecimento de tudo o que acontece dentro e fora do ambiente onde trabalha, para poder usar da melhor forma os dados que possui, precisando também ter conhecimento das legislações vigentes, as quais têm alterações frequentes. Para Figueiredo e Silva Filho (2001), o homem, dentro desse contexto, se encontra hoje com uma grande massa de informação nova que escapa ao seu controle. Ainda para Figueiredo e Silva Filho (2001, p.13), “As tensões, as dificuldades e a violência da vida social tornam-se “estresses”, “traumatismos”, levando a “depressões””.

Um exemplo bastante contundente de alguém que viveu o esgotamento físico e mental ao exercer as atividades de sua profissão foi o ex-presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), Antônio Carlos Palácios:

Aos 60 anos de idade e 42 deles dedicados à carreira de contador, o vice-presidente de Gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), Antônio Carlos Palácios, está descobrindo o caminho do meio para que as pressões do trabalho não afetem sua saúde. Antes disso, porém, vivenciou na própria pele as consequências das turbulências profissionais. Há dois anos, Palácios teve um infarto, o que evidenciou o ápice do esgotamento físico e mental que vinha sofrendo. “Nossa profissão é estressante porque ainda não é devidamente reconhecida pela sociedade e empresários”, sugere-



“Saúde mental pode ser considerada como o equilíbrio emocional entre o patrimônio interno e as exigências ou vivências externas. É a capacidade de administrar a própria vida e as suas emoções. É ser capaz de ser sujeito de suas próprias ações sem perder a noção de tempo e espaço. É buscar viver a vida na sua plenitude máxima, respeitando o legal e o outro..”

re o dirigente. “Como o contador não consegue mostrar para o cliente a importância e dificuldade desse trabalho, acaba sendo cobrado de forma desconexa em relação à sua efetiva carga de trabalho”, acrescenta.

Palácios ainda destaca que, principalmente entre os iniciantes no ramo, é preciso acumular mais clientes do que a capacidade real de atendimento. Isso porque nem sempre o contador consegue negociar honorários suficientes para manter o negócio e valorizar seu trabalho. “Em função dessas questões, eu já tive infarto e todos os problemas relacionados ao estresse que se pode imaginar, mas tudo isso ensina que nenhum problema vale a pena, a ponto de pegar mais clientes do que tenho condição de atender”, sentencia. Hoje, o contador está sempre atento ao volume de atendimentos, a fim de pisar no freio e cuidar da mente e do corpo (JUSBRASIL, 2013, não paginado).

O estudo das inter-relações entre saúde mental e trabalho situa-se em um campo interdisciplinar complexo, abrangente e ainda pouco examinado. O trabalho é uma atividade tão específica do homem que funciona como fonte de construção, realização, satisfação, riqueza,

bens materiais e serviços úteis à sociedade humana. Entretanto o trabalho pode significar também escravidão, exploração, sofrimento e doença (TUNDIS; COSTA, 2000).

Para Glina e Rocha (2000), os transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho podem ser definidos como aqueles determinados pelos lugares, pelo tempo e pelas ações do trabalho, pois as ações implicadas no trabalho podem não só atingir o corpo dos trabalhadores, produzindo disfunções e lesões biológicas, como também reações e efeitos psíquicos nas situações de trabalho.

Alguns dos fatores de estresse podem estar ligados também às atividades do contador, principalmente no que diz respeito aos erros que o mínimo de desatenção pode causar. Na visão de Angerami et al. (1986), quanto mais prolongada for uma jornada de trabalho na qual um trabalhador necessite concentrar sua atenção, maior será o cansaço tanto físico quanto mental.

O esgotamento profissional é um tipo de resposta prolongada a estressores emocionais e interpessoais crônicos no trabalho. Tem sido descrito como resultante da vivência profissional em um contexto de relações sociais complexas, que envolvem a representação que as pessoas têm de si e dos outros. O trabalha-

dor antes era muito envolvido efetivamente com os seus clientes ou com o trabalho em si, desgasta-se e, em um dado momento, desiste, perde a energia ou “queima completamente” (GLINA; ROCHA, 2000).

As relações entre saúde mental e trabalho tendem a estruturar-se como um novo campo de estudos que, talvez pela complexidade da interdisciplinaridade que envolve, ainda não obteve uma denominação definitiva. Esse novo campo deverá assumir cada vez maior importância para os profissionais da saúde e da produção, assim como para as organizações de trabalhadores que buscam condições mais saudáveis de trabalho (ANGERAMI et al., 1986).

Assim fica o alerta que a sensação de cansaço extremo, nervosismo, falta de atenção e de concentração e ansiedade podem ser sinais de desgaste da saúde mental, o qual pode gerar desconforto na realização das atividades diárias e prejuízo do rendimento.

3. Metodologia

A pesquisa foi realizada com embasamento em opiniões de profissionais que trabalham em diferentes áreas de atuação contábil. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva. Segundo

Gil (2008, p.28), “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Assim, a pesquisa visou descrever os julgamentos desses profissionais em relação à saúde emocional, e as relações dos mesmos com as suas atribuições e responsabilidades cotidianas.

Devido ao estudo ter buscado a opinião de um delimitado número de pessoas, mais especificamente um profissional de cada área estudada, teve uma abordagem de pesquisa de campo. Essas áreas de atuação foram divididas em quatro: profissional da contabilidade que atua em empresa, profissional da contabilidade de escritório de contabilidade, profissional que atua como docente e profissional da contabilidade que atua no setor público. Esses profissionais foram escolhidos no município de Cruz Alta (RS), conforme a importância da função que desempenham no meio em que atuam, pelo critério de acessibilidade. Essa escolha buscou obter uma visão diferenciada dos variados ambientes de trabalho e das realidades sociais de cada um.

Quanto à forma de abordagem do problema a pesquisa se enquadra como qualitativa, respondendo a questões muito particulares e se preocupando com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados foram utilizados a observação e a entrevista. A observação foi um meio de analisar

e buscar interpretar o comportamento e a forma de se expressar dos entrevistados, ou seja, a forma como eles descreveram suas vivências profissionais acerca da sua saúde emocional. Para Marconi e Lakatos (2003, p.190), “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade”.

Buscando certa homogeneidade em relação aos questionamentos, para que as informações e opiniões que foram encontradas pudessem ser coletadas de forma semelhante, mas sem perder a possibilidade de novos questionamentos que poderiam surgir no transcorrer da conversação, agregando, assim, valor a pesquisa, a entrevista foi semiestruturada. Beuren (2003) coloca que a entrevista semiestruturada permite maior interação e conhecimento das realidades dos informantes. Para alguns tipos de pesquisas qualitativas, esse tipo de entrevista parece ser um dos principais instrumentos de coleta de dados que o pesquisador dispõe.

A análise e interpretação de dados foram descritivas, pois foram avaliadas as respostas dos entrevistados em relação a sua saúde emocional e suas atividades profissionais. Buscou descrever se as atividades atribuídas ao profissional da contabilidade podem, ou não, afetar sua saúde mental. Em relação à análise descritiva, Beuren (2003) coloca que ela pode ser empregada nos trabalhos que procuram descobrir e investigar a relação entre variáveis, bem como investigar a relação de causalidade entre fenômenos.

4. Resultados

4.1. Atribuições dos contadores nas áreas de atuação estudadas

A caracterização dos entrevistados foi considerada a partir da identificação das seguintes variáveis: sexo, idade, grau de escolaridade, data(s) da(s) formação(ões), função que exerce e quanto tempo atua na área contábil, conforme Quadro 1.

O campo de atuação do profissional da contabilidade é vasto. Nesta pesquisa foram examinadas apenas as áreas de atuação da docência, do setor público, empresa privada e escritório contábil, todas no município de Cruz Alta (RS). Os contadores entrevistados são denominados Contadora A, Contador B, Contador C e Contadora D, respectivamente, conforme Quadro 1.

A Contadora A é bacharel em Direito (2000), bacharel em Ciências Contábeis (2002) e mestre (2004). Exerce a função de professora e coordenadora do curso de Ciências Contábeis, atua na área contábil há 14 anos. O Contador B é bacharel em Ciências Contábeis (2014) e pós-graduado em Especialização em Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional Técnica e Tecnológica (2017). Exerce a função de contador da Câmara de Vereadores, atua na área contábil há seis anos. O Contador C é bacharel em Ciências Contábeis (2006) e atualmente cursa mestrado. Exerce a função de contador em uma empresa, atua na área contábil há 13 anos. A Contadora D é bacharel em Ciências Contábeis (1994). Exerce a função de proprietária de um escritório contábil, empresária administrativa con-

Quadro 1: perfil dos entrevistados.

Entrevistados	Área de Atuação	Sexo	Idade	Escolaridade
Contadora A	Docência	F	40	Mestrado
Contador B	Setor Público	M	37	Pós Graduação
Contador C	Empresa	M	35	Cursando Mestrado
Contadora D	Escritório Contábil	F	58	Bacharelado

Fonte: elaborado pela autora (2017).



tável e delegada do Conselho Regional de Contabilidade, atua na área contábil há 28 anos.

Em relação às atividades desenvolvidas pela Contadora A, hoje ela é professora em tempo integral no curso de Ciências Contábeis e também ministra disciplinas na área de Contabilidade no curso de Administração e coordena o curso de Ciências Contábeis desde 2014. Suas atribuições e responsabilidades estão divididas em dois níveis, enquanto professora e enquanto coordenadora do curso. Enquanto coordenadora do curso, as suas atribuições são o gerenciamento de todos os aspectos administrativos do curso, gerenciamento do quadro de professores, elaboração dos horários, regulamentação e constante avaliação do plano político pedagógico do curso, revisão das bibliografias, ementas, gerenciamento dos eventos, interface com a secretaria acadêmica, envolvimento com questão de matrícula e rematrícula de cada aluno, documentação dos formandos, verificação das horas de atividades complementares, entre outras. E as atribuições de professora são a elaboração das aulas, elaboração dos cronogramas, elaboração dos conteúdos das disciplinas, gerenciamento dos alunos em sala de aula, elaboração e correção de avaliações, publicações de avaliações, manutenção das informações no portal, reuniões periódicas com alunos com núcleo docente estruturante e com o colegiado, visitas regulares às salas de aula para manter um diálogo aberto com todo o corpo discente, contato ininterrupto com os professores repassando todas as informações do curso, auxílio no vestibular, nas atividades

de feira das profissões, seminário interinstitucional, semana acadêmica, fórum de sustentabilidade, e outros.

As atividades do Contador B são a contabilidade pública e a contabilidade comercial, e em época de eleições, também, a contabilidade política, que é a dos partidos políticos e que, segundo o entrevistado, é uma área que está crescendo, pois agora é obrigatório ter um contador. Em suas palavras “é só se ter interesse no meio que se tem como trabalhar”. Na Câmara de Vereadores ele é responsável por todos os empenhos e pela conferência de todos os pagamentos; na área comercial ele é responsável pela contabilidade gerencial, de auxiliar o seu cliente e no caso é responsável também pela emissão das guias, que em sua maioria estão enquadradas no simples nacional.

O Contador C é contador de grande empresa, responsável pela área contábil e fiscal, e hoje chefia uma equipe de dez pessoas. Sua função específica é coordenar as atividades operacionais da equipe e ainda tem uma função gerencial, de relacionamento com a direção, relacionamento com bancos, com conselhos e atendimento à auditoria externa. Ele é o responsável técnico por toda a contabilidade, suas atividades diárias em si hoje são muito mais gerenciais do que operacionais. Na verdade ele identifica como sendo sua principal função ser o responsável técnico pela escrita contábil e fiscal da empresa. Paralelo a isso, tem toda uma questão gerencial de apoio à tomada de decisão, prestação de informação para a direção, e também para todos os interessados na empresa.

Já a Contadora D citou o desenvolvimento das seguintes atividades no seu cotidiano:

- elaboração de DCTF, DIRF;
- conferência de Balanços, ECF, ECDs;
- as alterações contratuais;

- imposto de renda pessoa física (escrituração do livro caixa e afins);
- parcelamentos;
- estudo da legislação para os clientes;
- regularização de obras.

Além dessas responsabilidades, como proprietária do escritório contábil, ela relatou que se envolve em todas as áreas, e que precisa ter conhecimento geral, mesmo que não vá exercer, de fato, no dia a dia, mas a orientação e a distribuição das tarefas no escritório partem dela. Dessa forma, ela precisa introduzir todas as atualizações de cada área, repassando para os responsáveis. Então, o gerenciamento total do pessoal e o acompanhamento das atividades é ela quem faz diretamente. Como a responsável técnica dentro do escritório, ela ressaltou que tudo o que acontece é de sua responsabilidade.

4.2. Agentes estressores aos quais estão submetidos os contadores e seus reflexos na saúde emocional destes profissionais

Quando questionados sobre o que lhes incomoda nas suas atividades do dia a dia, as respostas dos entrevistados foram bem variadas. A Contadora A colocou que as coisas que mais incomodam, mais especificamente na área de gestão de curso, são algumas decisões que muitas vezes não dependem apenas dela. São determinadas coisas que precisam ser feitas e que dependem de uma chefia imediata ou de recursos, ou de outros setores da instituição e que muitas vezes entravam o trabalho.

Já o Contador B afirmou não haver nada que lhe incomode nas suas atividades do dia a dia, que por se tratar de atividades da contabilidade pública, ele não possui muitas preocupações, apenas a questão dos prazos. Quem trabalha na área tem conhecimento dos prazos das obrigações tributárias contábeis e fiscais, e

que se estes não forem entregues nas datas pode gerar muita dor de cabeça aos profissionais contábeis. Nesse sentido ele afirmou: “Contador tem que ter em mente que prazo é a vida dele, não importa o resto”.

O Contador C quando questionado, disse que enfrenta muitos problemas diariamente, vinculados a pessoas que não fazem os processos da forma correta, e que os prazos geralmente são muito curtos. Porém, explicou que estes são problemas que particularmente não lhe incomodam, porque ele já está acostumado com essa rotina e compreende que isso está dentro das suas atribuições. Por exemplo, os prazos de fechamento de resultado, em que é muito cobrado pela direção, sendo que efetivamente o que eles querem ver é o resultado mensal. Nesse caso, depende que os outros setores cumpram as suas rotinas dentro dos prazos para que ele (contabilidade) também consiga cumprir o seu prazo.

Na fala da Contadora D, pode-se perceber que o que mais a incomoda e gera frustração é a repetição de alguns vícios dos clientes como omissão de receita e não envio de documentos ao escritório. Ela admitiu ainda que há algumas empresas clientes do escritório que fazem a contabilidade para “deixar guardada”. Lamentavelmente, até os dias de hoje, muitas vezes, o que está no balanço, balanceado não é a realidade da empresa. Eles não representam a veracidade

de da empresa, e isso acaba por vezes decepcionando os profissionais da contabilidade que atuam nesse ramo, pois eles fazem um trabalho cuja prerrogativa é fazer contabilidade e eles fazem da melhor forma, com as documentações que eles recebem das empresas. Ela revelou:

Muitas vezes o escritório fica sabendo que os clientes abriam conta em um banco porque o banco ligou e pediu algum documento para atualizar o cadastro. E não é por falta de cobrança, porque quando a empresa nos contrata a gente diz que todas as despesas bancárias ou se abriu conta no banco é preciso nos trazer o extrato mensal. Eu acredito que tem muitos que acham que a gente quer “bisbilhotar”, tem essa mentalidade ainda. Ainda têm pessoas que me mandam algumas notas de entrada e omitem outras, só que agora não tem mais isso, porque além de eles nos mandarem, a gente importa no arquivo do Sefaz e então nós perguntamos por que não nos mandaram tais notas, e eles perguntam como nós sabemos da existência de tais notas se elas não foram enviadas?

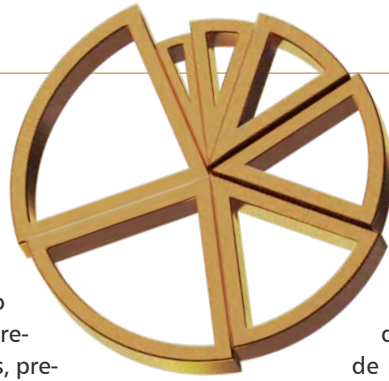
Outra dificuldade que esta profissional menciona são as mudanças muito radicais da legislação, pois nem todos os clientes são abertos a essas mudanças e conseguem se adaptar às alterações que

vão acontecendo. Novamente foi citada a questão dos prazos como preocupação do dia a dia, pois tudo obedece a prazos, a área tributária principalmente. Assim, todas as informações, os serviços acessórios, têm prazo para prestar a informação, e com muitas caso não forem entregues antes do vencimento.

Quando os contadores foram questionados se já tiveram problemas de estresse no trabalho, todos responderam positivamente. Vale destacar a Contadora A, que já teve estresse no trabalho em função de situações que ocorreram onde ela não pôde ter autonomia. Por exemplo, situações de gerenciamento de alunos, de notas, de procedimentos de avaliação em que o aluno ou mesmo familiares se envolveram, não concordando com as ações praticadas e que por terem recorrido a instâncias superiores ela precisou fazer uma reavaliação o que lhe gerou muito estresse.

O Contador C descreveu que o seu pior momento de estresse no trabalho foi na sua primeira auditoria de fechamento de ano quando assumiu a contabilidade da empresa em abril de 2008. Ele reconheceu: “esse foi o maior momento de estresse que eu já passei dentro da empresa”. As primeiras auditorias foram um pouco tensas, hoje ele diz ser tranquilo. Ele justificou que isso aconteceu por causa da insegurança e da pouca experiência, pois ele trabalhava no setor fiscal e de lá ele foi para o cargo de contador sem passar pela contabilidade.

“ Quando não está com a saúde mental em perfeita ordem, com os sentimentos tumultuados, com a sensação de cansaço, estresse e tristeza, seja em relação à vida pessoal e/ou profissional, a pessoa pode desenvolver depressão. ”



Já a Contadora D disse que é impossível não ter pequenos problemas de estresse no trabalho, pois lida diretamente com pessoas, precisa ter contato direto com os clientes e com os próprios funcionários, e que às vezes é preciso estar acalmando os ânimos daqueles mais irritados, porque nem sempre a pessoa está em um dia bom de conversar ou de ouvir. Mas o que a deixa mais chateada e mais irritada é lhe acusarem de uma coisa que ela não fez ou dizer que ela não fez algo quando efetivamente ela fez.

Assim, pode-se perceber que esses problemas de estresse e inconvenientes no trabalho se dão por diversos motivos, como a falta de autonomia para tomar decisões, a falta de experiência diante das adversidades e a necessidade de “jogo de cintura” para conviver com pessoas de diferentes personalidades.

Quando indagados se o estresse pode interferir nas suas atividades do dia a dia, todos responderam seguramente que sim. A Contadora A justificou que se pode ficar absorvida pelo problema que está acontecendo no momento e isso prejudica a capacidade de gerenciar outras situações que ocorrem concomitantemente, acaba tirando o foco das outras atividades.

O Contador B explicou que, na realidade, tem problemas que podem acontecer e que vão gerar estresse, mas tem correção. O maior problema é a pressão, as cobranças que acabam afetando o psicológico. Tem prazo, tem que conciliar família, trabalho e lazer, e segundo ele o contador hoje não consegue conciliar lazer e trabalho, e que esse é o erro maior dos contadores, ficar muito apegado à profissão e acabar ficando estressado por trabalhar demais. Ele lamentou: “É a profissão que tu trabalha e não é reconhecido”.

O Contador C mencionou que quando se está estressado a capacidade de raciocínio é menor, a atenção é menor, a capacidade de priorizar as coisas diminui, e ter prioridades é de suma importância. Ele exemplificou:

Não posso pensar que enquanto eu tiver serviço eu vou ficar aqui na empresa, se for assim eu vou morar aqui, porque sempre tem muito serviço. Hoje em dia principalmente com a crise econômica, as equipes estão cada vez mais enxutas, então é menos pessoas fazendo mais coisas. Devemos saber priorizar as coisas, se não isso gera estresse, e o estresse tira o poder de raciocínio e o poder de concentração, eu acho que influencia muito.

A Contadora D revelou que ultimamente o estresse tem interferido no seu sono; ela tem tido insônia em função do estresse, por se agitar muito durante o dia, ficar muito ansiosa, dependendo do dia a preocupação é muito grande, e na hora do descanso ela não consegue desligar. Além disso, ela afirma que o estresse pode afetar também a saúde: “Depois do período de declaração de IR eu estava com muita dor no estômago e era daquele estresse, daquela pressão dessa época do ano, porque depois foi passando. Eu tenho outro problema que desencadeia com o estresse, a psoríase, que é uma doença de pele e no momento que eu estou estressada ela aflora”.

Em relação à convivência com os colegas todos destacaram a importância de um bom relacionamento para o bom desenvolvimento das atividades. A Contadora A mencionou que, estando na função de coordenadora do curso, ela acaba tendo

que tomar decisões e que muitas vezes elas não são recebidas 100% pelos colegas e professores, então, ela precisa articular todo um trabalho de convencimento, de simpatia aos colegas para que eles possam ser aliados nas atividades que planeja para curso. Ela procura fazer uma gestão bastante socializada; não decidir questões cruciais sozinha; sempre compor um acordo com todos; ouvir muito o que seus colegas falam, pois a primeira coisa que ela como gestora do curso pensa é na formação dos alunos. O que acontece no grupo ela não deixa que atinja a qualidade das aulas e a qualidade da relação professor-aluno. Então, suas atribuições, com certeza, podem interferir no relacionamento com outros profissionais da área.

O Contador B salientou a importância de ter um bom convívio com os colegas pela necessidade de interagir o tempo todo com todos, pois depende deles para alimentar a contabilidade. Depende desde a pessoa que emite nota até a pessoa que recebe uma mercadoria. Tudo interfere no trabalho do dia a dia e é necessário conciliar isso; deve haver uma união. É igual a uma engrenagem: se uma peça quebrar, o resto desmancha junto; não se consegue trabalhar, essa é a realidade.

Vindo ao encontro disso, o Contador C defendeu que a contabilidade é o final de um processo. Tudo o que acontece durante as operações da empresa, no final, a contabilidade tem que registrar e tem que, de alguma forma, tirar informações de tudo o que aconteceu para subsidiar algumas decisões. Então, necessariamente, ele precisa ter esse relacionamento com a sua equipe e com praticamente todos os setores.

Quando indagados se consegue separar assuntos profissionais da vida pessoal, as respostas foram unânimes em dizer que desassociar completamente é impossível. A Contadora A disse que nem sempre consegue separar, que depende do ta-

manho do problema. Ela reconhece haver uma maior tendência de os problemas pessoais afetarem mais do que os problemas profissionais, por causa do seu perfil mais passional.

O Contador B afirmou que não tem como separar; que às vezes vai para casa pensando nos problemas do trabalho. Ele defendeu que o que se precisa fazer é deixar de lado o profissional e pensar um pouco no lazer, porque senão não se consegue descansar, relaxar e se acalmar da correria do dia a dia e aproveitar a vida. O Contador C disse que consegue separar sim, porém 100% é impossível, mas que ele tem facilidade de se desligar das atividades profes-

sionais e viver sua vida particular.

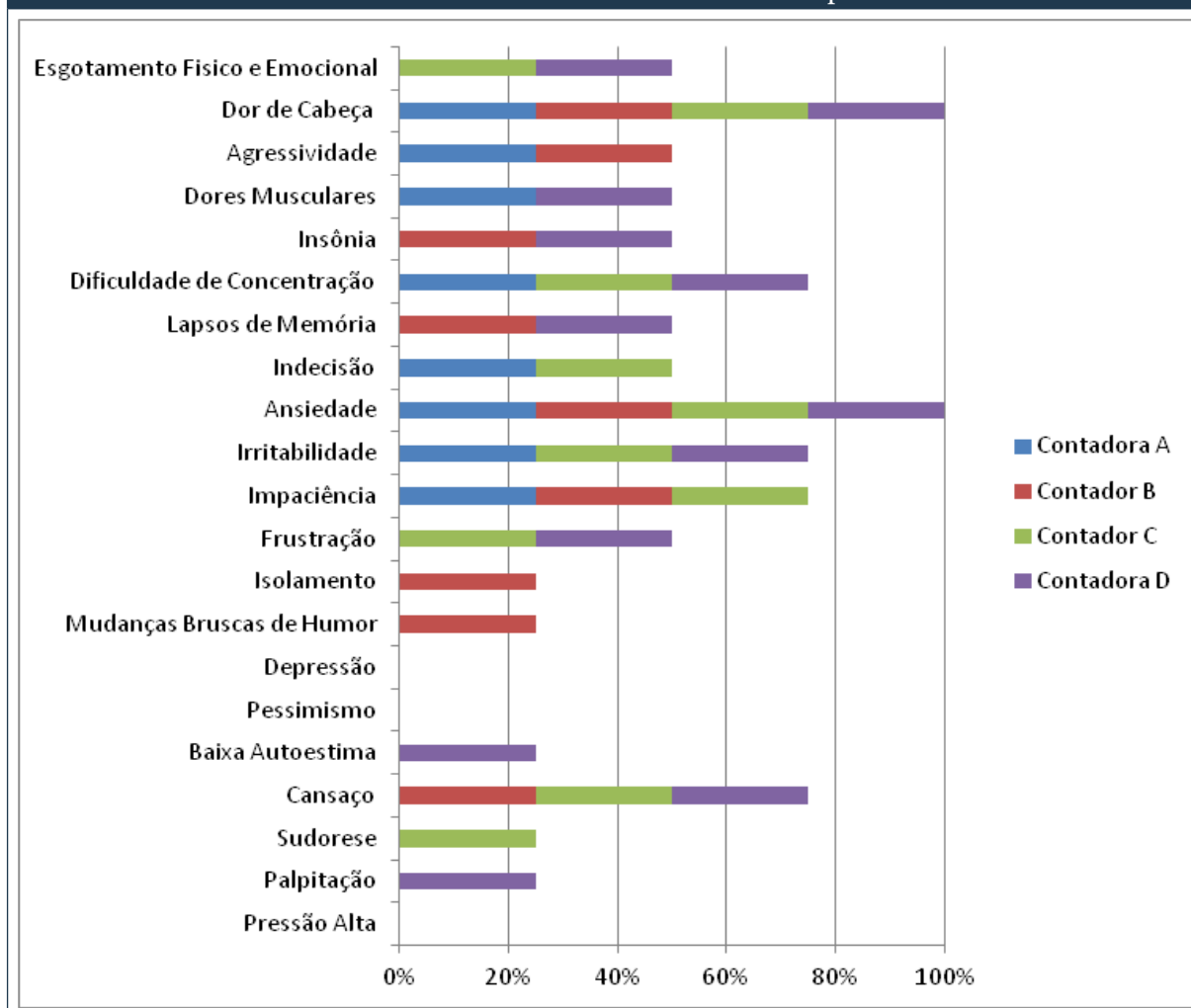
Já a Contadora D contou que por muito tempo conseguiu separar muito bem o profissional do pessoal, mas que, de uns tempos para cá, já não consegue mais fazê-lo totalmente. Ela disse que às vezes leva para casa os problemas do trabalho e que acaba perdendo o sono por causa disso; que tem insônia por ficar pensando nas questões de trabalho.

Na pesquisa foi questionado aos entrevistados se eles possuíam alguns desses sintomas, que se identificam com a síndrome de Burnout. As respostas encontram-se no Gráfico 1.

No Gráfico 1 pode-se perceber que os sintomas mais relatados pelos

entrevistados com 100% das respostas, foram dor de cabeça e ansiedade. Com 75% das respostas os entrevistados assinalaram os sintomas: dificuldade de concentração, irritabilidade, impaciência e cansaço. Com 50% de respostas os sintomas: sensação de esgotamento físico e emocional, agressividade, dores musculares, insônia, lapsos de memória, indecisão e frustração. Os sintomas menos assinalados (25% das respostas) foram: isolamento, mudanças bruscas de humor, baixa autoestima, sudorese e palpitação. Sintomas como depressão, pessimismo e pressão alta não foram mencionados. Foi possível perceber também que o profissional que mais

Gráfico 1: Sintomas da síndrome de Burnout identificados pelos entrevistados.



Fonte: elaborado pela autora (2017).



sintomas apresentou foi a Contadora D (escritório contábil), na medida em que apresentou 12 sintomas, e o profissional que apresentou menos sintomas foi a Contadora A (docência), com 8 sintomas.

Ao serem questionados se as suas responsabilidades profissionais podem lhes causar estresse em nível elevado, afetando assim sua saúde emocional, as opiniões se dividiram, sendo que 50% afirmaram que sim e 50% que não. Por exemplo, a Contadora A entende que as suas responsabilidades não chegam a lhe provocar um alto nível de estresse, porque são incomodações administráveis, não afetando a sua saúde emocional. Concluiu mencionando: “eu diria que é um estresse normal, do cotidiano, que não interfere na saúde”. Por outro lado, o Contador B acredita que sim, que as grandes responsabilidades do profissional da contabilidade podem afetar sua saúde emocional.

A maioria dos entrevistados nunca precisou buscar ajuda de um profissional da saúde para se sentir melhor emocionalmente no trabalho. Uma das entrevistadas já procurou um profissional da saúde para se sentir melhor na sua vida pessoal, mas, não, no trabalho. Apenas um dos profissionais (Contadora D) afirmou que já precisou de ajuda para se sentir melhor emocionalmente no trabalho, fazendo uso da Fluoxetina, indicada no tratamento da depressão, associada, ou não, com ansiedade. Também é indicada para o tratamento da bulimia nervosa, do transtorno obsessivo compulsivo (TOC), irritabilidade e disforia (BULARIO, 2017).

4.3 Possíveis formas de redução do estresse no dia a dia da profissão contábil

Diante de atribuições e responsabilidades variadas e constantes,

pressões para cumprir prazos e gerar informações, somadas à correria da atualidade que se vive, é necessário buscar formas para reduzir o estresse do dia a dia, para melhorar a qualidade de vida. Assim, foi questionado o que os contadores consideram que possa ser feito para diminuir o nível de estresse profissional.

A Contadora A acredita que existem algumas “dicas” que ela aprendeu durante os anos de exercício profissional, como saber separar aquilo que merece atenção daquilo que é perda de tempo, e isso depende muito da pessoa, não do ambiente, nem dos colegas. Ela procura fazer bem esse exercício.

Outra recomendação da Contadora A é procurar gerenciar o tempo; não aceitar mais atribuições do que aquelas que se possa dar conta. Procurar não marcar compromissos em horários muito próximos, porque isso seria fonte de estresse, ansiedade, pois reuniões atrasam e imprevistos acontecem. Por isso aconselha não criar uma agenda muito apertada, pois isso seria fonte de estresse.

Outra coisa que ela também costuma fazer são apontamentos em um *post it*. Organiza por ordem de prazo e na hora que ela senta para trabalhar começa por aqueles mais urgentes e vai seguindo, e, assim, ela consegue dar conta do que precisa fazer e evita o estresse. A prioridade é o que é urgente e, não, o que veio primeiro ou que veio por último, é por ordem de prazo de cumprimento, por mais que tenham graus de importância diferentes.

A recomendação do Contador B é separar a vida pessoal da vida profissional. “Tu tens que entender que o teu compromisso profissional vai só até ali e tua vida pessoal continua; tu tens que começar a separar, se não tu não vives; tu vives só em função do teu serviço.”

O Contador C acredita que o que poderia realmente diminuir o estresse profissional seria as pessoas se diverti-

rem mais no trabalho, pois isso deixaria os ambientes mais leves, e que as pessoas deveriam ter um pouco mais de respeito umas com as outras, estando preparadas para a função que irão assumir. Ele defendeu que um pouco de tensão profissional não é ruim porque isso deixa a pessoa “ligada” e a faz sair da zona de conforto.

A Contadora D disse que varia muito de pessoa para pessoa. Existem pessoas que são mais emocionais, são mais irritadas, outras são mais tranquilas e que cada uma deve administrar do seu jeito. Um conselho que ela passou e que ela pratica é se doar para projetos sociais, pois existem pessoas que só se fixam no trabalho. “Eu faço muito isso! Eu fico em casa à noite um dia por semana, nas outras noites eu estou envolvida nem que seja ir lá uma meia hora. Assim, eu ajudo quem precisa, mas quem mais é ajudado sou eu mesma! Na doação é assim que funciona”.

Assim, nos comentários dos entrevistados foram citadas como possíveis formas de reduzir o estresse profissional:

- a organização dos horários e atividades, procurando não se sobrecarregar;
- tornar o ambiente de trabalho mais leve, respeitando os colegas, divertindo-se, mas sem que isso interfira na produtividade;
- não assumir um cargo ou uma função se não está realmente preparado, pois isso pode ser uma grande fonte de sobrecarga e estresse;
- não fazer longas jornadas de trabalho;
- praticar algum tipo de ação social.

Além dessas maneiras, acredita-se, também, que atividades físicas regulares e exercícios de relaxamento ajudam a controlar o estresse.

Quando questionados se já haviam pensado em trocar de profissão ou se arrependeram de alguma forma de escolher a área contábil, todos responde-

ram que não. Destacam-se as respostas da Contadora A e do Contador B.

A Contadora A contou que já pensou trocar de área em função de uma possível maior remuneração e, não, pelo estresse – ela até fundamentou que o estresse é o que a motiva a não mudar de área e continuar na docência. Ela pensa que, se por um lado ela não ganha tão bem quanto poderia ganhar se não estivesse trabalhando na área da docência, por outro lado também pensa que se estressa menos do que se estressaria se estivesse em um escritório. Entende que isso vale a pena e faz a diferença, promovendo, assim, uma maior qualidade de vida. Finalizou mencionando: “Eu não me vejo como uma pessoa estressada ou emocionalmente prejudicada em função do meu trabalho e sou muito feliz com a profissão que eu adotei”.

O Contador C disse que não se arrependeu de forma alguma de escolher a área contábil e que mudar de profissão pode ser uma tendência natural. Ele está cursando mestrado já pensando em algum momento migrar para a área da docência. Outra pretensão que ele possui é que, com o passar do tempo, ele possa sair do cargo de contador e ter outro cargo com responsabilidades maiores e com outras atribuições dentro da empresa.

5. Considerações finais

Com a realização deste estudo, objetivou-se analisar os possíveis impactos na saúde emocional de profissionais da contabilidade, considerando as suas variadas áreas de atuação e as suas atribuições, pois gerir um patrimônio que não é seu, estar sobre constante pressão para cumprir prazos, ter uma alta demanda de atividades, precisar de um alto nível de concentração e ser responsável pelo aprendizado dos alunos não são tarefas nada fáceis.

No estudo, apresentou-se a qualificação dos quatro profissionais entre-

vistados e identificaram-se as atividades desenvolvidas por eles. Buscou-se, também, conhecer o que eles consideram como incômodos no dia a dia para identificar os possíveis agentes estressores aos quais estão submetidos os contadores. Nesse particular, citaram a falta de autonomia para tomar decisões; o cumprimento dos prazos das obrigações tributárias contábeis e fiscais; problemas vinculados a pessoas que não fazem os processos da forma correta; cobrança para apresentar resultado; a omissão de receitas; os clientes que não mandam os documentos para o escritório e as mudanças de legislação que são muito radicais e constantes. Cada área tem agentes estressores diversos e variados, dada a pluralidade das suas atribuições e responsabilidades.

Os sintomas de estresse causados pelas suas atribuições profissionais mais relatados pelos entrevistados com 100% das respostas foram dor de cabeça e ansiedade. Foi possível perceber também que a profissional que mais apresentou sintomas que foi a Contadora D (escritório contábil), com 12 sintomas. E a profissional que apresentou menos sintomas foi a Contadora A (docência), com 8 sintomas.

Como possíveis formas de se reduzir o estresse profissional, foram citadas a organização dos horários e atividades, procurando sempre não se sobrecarregar; tornar o ambiente de trabalho mais leve, respeitando os colegas, divertindo-se, mas sem que isso interfira na produtividade; não assumir um cargo ou tarefa para o qual não se está realmente preparado, pois isso pode ser uma grande fonte de sobrecarga e estresse; não fazer longas jornadas de trabalho e tentar praticar algum tipo de ação social.

É essencial separar a vida profissional da vida pessoal e ter momentos de descanso com a família e com os amigos. Acredita-se, também, que atividades físicas regulares e exercícios de relaxamen-

to também ajudam a controlar o estresse. Não se deve usar a falta de tempo como desculpa para não praticar exercícios físicos e não desfrutar de momentos de descontração e lazer. É importante avaliar o quanto as condições de trabalho estão interferindo na qualidade de vida e prejudicando a saúde física e mental.

Em consideração ao título do artigo, foi possível concluir que a imagem do contador como profissional atarefado e estressado, por viver sob grande pressão, com diversas preocupações e responsabilidades não é mito e, sim, uma verdade. Assim, diante da pesquisa realizada é possível afirmar que o profissional da contabilidade vivencia diariamente situações de pressão, cobrança e estresse, e que, se estes não forem controlados ao longo do tempo, podem afetar a saúde emocional desses profissionais. Porém, mesmo com todas as atribuições da profissão, nenhum dos entrevistados se arrependeu de escolher a área contábil para atuar, muito pelo contrário, são realizados profissionalmente e não se veem fazendo outra coisa. Vale ressaltar que esta pesquisa se refere somente aos posicionamentos apresentados pelos entrevistados, pois o estresse varia muito de pessoa para pessoa; existem pessoas com perfis diferentes e com diferentes formas de lidar com as adversidades.

Por fim, como sugestão de trabalhos futuros, poderiam ser feitas pesquisas com uma maior quantidade de profissionais, com aplicação de questionário, por exemplo, o que daria mais representatividade e relevância ao estudo. Outra sugestão seria realizar pesquisa com profissionais da mesma faixa etária para analisar se o fator idade pode interferir no estresse no trabalho, levando em conta que quem apresentou mais sintomas da síndrome de Burnout foi a Contadora D, a mais experiente dos quatro contadores entrevistados.

6. Referências

ANGERAMI, Valdemar Augusto; SILVA, Edith Seligmann; STEINER, Maria Helena C. de Figueiredo; SILVA, Moacir Carlos da. *Crise, Trabalho e Saúde Mental no Brasil*. São Paulo: Traço, 1986.

BEUREN, Ilse Maria. *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Resolução CFC nº. 560, de 28 de outubro de 1983 - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_560.doc>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BRASIL. Resolução CFC nº. 750, de 29 de dezembro de 1993 - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade (PC). Disponível em: <cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_750.doc>. Acesso em: 23 mai. 2017.

BRASIL. Resolução CFC nº. 1.282, de 28 de maio de 2010 – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº. 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1282.pdf>. Acesso em 23 mai. 2017.

BULÁRIO.COM. *Bula de Fluoxetina*. Disponível em: <<https://www.bulario.com/fluoxetina/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

CARVALHO, Daniele Cristina Nascimento de; COLARES, Ana Carolina; FERREIRA Cássia Oliveira. *Análise das dimensões de demanda psicológica, controle e apoio social no trabalho do profissional contabilista com registro ativo no conselho regional de contabilidade de Minas Gerais*. CONVIBRA, 2015. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2015/81/2015_81_11801.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2017.

FIGUEIREDO, Ana Cristina; SILVA FILHO João Ferreira. *Ética e Saúde Mental*. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLINA, Miriam Raab; ROCHA Lys Esther. *Saúde Mental No Trabalho: Desafios e Soluções*. São Paulo: VK, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - SECRETARIA DA SAÚDE. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2862>> Acesso em: 23 abr. 2017

IUDÍCIBUS, Sérgio. de; *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas. 2000.

JUSBASIL. Disponível em: <<https://cfc.jusbrasil.com.br/noticias/100318311/contadores-estao-entre-os-profissionais-com-mais-risco-de-estresse-e-depressao>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHMITZ, Giliane Aparecida. *síndrome de Burnout: uma proposta de análise sob enfoque analítico-comportamental*. 2015. 59 f. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2015/10/S%C3%ADndrome-do-burnout-uma-proposta-de-an%C3%A1lise-sob-enfoque-anal%C3%ADtico-comportamental.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

SECRETARIA DA SAÚDE. Disponível em <<http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1059>> . Acesso em 25 nov. 2017.

TUNDIS, Silvério Almeida; COSTA, Nilson do Rosário. *Cidadania e Loucura*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VARELLA, Drauzio. *Doenças e Sintomas: síndrome de Burnout*. Disponível em: <<https://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-de-burnout/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.



Materialidade aplicada a relatórios de sustentabilidade assegurados: uma abordagem crítica à luz da pesquisa contábil

Este ensaio teórico aborda lacunas quanto à pesquisa contábil ambiental e as limitações apresentadas por relatórios socioambientais. Indagam-se alguns pontos ainda não respondidos sobre sustentabilidade, como o fato de o assunto ser pouco pesquisado no Brasil. Isso posto, observa-se em foco o que é chamado na literatura de Ciência da Sustentabilidade, uma linha de conhecimento multidisciplinar que envolve diversas áreas de conhecimento, permitindo a experimentação e testes, em vez de apenas fazer uma seleção de ciência específica para encontrar a solução mais acertada. A materialidade contábil no âmbito da pesquisa ambiental, tendo em vista as óticas dos organismos mundiais, tais como, *Financial Accounting Standards Board (Ffasc)*, *Securities And Exchange Commission (Sec)*, *International Accounting Standards Board (Iasb)*, *Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB)*, que, apesar de ter como ponto positivo ser flexível, apresenta, ao mesmo tempo, como ponto negativo, essa mesma flexibilidade, que permite aos relatórios ambientais maior subjetividade e baixa objetividade. A referida flexibilidade pode fazer com que a empresa demonstre o que foi considerado bom, omitindo o que a instituição considere ruim na sua visão. Sendo assim, questionamentos são levantados sobre o escopo da Ciência da Sustentabilidade, da efetividade dos relatórios socioambientais apresentados e da clareza das demonstrações socioambientais, mediante a presença, ou não, de dispositivos legais.

Estephanye Paganotti da Cunha

É mestre em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

E-mail: estephanye@gmail.com

Ivone Fiorin

É mestre em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

E-mail: ivonefiorin.ac@gmail.com

Renato Loureiro Faller

É mestre em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

E-mail: renato.faller@hotmail.com

2116 - Recebido em 3/10/2018. Distribuído em 3/10/2018. Pedido de revisão em 8/10/2018. Resubmetido pelo autor em 13/10/2018. Aprovado em 9/11/2018, na segunda rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição janeiro-fevereiro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

O tema “sustentabilidade” vem despertando crescente interesse de pesquisadores, como Bebbington e Larrinaga (2014), Brown; De Jong e Levy (2009), Eccles et al. (2012), Edgley; Jones e Solomon (2010), Gray (2001), Manetti e Becatti (2009), Mock; Rao e Srivastava (2013), O’dwyer; Owen e Unerman (2011), Perego e Kolk (2012), Simnett; Vanstraelan e Chua (2009), em razão das constantes mudanças às quais o meio ambiente está sujeito e, consequentemente, os reflexos produzidos, nas dimensões ambiental, econômica e social, impactam o ambiente empresarial e a sociedade como um todo. Dessa forma, as organizações buscam adaptar-se às novas necessidades demandadas pela sociedade. À luz dos reflexos mencionados, pesquisadores e estudiosos, por sua vez, são responsáveis pela tradução da realidade em produção científica, por meio da investigação.

Em conformidade com essa afirmação, em seu estudo, Bebbington e Larrinaga (2014) exploram as possíveis ligações entre o desenvolvimento sustentável e a contabilidade, buscando entender como esta vem se envolvendo com os princípios do desenvolvimento sustentável. No entanto, essa demanda cresce mais do que a capacidade de ser atendida, conforme discussão proposta no decorrer deste estudo.

Considerando o atual estágio no qual se encontra a pesquisa em Contabilidade Socioambiental e observando-se uma lacuna existente nessa temática, é foco deste ensaio teórico discorrer sobre materialidade e asseguuração de relatórios socioambientais emitidos pelas organizações, visando propiciar uma análise sobre que tipo de relação é estabelecida entre essas temáticas e a solução da referida lacuna. Acredita-se que o estudo pode contribuir, por exemplo, para a redução da assimetria de informações socioambientais entre as empresas e seus *stakeholders*, que pode inibir investimentos em ações de preservação ambiental e em promoção do desenvolvimento humano e social.

O tema “evidenciação contábil”, conforme Verrechia (2001), é central para a Contabilidade e ainda, segundo o referido autor, a literatura não contém um arquétipo central que norteie os estudos dela decorrentes, um embasamento teórico plenamente coeso e, como tal, configura-se como um compêndio de modelos economicamente fundamentados. No tocante à evidenciação socioambiental, Owen (2006) assevera que nos últimos anos tem havido significativo aumento no número de empresas que divulgam seu desempenho socioambiental.

Nesse contexto, coloca-se a seguinte questão norteadora deste ensaio: **Quais as contribuições da literatura contábil sobre materialidade**

e asseguuração de relatórios socioambientais para o preenchimento da lacuna existente na pesquisa em contabilidade socioambiental?

Na seção dois, aborda-se a evolução da pesquisa contábil socioambiental, com especial atenção para o dever da sustentabilidade na atuação das empresas. Na seção três trata-se do desenvolvimento da pesquisa contábil socioambiental e suas limitações, com a busca pela essência do objeto pesquisado. Na seção quatro, são exploradas as lacunas no estudo do construto Materialidade. A importância da asseguuração de relatórios socioambientais é tratada na seção cinco, buscando-se integrar todos os aspectos presentes no estudo. Por fim, nas considerações finais, procurou-se levantar questões relevantes para futuras pesquisas.

2. Evolução da Pesquisa Contábil Socioambiental

O objetivo deste tópico é proporcionar uma breve reflexão a respeito da evolução da pesquisa em Contabilidade Socioambiental, visando identificar alguns dos diferentes rumos seguidos pela pesquisa contábil ao longo do tempo, além de verificar como tem ocorrido seu progresso. A produção científica realizada na área contábil ainda pode ser objeto de diversos estudos, objetivando a análise e a

“No que tange à pesquisa contábil socioambiental, no Brasil, verifica-se um crescente, porém lento, avanço delas, embora essa questão venha assumindo relevância também crescente nos últimos anos, à medida em que a preservação do meio ambiente, torna-se cada vez mais centro de preocupação da sociedade como um todo.”

verificação quanto a alguns aspectos, como a qualidade, a extensão e a especificidade do que tem sido produzido a respeito.

No cenário brasileiro, segundo Theóphilo e Ludícibus (2005), embora ainda sejam poucos estudos, que focam a produção científica em Contabilidade, tem sido mais frequentes nos últimos anos, posto que a área de Contabilidade como ciência, conforme argumenta Filho (2008), tem se expandido, observando-se uma evolução contínua, em razão de várias mudanças econômicas e sociais, do aumento expressivo do número de programas de pós-graduação e, conseqüentemente, do aumento da produção científica, do impacto econômico que ela produz nas organizações e na sociedade, bem como da evolução da Contabilidade em todo o mundo. Os estudos de Theóphilo (2000; 2004) e de Theóphilo e Ludícibus (2005) constatam que o atual foco das pesquisas em contabilidade é de natureza teórico-empírica, centrados em uma postura positiva (BORGES, et al. 2011.)

No que tange à pesquisa contábil socioambiental, no Brasil, verifica-se um crescente, porém lento, avanço delas, embora essa questão venha assumindo relevância também crescente nos últimos anos, à medida em que a preservação do meio ambiente, torna-se cada vez mais centro de preocupação da sociedade como um todo.

Corroborando o pensamento de lizuka e Peçanha (2014), em cujo estudo concluíram que a pesqui-

sa sobre sustentabilidade no Brasil encontra-se, provavelmente, em estágio inicial, uma vez que constatarem a existência de dispersão de temas e pesquisas eminentemente descritivas e que, portanto, pouco contribuem para o avanço do conhecimento. Os autores descrevem ainda que houve uma concentração da produção científica sobre sustentabilidade nas regiões Sudeste (43%) e Sul (35%), o que revela certo desequilíbrio sob a ótica geográfica.

Sob a perspectiva de Villiers, Rinaldi e Unerman (2014), é necessário o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas robustas para guiar a evolução da política e prática, isso devido ao fato de que, com o advento da inserção da sustentabilidade no mercado, na sociedade e internamente nas empresas, o rápido desenvolvimento da política de relatórios integrados e desenvolvimentos iniciais da prática, apresentam desafios teóricos e empíricos por conta das diferentes maneiras pelas quais os relatórios integrados são compreendidos e emitidos pelas entidades.

3. O Desenvolvimento da Pesquisa Contábil Socioambiental e suas Limitações

As interações humanas com o meio ambiente, como exposto, produziram uma série de conseqüências, e esse cenário levou ao questionamento dos pressupostos econômico, ético e contábil tradicio-

nais. Na década de 1970, por exemplo, houve uma nova preocupação em questionar as limitações do paradigma de gestão tradicional.

Chastain (1973), Gambling (1974), Ullman (1976) e Dierkes e Preston (1977), entre outros, exploraram as ligações entre contabilidade, organizações e sociedade. Na década de 1990, a preocupação voltou-se mais especificamente às questões ambientais. E mais recentemente tem havido esforços para operacionalizar as questões ambientais.

Entretanto, apesar do crescente número de estudos nesse campo, observa-se uma lacuna na pesquisa contábil socioambiental. Kates et al. (2001) afirmam que a exploração científica e a aplicação prática devem ocorrer simultaneamente, defendendo a necessidade da participação ativa e contínua daqueles que são afetados e dos que afetam também no desenvolvimento da pesquisa.

Os referidos autores ainda tratam da Ciência da Sustentabilidade, área de conhecimento emergente no contexto socioambiental, apontando-a como um tipo diferente de investigação para a academia, elencando:

- 1) um foco em uma classe mais ampla de problemas do que normalmente se apresenta dentro de uma investigação;
- 2) um pressuposto de que é necessária a adoção de enquadramentos interdisciplinares de problemas, a fim de entendê-los;

“As interações humanas com o meio ambiente, como exposto, produziram uma série de conseqüências, e esse cenário levou ao questionamento dos pressupostos econômico, ético e contábil tradicionais.”

- 3) uma suposição de que é preciso haver um envolvimento profundo e recíproco entre a prática e a academia; e
- 4) o reconhecimento de que para a ação é preciso uma compreensão completa, (KATES et al., 2001).

Além disso, a Ciência da Sustentabilidade enfatiza que a aprendizagem se dá a partir do *feedback* obtido a partir de experimentos necessários para tratar de questões de desenvolvimento sustentável. Algumas áreas já começam a apresentar tais características: ecologia industrial, economia ecológica, ecologia humana, a teoria da Transição da Ecologia Social, a teoria da Resiliência, a teoria Cultural, análise de sistemas mundiais e governança de sistemas terrestres.

A Ciência da Sustentabilidade, portanto, implica uma ruptura com modelos de produção de conhecimento que assumem que uma resposta “certa” pode ser encontrada com a aplicação de métodos de disciplinas específicas.

Um aspecto de amplo debate em relação à Ciência da Sustentabilidade é como se poderiam julgar os resultados de uma investigação e/ou intervenção política. Farrell (2011) afirma que o papel tradicional da ciência no fornecimento de conhecimento válido e confiável para a sociedade torna-se problemático na Ciência da Sustentabilidade por várias razões. Especificamente, é impossível dizer que um problema é “resolvido” ou afirmar que um resultado ‘ideal’ poderia ser ou até mesmo definir de uma maneira única o problema a ser investigado.

Ainda nessa linha, considerando que os sistemas de conhecimento de base *mainstream* usam os padrões de estruturas de revisão científica por pares orientada para o método de controle de qualidade, essa abordagem não é suficientemente robusta para lidar com o desenvolvimento sustentável. Em vez disso,

o princípio da “Qualidade” é sugerido como critério alternativo contra o qual a avaliação pode ser empreendida para a produção de informação útil para os tomadores de decisão e para o público. No entanto, o que é definido como “qualidade” é tópicos de desconforto entre os estudiosos. Aqui, qualidade é caracterizada como sendo informações sólidas o suficiente para orientar os decisores e o público em geral.

O desconforto exposto é consequência da exposição de resultados sem provas consistentes com o modelo do *mainstream*. Porém, o cerne da questão é que não há nenhuma maneira simples para se saber se uma decisão é ou será “certa”. Assim, na Ciência da Sustentabilidade busca-se honrar a natureza do problema e tentar (tanto quanto possível) a “prova” para uma decisão e envolve tantas pessoas quanto é apropriado para a construção e avaliação de cursos de ação.

4. Materialidade: as lacunas em sua conceituação

Tendo em vista os impactos ambientais e sociais promovidos pela atividade humana, tornou-se central o papel do desenvolvimento sustentável como princípio organizador em uma variedade de contextos políticos. No entanto, para Bebbington e Larrinaga (2014), há uma dificuldade em definir o que pode significar o desenvolvimento sustentável em um contexto organizacional, juntamente com a falta de ações críveis de desenvolvimento sustentável.

A Contabilidade precisa ser revista para enfrentar os desafios trazidos pelo desenvolvimento sustentável (BEBBINGTON E LARRINAGA, 2014). Na mesma linha, Gray (2010) sugere que a contabilidade convencional não é mais pertinente quando se busca dar conta de sustentabilidade. Além disso, é esperada a evolução da

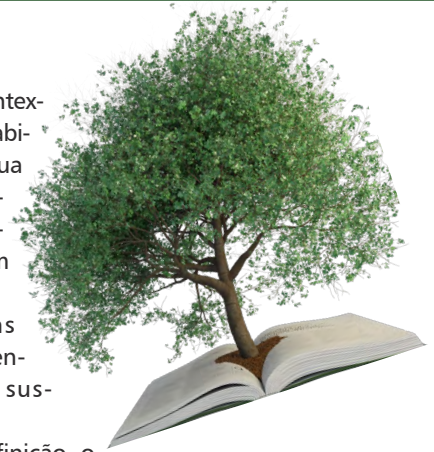
ciência no contexto de sustentabilidade, mas sua realização requer uma reconexão com discussões mais amplas sobre o desenvolvimento sustentável.

Como definição, o desenvolvimento sustentável é mais frequentemente visto como o desenvolvimento de algo que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras a satisfazerem suas próprias necessidades (UNWCED, 1987).

Além do desenvolvimento sustentável, a materialidade contábil também tem sido alvo de estudos a fim de enriquecer seu conceito. A discussão em pesquisas no que tange à materialidade contábil se dá pela sua conceituação ainda vaga na literatura (LO, 2010; ECCLES et al., 2012; EDGLEY; JONES e ATKINS, 2015). Nesse sentido, estudos mais aprofundados de sua conceituação são necessários dentro da academia.

Edgley, Jones e Atkins (2015) afirmam que o motivo de o conceito de materialidade não ser muito claro pode ser justificado por tornar-se um obstáculo à representação apropriada da verdade contida nas demonstrações financeiras, isso porque a materialidade, segundo os autores, determina erros e omissões importantes ao mesmo tempo que permite um grau de tolerância e flexibilidade. Partindo dessa concepção, os relatórios estariam sendo evidenciados com confiabilidade de fato?

A resposta desse questionamento se dá pela falta de confiança por possíveis deficiências existentes nos controles dos sistemas não financeiros utilizados na emissão dos referidos relatórios (EDGLEY; JONES e ATKINS, 2015). Além disso, para Eccles et al. (2012), a ausência de



“ Tendo em vista os impactos ambientais e sociais promovidos pela atividade humana, tornou-se central o papel do desenvolvimento sustentável como princípio organizador em uma variedade de contextos políticos. ”

normas contábeis geralmente aceitas para informações não financeiras, incluindo a materialidade, tem contribuído para inconsistências na qualidade dos relatórios não financeiros e o relacionamento de relatórios de sustentabilidade voluntários.

Entretanto, a materialidade contábil é uma informação fundamental que se encontra na base do processo de auditoria, mesmo sendo ainda uma questão de julgamento profissional (EDGLEY; JONES e ATKINS, 2015). Isso indica que esse tema merece maior atenção de pesquisadores e reguladores a fim de ser possível elaborar uma uniformidade do conceito da materialidade a nível global.

Para solucionar essa lacuna existente quanto à materialidade, a teoria Institucional pode ser um instrumento útil para a investigação, já que fornece maneiras de compreender padrões implícitos e a diversidade dentro das organizações (BRUTON; AHLSTROM e LI, 2010; BARBOSA; NETO e COLAUTO, 2010; CARVALHO; VIEIRA e SILVA; PEREIRA, 2012).

Além disso, segundo Brammer, Jackson e Matten (2011), para o estudo de relatórios de sustentabilidade empresarial, a teoria Institucional contribui em vários níveis. Essa teoria, por ser descritiva, permite uma compreensão mais precisa do que os relatórios de sustentabilidade empresarial em um ambiente institucional específico realmente significam.

Dentro dos conceitos de materialidade aplicados nos relatórios atual-

mente, para o *Financial Accounting Standards Board* (FASB, 1980) a informação é material se a omissão ou distorção pode influenciar as decisões que os usuários tomam com base nas informações financeiras de uma entidade que relata algo específico.

Já para a *Securities And Exchange Commission* (SEC, 1999), a materialidade diz respeito à importância de um item para os usuários das demonstrações financeiras de uma organização, ou seja, é “relevante” se houver uma probabilidade substancial de que uma pessoa considere tal informação razoavelmente importante.

A mesma linha de raciocínio é dada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB, 2005), em que a materialidade é um aspecto específico e relevante para a entidade, com base na natureza ou magnitude (ou ambos) dos itens a que se refere à informação no contexto do relatório financeiro de uma entidade individual.

No entanto, somente o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB, 2010) aborda a questão de “a quem” a materialidade seria destinada, nesse caso, a perspectiva e tomada de decisão de um acionista “razoável”.

A materialidade em relatórios socioambientais é similar à materialidade contábil no que se refere ao limitar nas contas, no entanto, enfatiza os impactos sociais, ambientais e o desempenho das partes interessadas, não o desempenho financeiro (EDGLEY; JONES e ATKINS, 2015).

No contexto brasileiro, segundo dados da *Global Reporting Initiative* (GRI, 2015), 347 organizações brasileiras divulgam relatórios de sustentabilidade, um número significativo diante do número total de empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), que corresponde a 359 organizações. No entanto, mesmo que a preocupação e o interesse em fornecer informações de sustentabilidade tenham aumentado consideravelmente (CALIXTO; BARBOSA e LIMA, 2007; BRAGA; OLIVEIRA e SALLOTTI, 2009; SANTOS et al., 2012), as empresas ainda não divulgam informação relevante de maneira que possa ser comparável (EPSTEIN, 2003; ECCLES et al., 2012).

Mesmo identificadas lacunas na conceituação da materialidade contábil dentro da temática da sustentabilidade, é possível observar estudos sendo publicados direcionados a esse tema, como de Edgley, Jones e Atkins (2015); Lo (2010) e Eccles et al. (2012). No entanto, para eles, não têm sido divulgados estudos aprofundados em relação à conceituação da materialidade contábil, ou seja, são observados estudos ainda muito superficiais relacionados a esse assunto.

Nesse sentido, é desejável que a academia contribua com um arcabouço teórico mais enriquecido em relação a essa área, visto que é possível o aproveitamento de uma base teórica mais sólida para o desenvolvimento de diretrizes específicas a

respeito de materialidade sobre as questões de sustentabilidade por parte dos órgãos reguladores ou de normatização contábil, já podendo considerar uma alta relevância da materialidade e dos indicadores de desempenho nos relatórios de sustentabilidade.

5. Relatórios de Sustentabilidade Assegurados

Sendo uma temática ainda pouco explorada, os relatórios de sustentabilidade assegurados têm sido objeto de estudo de pesquisadores. A necessidade de se investigar sobre o tema parte da falha que se identifica como a baixa divulgação de relatórios de sustentabilidade com algum tipo de “acreditação”, como por pareces de auditores (MOCK; RAO E SRIVASTAVA, 2013). Para O’Dwyer; Owen e Unerman (2011), a falta desse tipo de investigação em profundidade nos relatórios de sustentabilidade assegurados reflete parcialmente em uma tendência mais ampla na investigação acadêmica sobre auditoria.

Segundo Qiu, Shaikat e Tharyan (2014), dados ambientais confiáveis reforçam a legitimidade ambiental, mas também ajudam os analistas a preverem melhor os lucros, assim como o bom desempenho ambiental e sua boa divulgação garantem vantagens competitivas à firma, inclusive influenciando em sua reputação (RIBEIRO, 2005; QIU; SHAUKAT e THARYAN, 2014). Além disso, Hall e Ricck (1998) afirmam que as informações ambientais divulgadas influenciam o preço das ações na data do evento.

No entanto, para Gray (2001), há uma lacuna na credibilidade dos relatórios de

sustentabilidade, o que os tornam um instrumento pouco utilizado pelos usuários-alvo tradicionais: acionistas, credores, clientes, funcionários e comunidades locais. Sendo assim, essas lacunas têm sido trabalhadas no contexto empresarial pelas empresas de auditoria?

Para O’Dwyer, Owen e Unerman (2011), a resposta a esse questionamento é “não”. A auditoria está se expandindo e tem feito promessas de maior transparência e prestação de contas, no entanto, a realidade deixa a desejar. Mas, no futuro, essa lacuna pode ser preenchida por meio de princípios geralmente aceitos para relatórios de sustentabilidade, sobretudo se as autoridades públicas intervissem com disposições legislativas (MANETTI e BECATTI, 2008).

Apesar de a investigação em relatórios assegurados estar em um estágio inicial (O’DWYER; OWEN e UNERMAN, 2011), a “acreditação” é percebida como um elemento fundamental para assegurar a credibilidade e a confiabilidade dos relatórios de sustentabilidade (EDGLEY et al. 2010; ZADEK e RAYNARD 2004), da mesma maneira que a auditoria externa faz com o relatório financeiro (SIMNETT et al. 2009). Sendo evidente a importância de abordar esse tema no contexto de mercado de capitais, questiona-se: **As empresas de auditoria estão preparadas ou se preparando para fornecer aos stakeholders relatórios com credibilidade?**

Para responder a essa pergunta, com base na pesquisa de Mock, Rao e Srivastava (2013), em 2004 o *International Register Of Certificated Auditors* (Irca) lançou um novo programa de treinamento para auditores na área de relatório social chamado Programa de Sistemas Sociais Auditores, projetado para ajudar as empresas no domínio de abastecimento ético.

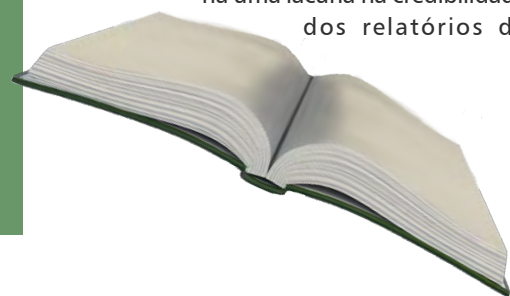
Adicionalmente, *Accountability* e Irca lançaram o primeiro sistema de certificação individual do mundo no campo da sustentabilidade assegurada, chamado O Programa Aprofundado de Certificação Sustentável Assegurada (Irca 2004b). Além disso, a *PricewaterhouseCoopers* (PwC) oferece serviços de auditoria relacionados com as emissões de carbono para avaliar o risco das empresas (MOCK; RAO e SRIVASTAVA, 2013).

Além disso, Manetti e Becatti (2008) e Brown, De Jong e Levy (2009) salientam que a padronização internacional para a realização de serviços de verificação em relatórios de sustentabilidade tem-se tornado disponível, atualmente: a Isae 3000¹, aprovada pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (Iaasb) e publicada pela *International Federation of Accountants* (Ifac) e a AA1000AS², elaborada pela *AccountAbility*, ambas foram publicadas em 2003.

No Brasil, a BM&FBovespa criou em 2005 o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), cujo objetivo principal é divulgar por meio da carteira emitida anualmente, as empresas que apresentaram melhor performance da sustentabilidade corporativa, com base na eficiência econômica, no equilíbrio ambiental,

¹ ISAE 3000 é uma norma internacional emitida pela IAASB destinada a orientar os auditores independentes para a realização de trabalhos de asseguarção de informações não financeiras (IFAC, 2011).

² A norma internacional AA1000 Assurance Standard (AA1000AS) foi a primeira a fornecer os requisitos para a realização de relatórios assegurados quanto a avaliação e conclusão sobre a qualidade da informação social, econômica e ambiental divulgada publicamente pela empresa e seus respectivos desempenhos. (ACCOUNTABILITY, 2008).



na justiça social e governança corporativa. O ISE proporciona, nesse sentido, maior responsabilidade na confiabilidade das informações fornecidas pelas as empresas que compõem a carteira do índice em questão (ZARO; PASTRE e ALBERTON, 2015).

Já no que tange à normatização brasileira relacionada à asseguarção, cujo usuário principal são os auditores independentes, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) possui duas resoluções relacionadas ao tema. Conforme a introdução da Norma Brasileira de Contabilidade TO 3000, de 13 de fevereiro de 2009:

O objetivo desta Norma é estabelecer princípios básicos e procedimentos essenciais, além de fornecer orientação aos auditores independentes, para a realização de trabalhos de asseguarção (também conhecidos pelos profissionais da área como trabalhos de “Assurance”) que não sejam de auditoria ou revisão de informações financeiras históricas, que estão sujeitos a normas específicas (CFC, 2009).

A segunda norma é destinada a relatório de asseguarção relacionado com sustentabilidade e responsabilidade social. Segundo o objetivo do Comunicado Técnico CTO 01, de 21 de setembro de 2012:

Este Comunicado Técnico tem por objetivo orientar os auditores independentes sobre a execução de trabalhos e a emissão de relatórios de asseguarção sobre informações relacionadas com sustentabilidade e responsabilidade social, objetivando prover alinhamento e uniformidade na aplicação dos procedimentos de revisão e na emissão dos relatórios de asseguarção sobre esses temas divulgados no Balanço Social, Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, Relatório de Sustentabilidade ou em outras partes do Relatório Anual da Administração (CFC, 2012).

Nesse sentido, a NBC TO 3000 estabelece princípios básicos e procedimentos essenciais, fornecendo assim orientação aos auditores independentes para a realização de trabalhos de asseguarção, desde que não sejam de auditoria ou revisão de informações financeiras históricas, que estão sujeitos a normas específicas.

Já a NBC CTO 01 orienta os auditores independentes em relação à execução de trabalhos e à emissão de relatórios de asseguarção de informações relacionadas com sustentabilidade e responsabilidade social, a fim de promover alinhamento e uniformidade na aplicação

dos procedimentos de revisão e na emissão dos relatórios de asseguarção sobre esses temas divulgados em demonstrações como: Balanço Social, Relatório de Sustentabilidade, Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental ou em outras partes do Relatório Anual da Administração.

Mesmo com a existência de lacunas que precisam ser investigadas, são identificados avanços em relação a relatórios de sustentabilidade assegurados, como nas pesquisas de Gray (2001); Manetti e Becatti (2008); Brown, De Jong, Levy (2009); Manetti e Toccafandi (2011); O’dwyer, Owen e Unerman, (2011); Mock, Rao e Srivastava (2013). Para Perego e Kolk (2012), além de padronizações e normatizações sendo elaboradas e divulgadas para orientar os auditores independentes, o próprio GRI encoraja as empresas a propor seus relatórios ao exame de terceiros.

Diante da importância em abordar o tema conforme evidenciado pelos pesquisadores, é necessário que as investigações sejam contínuas e aprofundadas, a fim de proporcionar direcionamento para futuras organizações regulamentadoras aplicarem padronizações, proporcionando aos auditores externos maiores ferramentas para a verifi-

“ No contexto brasileiro, segundo dados da Global Reporting Initiative (GRI, 2015), 347 organizações brasileiras divulgam relatórios de sustentabilidade, um número significativo diante do número total de empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), que corresponde a 359 organizações. ”

cação dos relatórios de sustentabilidade e sua devida “acreditação” ou até mesmo contribuir com o arcabouço teórico em prol da evolução nas futuras pesquisas.

6. Considerações Finais

Este ensaio teórico abordou aspectos considerados relevantes para o aprimoramento da pesquisa em Contabilidade Ambiental no Brasil, notadamente a materialidade e relatórios socioambientais assegurados.

Na ótica da pesquisa contábil socioambiental no Brasil, segundo Lizuka e Peçanha (2014), concluiu-se que esse processo se encontra em um momento germinativo, isto é, esta pesquisa se encontra em seu início, havendo dispersão de temas, faltando assim focos de pesquisa, além de essas, em sua maioria, serem meramente descritivas.

Os referidos autores também mencionam que, já na década de 1970, iniciaram-se críticas sob a ótica em vigor da gestão tradicional em relação a valores éticos e sociais. Kates et al. (2001) elucidam que a pesquisa e a prática devem ocorrer no mesmo momento, ocorrendo o envolvimento de todas as partes afetadas.

Os referidos autores ainda tratam a Ciência da Sustentabilidade

como uma linha de conhecimento multidisciplinar que envolve diversas áreas de conhecimento, permitindo a experimentação e testes, em vez de apenas fazer uma seleção de uma ciência específica para encontrar a solução mais acertada.

Tendo por base todas as dúvidas geradas pela falta de uma “solução objetiva” para os dados de caráter sustentável, observa-se haver certa dificuldade em relação à materialidade de relatórios não financeiros, já que a própria materialidade de relatórios contábeis sofre de uma deficiência natural, como a própria literatura expõe. Dessa forma, é onde podem ocorrer erros e acertos, permitindo uma flexibilidade tolerante em detrimento de uma rigidez que impeça uma definição razoável (LO, 2010; ECCLES et al., 2012; EDGLEY, JONES e ATKINS, 2015), criando uma situação subjetiva.

Na sequência, também foram citados os relatórios de sustentabilidade assegurados (uma área ainda pouco pesquisada). Isso também é devido à baixa divulgação desses relatórios (MOCK; RAO e SRIVASTAVA, 2013). Qiu, Shukat e Tharyan (2014) informaram que os dados ambientais confiáveis reforçam a legitimidade ambiental e permitem prever melhor os lucros, e Gray (2001) coloca uma dúvida na credibilidade desses relatórios, informan-

do o motivo da pouca utilização dos mesmos pelos usuários-alvos.

Nesse sentido, estudar a sustentabilidade é avaliar todo o contexto em que a organização se encontra inserida. Sendo assim, toda a visão sustentável passa a ser um detalhe único, sendo esta avaliada como um conjunto e não apenas parte dela. O estudo não se esgota apenas com esta análise, pois muitas outras podem ser somadas a este, já que sustentabilidade pode advir da Engenharia, da Contabilidade, da Economia, da Biologia e até mesmo da Filosofia.

O aprofundamento deste estudo deixou questionamentos, como, por exemplo, qual a visão que deve se ter sobre a sustentabilidade; ela é uma ciência independente, ou é um campo de estudo multidisciplinar, como é a ética em todas as áreas da vida? Além disso, com base na baixa confiabilidade desses relatórios visualizada por este estudo, é possível que pesquisas quantitativas e qualitativas sejam estimuladas e ainda verificar se empresas são mais claras na divulgação dos resultados se estiverem sujeitas a um dispositivo legal que as obriguem, ou se estas fazem isso de forma voluntária? Esses e outros questionamentos ficaram em aberto, sendo uma possibilidade de pesquisa a ser aprofundada no futuro.

7. Referências

ACCOUNTABILITY. *Aa1000 assurance standard 2008*. London/Washington: ACCOUNTABILITY, 2008.

BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. *Journal of Accounting Research*, v.6, p.159-177, 1968.

BARBOSA NETO, J. E.; COLAUTO, R. D. Teoria institucional: estudo bibliométrico em anais de congressos e periódicos científicos. *Revista Contexto*, Porto Alegre, v. 10, n. 18, p. 63-74, 2º semestre 2010.

BEAVER, W. H. Directions in accounting research. *Accounting Horizons*, v. 10, n. 2, p. 113-124, jun. 1968.

BEBBINGTON, J.; LARRINAGA, C. Accounting and sustainable development: an exploration. *Accounting, Organizations and Society*, v. 39, p. 395-413, 2014.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. *Histórico diário*: totais. Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br/capitalizacaobursatil/ResumoBursatilHistorico.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

_____. Índice de sustentabilidade empresarial – ISE. Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

BORGES, et al. Paradigmas na pesquisa contábil no Brasil: um estudo epistemológico sobre a evolução nos trabalhos de programas de pós-graduação em ciências contábeis. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 21-30, 1º sem. 2011.

BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras. *Revista de Contabilidade*, UFBA, Salvador, v. 3, n. 3 p. 81-95, set./dez. 2009.

BRAMMER, S.; JACKSON, G.; MATTEN, D. Corporate Social Responsibility and institutional theory: new perspectives on private governance. *Socio-Economic Review*, v. 10, n. 1, p. 3–28, 15 dez. 2011.

BROWN, H. S.; DE JONG, M.; LEVY, D. L. Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, v. 17, n. 6, p. 571-580, 2009.

BRUTON, G. D.; AHLSTROM, D.; LI, H.-L. Institutional Theory and Entrepreneurship: Where Are We Now and Where Do We Need to Move in the Future? *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 34, n. 3, p. 421–440, mai. 2010.

CALIXTO, L.; BARBOSA, R. R.; LIMA, M. B. Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis versus internet. *Revista Contabilidade e Finanças*, USP, São Paulo, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 84 – 95, jun. 2007.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; SILVA, S. M. G. A trajetória conservadora da teoria institucional. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 10, n. Especial, p 469-496, dez. 2012.

CFC CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TO 3000, 2009. Brasília.

_____. CTO 01, 2012. Brasília.

CHASTAIN, C. E. Environmental Accounting – US and U.K. *Accountancy*, p. 10-13, dez. 1973.

DIERKES, M.; PRESTON, L. E. Corporate social accounting for the physical environment: A critical review and implementation proposal. *Accounting, Organizations and Society*, 2(1), p. 3–22, 1977.

DYE, R. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in Accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1, p. 181-235, 2001.

ECCLES, R. G. et al. The Need for Sector-Specific Materiality and Sustainability Reporting Standards. *Journal of Applied Corporate Finance*, v. 24, n. 2, p. 65–71, 19 jun. 2012.

EDGLEY, C. R.; JONES, M. J., SOLOMON, J. F. Stakeholder inclusivity in sustainability report assurance. *Accounting Auditing and Accountability Journal*, 23(4), 532–557. 2010.

_____; _____. ATKINS, J. The adoption of the materiality concept in social and environmental reporting assurance: a field study approach. *The British Accounting Review*, v. 47, p. 1-18, 2015.

EPSTEIN, M.J. The identification, measurement, and reporting of corporate social impacts: past, present and future. *Advances in Environmental Accounting and Management*, Amsterdam, v.2, n.1, p.1-29, Dec. 2003.

FARRELL, K. N. *Snow white and the wicked problems of the west*: a look at the lines between empirical description and normative prescription. *Science, Technology & Human Values*. p. 334–361, 2011.

FILHO, G. A. L. Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. *RAC*, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 533-554, abr. / jun. 2008.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Statements of financial accounting concepts n. 2: qualitative characteristics of accounting information*. Connecticut: FASB, 1980. Disponível em: < <http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs&blobkey=id&blobwhere=1175820900526&blobheader=application%2Fpdf>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

GAMBLING, T. *Societal accounting*. Londres: George Allen and Unwin, 1974.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. *Sustainability disclosure database*. Disponível em: < <http://database.globalreporting.org/search>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

GRAY, R. Thirty Years of Social Accounting, Reporting and Auditing: What (If Anything) Have We Learnt?. *Business Ethics: A European Review*, 10(1), p. 9–15, 2001.

_____. Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability. . .and how would we know? An exploration of narratives of organisations and the planet. *Accounting, Organizations and Society*, 35(1), p.47–62, 2010.

HALL, P. L.; RICCK, R.. The effects of positive corporate social actions on shareholder wealth". *Journal of Financial and strategic decisions*. II(2). 1998.

IIZUKA, E. S.; PEÇANHA, R. S. Análise da produção científica brasileira sobre sustentabilidade entre 2008 e 2011. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS*. v. 3, n. 1. Jan./ Abr. 2014.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB. *Qualitative Characteristics 4: Definitions of understandability and materiality*. London: IASB, 2005. Disponível: < <http://www.ifrs.org/Meetings/MeetingDocs/IASB/Archive/Conceptual-Framework/Previous%20Work/CF-0507b07b.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). *ISAE 3000 (Revised), Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information*. New York: IFAC, sep. 2011.

KATES, R. et al. Sustainability science. *Science*. v. 292, p. 641-642, 2001.

KOTHARI, S. P. Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting & Economics*, v.31, p. 105–231, 2001.

LO, K. Materiality and voluntary disclosures. *Journal of Accounting and Economics*, v. 49, n. 1-2, p. 133–135, fev. 2010.

MANETTI, G.; BECATTI, L. Assurance Services for Sustainability Reports: Standards and Empirical Evidence. *Journal of Business Ethics*, v. 87, p. 289–298, 2009.

_____; TOCCAFONDI, S. The Role of Stakeholders in Sustainability Reporting Assurance. *Journal of Business Ethics*, v. 107, n. 3, p. 363–377, 4 out. 2011.

MOCK, T. J.; RAO, S. S.; SRIVASTAVA, R. P. The development of worldwide sustainability reporting assurance. *Australian Accounting Review*. v. 23, n. 4, p. 280-294, 2013.

O'DWYER, B.; OWEN, D.; UNERMAN, J. Seeking legitimacy for new assurance forms: The case of assurance on sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, v. 36, n. 1, p. 31–52, jan. 2011.

Owen, D. Emerging Issues in Sustainability Reporting. *Business Strategy and the Environment*. V. 15, n. 1, p. 217–218, 2006.

PEREGO, P.; KOLK, A. Multinationals' Accountability on Sustainability: The Evolution of Third-party Assurance of Sustainability Reports. *Journal of Business Ethics*, v. 110, n. 2, p. 173-190, 2012.

PEREIRA, F. A. M. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. *Revista Organizações em Contexto*, São Bernardo do Campo, Ano 8, n. 16, jul/dez. 2012.

PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD. *Auditing Standard No. 11 Consideration of Materiality in Planning and Performing an Audit*. New York: PCAOB, 2010. Disponível em: < http://pcaobus.org/Standards/Auditing/pages/auditing_standard_11.aspx> . Acesso em: 02 jul. 2015.

QIU, Y.; SHAUKAT, A.; THARYAN, R. Environmental and social disclosures: link with corporate financial performance. *The British Accounting, Review*. p. 1-15, 2014.

RIBEIRO, M. de S. *Contabilidade ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2005. 220 p.

SANTOS, et al. Nível de disclosure verde e a reputação corporativa ambiental das companhias brasileiras de capital aberto. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, UFSC, Florianópolis, v.9, n.18, p.63-82, jul./dez., 2012.

SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. *SEC Staff Accounting Bulletin: No. 99 – Materiality*. Washington: SEC, 1999. Disponível em: < <https://www.sec.gov/interps/account/sab99.htm>> . Acesso em: 02 jul. 2015.

SIMNETT, R., VANSTRAELAN, A., & CHUA, W. F. Assurance on sustainability reports: An international comparison. *The Accounting Review*, 84(3), 937–967. 2009.

THEÓPHILO, C. R. *Pesquisa em Contabilidade no Brasil: uma análise crítico-epistemológica*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Uma abordagem epistemológica da pesquisa em contabilidade*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____; IUDÍCIBUS, S. Uma Análise Crítico-Epistemológica da Produção Científica em Contabilidade no Brasil. v.8, n.2, p. 147-175, 2005.

UNWCED. Report of the world commission on environment and development: Our common future. Oxford, *Oxford University Press*. 1987.

ULLMAN, A. A. The corporate environmental accounting system: a management tool for fighting environmental degradation. *Accounting, Organizations and Society*, 1(1), p. 71–79, 1976.

VERRECHIA, R. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

VILLIERS, C. de; RINALDI, L.; UNERMAN, J. Integrated reporting: insights, gaps and agenda for future research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*. v. 27, n. 7, p. 1042-1067, 2014.

ZADEK, S., RAYNARD, P. The Future of Sustainability Assurance. *ACCA/AccountAbility*, London.

ZARO, E. S; PASTRE, F.; ALBERTON, L. Asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem a carteira do índice de sustentabilidade empresarial 2013. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 47 - p. 63, jan/abr., 2015.

IFRS



Implantação das normas internacionais de contabilidade: estudo comparativo entre Brasil e Portugal

O entendimento predominante, tanto na academia quanto no mercado é de que a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade lideradas pelo International Accounting Standards Board (Iasb) e operacionalizada por meio das International Financial Reporting Standards (IFRS) apresenta resultados positivos. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo identificar as ações convergentes e divergentes entre a implantação das normas internacionais de contabilidade subjacentes aos países irmãos Brasil e Portugal. Para atingir o objetivo proposto, buscou-se por meio de pesquisa bibliográfica, descritiva e usando dados secundários, analisar os diversos entendimentos de autores nacionais e internacionais que permeiam o tema central. O resultado evidenciou que existem mais ações convergentes do que divergentes e significantes influências do Direito Romano ou Code Law, além de que o processo em ambos os países ainda está em construção.

José Luiz Nunes Fernandes

É contador, professor universitário (UFPA), mestre em Controladoria e Contabilidade (FEA/USP), consultor ad hoc do Ministério da Educação (MEC), perito contador da Justiça Federal em Belém (PA).
E-mail: joseluiz@ufpa.br

José Wilson Nunes Fernandes

É contador, professor universitário (UFPA), e mestre em Administração (UFRN).
E-mail: josewilson@famaz.br

Bárbara Ádria Oliveira Farias Fernandes

É contadora, mestre em Administração (USCS/SP) e doutoranda em Administração no PPGA da UNAMA.
E-mail: barbaraadria@yahoo.com.br

2121 - Recebido em 5/10/2018. Distribuído em 5/10/2018. Aprovado em 18/10/2018, na segunda rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição janeiro-fevereiro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal

1. Introdução

O entendimento que domina no meio acadêmico é de que a adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) apresenta efeito positivo na qualidade da informação, no mercado de capitais, permite melhor entendimento por parte dos analistas e torna a comparabilidade da informação mais eficaz.

É entendimento também dominante que esse efeito positivo depende de alguns fatores, como o nível de *enforcement* e as características das empresas que atuam nos países que adotam as IFRS. Afirma-se, também, que os estudos sobre as IFRS ainda apresentam resultados limitados e tendo como origem o fato de que a obrigatoriedade legal é ainda recente.

Quanto à adoção das IFRS no Brasil, Consoni e Colauto (2016) explicam que o processo de convergência ocorreu em três fases distintas: a primeira caracterizada pela criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005; a segunda caracterizada como fase de transição e iniciou em 2008; e a terceira a partir de 2010 com a obrigatoriedade das empresas em adotarem de forma plena as normas contábeis. Já em Portugal, o primeiro passo para as IFRS ocorreu em 1977 com a criação e publicação do Plano Nacional de Contabilidade (POC) sob forte influência do plano de contas francês (ALVES; ANTUNES, 2010).

Na União Europeia (UE), os estudos sobre a adoção das IFRS ainda apresentam resultados limitados, em grande parte pelo fato de que a obrigatoriedade de adoção ser recente (CALIXTO, 2010). Pesquisa de Palea (2013) aponta o fato de que a adoção obrigatória trouxe efeitos positivos e que esses efeitos são diferentes em função dos contextos institucionais das empresas que adotam tais normas, ademais,

complementa o autor, existem visíveis diferenças nacionais após a adoção das IFRS.

Nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), embora não se tenha plena adoção das IFRS, as pesquisas acadêmicas realizadas a partir de 2007 e publicadas em revistas norte-americanas apontam que mais de 60% dos artigos versam sobre as IFRS, ademais, em 2007, a *Securities and Exchange Commission* (SEC) deixou de exigir reconciliação dos demonstrativos contábeis elaborados em IFRS para as normas norte americanas US GAAP (LOURENÇO; CASTELO BRANCO, 2015).

A identificação das ações convergentes e divergentes na implantação das normas entre o Brasil e Portugal deve-se inicialmente pelo fato de que esses dois países, embora coirmãos, já que o segundo colonizou o primeiro, adotam a mesma língua e se localizam geograficamente em continentes diferentes, fato que aguça a pesquisa. Os dois países possuem identidades contábeis, como o *code law*, alicerçando as normas contábeis e, como consequência, a forte influência fiscal que norteia a normatização contábil.

Diante do contexto antes descrito, a presente pesquisa busca resolver o seguinte problema: **Quais as principais ações convergentes e divergentes entre a implantação das normas internacionais de contabilidade no Brasil e em Portugal?**

O objetivo do trabalho é identificar as ações convergentes e divergentes entre a implantação das normas internacionais de contabilidade subjacentes aos dois países, Brasil e Portugal. Nesse sentido, é possível destacar que a adoção das IFRS em nível internacional tem sido, nos últimos anos, um dos temas mais estudado e analisado na Contabilidade, e aguçado interesses entre profissionais, acadêmicos e investidores (LOURENÇO; CASTELO BRANCO, 2015).



Portanto, é possível justificar essa pesquisa pelo fato de que a maioria dos estudos que abordam o tema IFRS enfatiza a qualidade da informação direcionada ao mercado de capitais. Nesse sentido, esse trabalho difere dos demais, pois, ao comparar os aspectos divergentes e convergentes entre a implantação das normas entre esses dois países coirmãos, esse fato possibilita, em face da experiência de ambos, ajuda mútua na implantação das normas que, reconhecidamente, estão em fase de construção e sujeitas a ajustes, além do aspecto histórico subjacente ao estudo, que possibilitará o enriquecimento da área do conhecimento humano denominada Contabilidade.

Justifica-se também a importância do tema, pois o entendimento predominante é de que as normas originadas pelo IASB e operacionalizadas por meio das IFRS são positivas e estão em pleno processo de construção e, ao comparar a experiência de dois países que possuem a mesma semântica, além de que Portugal colonizou o Brasil, o resultado também poderá contribuir positivamente para o sistema econômico dos dois países e com reflexo direto no bem estar de seus habitantes.

2. Referencial Teórico

2.1. Implantação das Normas Internacionais

A Contabilidade como uma das ciências sociais aplicadas é moldada por fatores sociais, econômicos e políticos. Nesse sentido, Ball (2006) entende que a harmonização das

práticas contábeis resulta naturalmente da integração política e de mercados. Diante de mercados globalizados, adicionados à diversidade de sistemas de Contabilidade, sentiu-se necessidade de informações contábeis-financeiras lógicas que possibilitassem entendimentos e acesso aos mercados de capitais internacionais.

Diante disso, em 1973, foi fundado o *International Accounting Standards Committee* (IASC) que, em 2001, deu origem ao *International Accounting Standards Board* (IASB) com sede em Londres (Inglaterra) e missão de desenvolver normas contábeis no sentido de propiciar transparência, responsabilidade e eficiência aos mercados financeiros do mundo, além de servir aos interesses públicos ao fomentar a confiança, o crescimento e a estabilidade financeira em longo prazo para a economia global. Girotto (2016) entende que o IASB tem sido bem-sucedido nessa tarefa.

O IASB emitiu até o ano de 2001 um conjunto de normas as quais denominou de *International Accounting Standard* (IAS), e a partir de 2001 passou a emitir as IFRS. Nesse sentido, Lourenço e Castelo Branco (2015) explicam que, atualmente, a expressão é IFRS para designar o conjunto de normas formado pelas IAS e IFRS.

Em 2002, por força do Regulamento n.º 1606, a União Europeia (UE) passou a exigir que todas as empresas com ações em bolsa de valores de qualquer país da região passassem a divulgar seus relatórios contábeis em acordo com as IFRS. Em 2005 a Austrália passou a adotar normas equivalentes às IFRS (ZEFF; NOBES, 2010).

Portanto, em um mundo irreversivelmente globalizado e permeado por escândalos financeiros, como os casos Enron e Parmalat, e, mais recentes, com a crise global financeira que eclodiu nos EUA originada pelos *subprime*, tornou-se perceptível que a informação contábil direcionada ao usuário externo necessitava de novos rumos comprometidos com a transparência e credibilidade.

Embora mais de 50% das empresas que postam seus relatórios nas bolsas de valores ao redor do mundo adote as normas IFRS, ainda existem resistências. Nesse sentido, Girotto (2016) descreve que, entre as companhias que não utilizam as IFRS, 80% são listadas nas bolsas da China, Índia, Japão e EUA; destaca ainda que, embora a China adote modelo muito próximo às IFRS, a plenitude na adoção não ocorre em função das características culturais locais.

Evidencia-se que as IFRS (ainda) não são aceitas nos EUA e algumas das causas são expressas por Hail et al. (2010), que entendem que as normas americanas denominadas de *United States Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP) possibilitam menor amplitude para julgamento e maior orientação e, desse modo, as normas vigentes nos EUA são de melhor qualidade. Portanto, à medida que as IFRS requisitam julgamento e juízos de valor são inevitáveis que ocorram diferentes maneiras de interpretá-las e aplicá-las.

Por outro lado, o entendimento predominante é de que os fatores positivos são superiores aos negativos quanto à proposta do IASB na edição e implantação das IFRS, é possível destacar Van Tendeloo e Vanstraelen (2005), que evidenciam as seguintes vantagens da adoção das IFRS: (i) que possibilita maior capacidade na tomada de decisão financeira por parte de investidores e a consequente diminuição das diferentes formas de avaliação presentes em diferentes países e, com isso, possibilitando menor risco; (ii) redução de custos na elaboração de demonstrativos contábeis em acordo com diversos conjuntos de normas existentes; (iii) incentivo a maior número de investimentos internacionais; (iv)

“A identificação das ações convergentes e divergentes na implantação das normas entre o Brasil e Portugal deve-se inicialmente pelo fato de que esses dois países, embora coirmãos, já que o segundo colonizou o primeiro, adotam a mesma língua e se localizam geograficamente em continentes diferentes, fato que aguça a pesquisa.”

IFRS

melhor alocação de recursos financeiros em nível mundial.

Ao estudarem a adoção obrigatória das IFRS na UE, Pope e Mcleay (2011) obtiveram como resultado que os efeitos não são uniformes e motivados pela diferença nos incentivos dos preparadores e nos mecanismos locais de *enforcement*. De forma complementar, Kaya e Pillhofer (2013) e Brown (2013) explicam que existe consenso que para os benefícios plenos e positivos da adoção das IFRS são necessários rigorosos mecanismos de *enforcement* e incentivos aos preparadores dos relatórios contábeis.

Porém, existem entendimentos de que a adoção com resultados positivos das IFRS nos países depende das características das empresas que lá atuam, além das instituições que exercem ações de *enforcement*, ou seja, mecanismos que garantam a aplicação apropriada de normas e princípios (LOURENÇO; CASTELO BRANCO, 2015). Nesse sentido, Alves e Antunes (2010) firmam entendimentos de que o desenvolvimento de um país depende de um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais e esses, por suas vezes, também influenciam as práticas contábeis existentes. Os autores antes citados finalizam o raciocínio afirmando que o processo de harmonização da contabilidade está longe de ser consensual.

No cenário empresarial brasileiro, a estrutura empresarial que prevalece é a da pequena e média empresa. Portanto, as empresas que buscam recursos financeiros por meio da bolsa de valores e, por conseguinte, negociam suas ações não passam de 5% do universo das empresas, diante desta realidade, Colato e Consoni (2016) entendem

que o Brasil possui especificidades que o distingue de outros países mais desenvolvidos e citam como exemplo o fraco *enforcement*.

2.2 Implantação das Normas Internacionais no Brasil

No Brasil, o processo de implantação das normas internacionais de Contabilidade sofre forte influência do Direito Romano ou *Code Law* e, dessa maneira, no entendimento de Martins et al. (2007), tem como origem a lei, portanto, firmado de “cima para baixo” e a participação do profissional da contabilidade é pouca e, menos ainda, do usuário da informação contábil, assim o desafio da implantação perpassa pela quebra de paradigma e pelo fato de que o país sempre privilegiou o credor, o conservadorismo, a forma e as regras.

A característica normativa brasileira, alicerçada na influência *code law*, nos entendimentos de Souza (2017), foi responsável pela convergência no Brasil de não ter ocorrido de forma tão harmônica como ocorreu nos países europeus. Nesse sentido, a influência *code law* tornou o processo de convergência longo e burocrático.

No panorama de forte regulação da Contabilidade, o processo de implantação começou por meio do Projeto de Lei n.º 3.741/2000, que, somente no ano de 2007, portanto sete anos após, transformou-se na Lei n.º 11.638, de 27 de dezembro de 2007, cujo objetivo fora adequar o Brasil às orientações mundiais no sentido de que os demonstrativos contábeis estivessem em sintonia com os padrões contábeis internacionais adotados nos principais mercados do mundo.

Para que esse fato ocorresse era fundamental que a Lei n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) fosse adaptada a esse novo cenário, pois a Contabilidade no Brasil tem como norte o que

preceitua a Lei das Sociedades por Ações. Lima (2010) ratifica esse entendimento quando diz que existe consenso no Brasil de que as demonstrações contábeis são estabelecidas e elaboradas pelos preceitos da Lei das Sociedades Anônimas.

Em sequência, Cosenza e Laurecel (2011) explicam que o Brasil aderiu a esse direcionamento, comprometendo-se formalmente mediante a assinatura de um “memorando de entendimentos” entre suas principais entidades responsáveis pela edição de normas contábeis e o IASB. Como resultado desse acordo, as regulamentações contábeis estabelecidas a partir da promulgação da Lei n.º 11.638/2007 alinharam-se aos padrões contábeis internacionais adotados nos principais mercados de valores mobiliários do Mundo.

Antecedendo a Lei n.º 11.638/2007 e preparando-se para o cenário contábil, econômico, jurídico e financeiro que iria surgir, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é uma autarquia especial corporativa cuja função, entre outras, é de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil no Brasil. Assim, esse, por meio da Resolução CFC n.º 1.055/2005, constituiu o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nesse sentido Nascimento et al. (2014), entendem que, no intuito de seguir o padrão internacional, o Conselho Federal de Contabilidade criou o CPC com a finalidade de conciliar os principais órgãos emissores de normas contábeis no Brasil. Além desse entendimento, o CPC estuda, prepara e emite pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade, o que possibilita a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade brasileira aos padrões internacionais (CPC, 2017).

“Diante de mercados globalizados, adicionados à diversidade de sistemas de Contabilidade, sentiu-se necessidade de informações contábeis-financeiras lógicas que possibilitassem entendimentos e acesso aos mercados de capitais internacionais.”

O CPC é uma entidade autônoma e as deliberações ocorrem por voto de 2/3 de seus membros. O CFC fornece a estrutura necessária para o funcionamento do CPC. Além do CFC, é possível destacar entre seus membros o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Secretaria da Receita Federal e a Superintendência de Seguros Privados.

No Brasil, diferente de outros países, é possível dividir o processo em três fases: a primeira após a criação do CPC em 2005; a segunda com a edição da Lei n.º 11.638/2007 com vigência a partir de 2008 e caracterizada por “fase de transição” e necessidade de entendimento das autoridades reguladoras quanto aos impactos tributários – desse modo foi criado nessa fase pela Lei n.º 11.941/2009 o Regime Tributário de Transição (RTT); e a terceira a partir de 2010 com a obrigatoriedade de adoção plena pelas empresas (CONSONI; COLAUTO, 2016).

Porém, com a promulgação da Lei n.º 11.638/2007, percebeu-se um clima de instabilidade jurídica no Brasil e isso se deveu ao fato da ausência de conhecimento dos agentes econômicos sobre os impactos tributários originados pela referida lei. Diante dessa realidade e, em virtude de que os agentes tributantes, à época, não tinham a plenitude de entendimentos sobre os reflexos tributários decorrentes da convergência, o Governo da União criou por meio da Lei n.º 11.941/2009 um regime que denominou de Regime Tributário de Transição (RTT).

O RTT, quando alvo de opções pelas empresas, e isso ocorria com a transmissão da Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, o Fisco considerava como se os fatos geradores tivessem acontecidos antes da convergência, ou seja, retroagia a legislação vigente anterior a 2007. Essa ação se fazia necessária até que o Fisco mensurasse o impacto da convergência da Contabilidade brasileira no arcabouço fiscal brasileiro.

Nos entendimentos de Freire et al., (2012), o avanço da nova legislação foi salutar, pois permitiu que as empresas passassem a adotar critérios estritamente contábeis em suas avaliações e possibilitou que os ajustes necessários ao processo de convergência não tivessem efeitos tributários, portanto, liberando as amarras à qual a Contabilidade brasileira estava sujeita.

Para melhor entendimento dos impactos da convergência da Contabilidade brasileira às normas emitidas pelo IASB, a Receita Federal do Brasil (RFB) constituiu Grupo de Trabalho (GT) por meio da Portaria n.º 2.345/2011, e composto por auditores fiscais sob liderança do representante da Coordenação-Geral de Tributação e da Coordenação-Geral de Fiscalização, cujo objetivo fora propor instrumento jurídico que revogasse o RTT e definisse tratamento tributário a ser aplicado aos critérios contábeis emanados do novo ordenamento contábil, econômico e jurídico brasileiro. Após os objetivos alcançados pelo GT, foi promulgada a Lei n.º 12.973/2014, a qual extinguiu

o RTT e adaptou a legislação tributária referente aos impostos federais às normas internacionais de contabilidade.

Em março de 2017, ocorreu a publicação da Instrução Normativa n.º 1.700 de origem da RFB, a qual teve como objetivo consolidar em único instrumento jurídico as interpretações fiscais do impacto dos atos econômicos advindos da convergência da contabilidade brasileira no arcabouço jurídico-fiscal brasileiro.

Por fim, entende-se que o processo de convergência no Brasil não está pronto nem acabado, e o CPC tem bem executado seus objetivos na liderança desse processo. Ademais, os agentes fiscais, dentro de seus limites e competências, têm feito suas partes, mas concorda-se com Cosenza e Laurecel (2011), quando entendem que as ações brasileiras foram conduzidas de forma impositiva e acelerada pelas instâncias responsáveis.

Diante disso, pode não ter havido a devida adaptação e preparação da classe contábil para esse novo contexto, o que talvez possa prejudicar a criação de um senso de identidade e compreensão contextual para mudança de cultura e clima social. Sob esse cenário, entende-se que o atual processo de adequação brasileira às normas contábeis internacionais foi conduzido de forma imprópria e inoportuna, já que o planejamento das mudanças não contemplou previamente uma política educacional consolidada e harmonizada em nível nacional.

2.3 Implantação das Normas Internacionais em Portugal

As diversas práticas contábeis existentes nos diversos países da UE no entendimento de Fritz e Lämmle (2003) situam-se em diversos níveis como: legal, financeiro-empresarial, fiscal, desenvolvimento local, fatores culturais, entre outros. Assim, despertaram também a necessidade de harmonizar os processos contábeis.

A quebra de barreiras alfandegárias e o conseqüente grande mercado mundial, aliados à abertura das fronteiras ocorridas dentro da UE e aos diversos sistemas de contabilidade existentes, levou Portugal a ser convencido de criar um único sistema de Contabilidade que fosse de aceitação internacional e facilitasse acesso aos mercados de capitais internacionais (ALVES; ANTUNES, 2010).

É possível classificar em dois tipos os sistemas contábeis: (i) os que têm forte dependência das leis (*code law*), nesse caso, as normas contábeis são definidas pelo sistema legal do país, (ii) e os que a contabilidade é regulada pelo setor privado (*common Law*). Nobes et al. (1997) entendem que Portugal e Espanha se inserem na primeira classificação, e Estados Unidos e Grã-Bretanha na segunda.

Martins et al. (2007) explicam que nos países em que prevalece o Direito Romano (*Code Law*), como Portugal e Espanha, o processo de normatização origina-se a partir da lei, com pouca participação do profissional da contabilidade, com forte influência do Fisco, prevalecendo à

forma ao invés da essência econômica e orientação por meio de regras.

Por outro lado, nos países influenciados pelo Direito Consuetudinário (*Common Law*), como Estados Unidos e Grã-Bretanha, o processo de normatização origina-se a partir dos profissionais de contabilidade e com forte participação dos usuários, em especial os analistas, da academia, das empresas, prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica e orientações com base em princípios e, não, em regras.

Por outro lado, em Portugal as Normas Internacionais de Contabilidade são conhecidas pelo acrônimo NIC. Alves e Antunes (2010) relatam que os objetivos das NICs visam:

1. desenvolver um sistema de normas contábeis que seja possível compreendê-las, compará-las e aplicá-las em nível global, além de serem de alta qualidade;
2. promover o uso e a rigorosa aplicação das normas contábeis em nível global;
3. atingir a convergência entre todas as normas contábeis quer em nível nacional quanto internacional.

O sistema de contabilidade de Portugal possui características em que é possível perceber a forte influência da legislação fiscal, limitada influência dos profissionais da contabilidade no processo normativo. Nobes (1981) justifica essas características quando explica que as instituições bancárias possuem significativo capital financeiro, além

disso, o Estado é privilegiado usuário dos demonstrativos contábeis.

Registra-se a Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (CROC), que surgiu em 1974, originada pela Ordem-Ministerial n.º 83/1974 com o objetivo de aprovar normas técnicas de auditoria e publicar boletins periódicos dirigidos aos seus membros. Essas normas, que são atualizadas periodicamente, fazem parte do Manual dos Revisores Oficiais de Contas.

Em 1977, com a criação da Comissão de Normatização de Contabilidade (CNC), aconteceu o primeiro passo para a harmonização da Contabilidade em Portugal. A CNC é uma entidade oficial que normatiza e harmoniza a Contabilidade em Portugal e tem dependência administrativa e financeira do Ministério das Finanças. Paralelo a tal fato, ocorreu à publicação do primeiro Plano Oficial de Contas (POC), o qual sofreu forte influência do plano de contas francês. Em 1986, Portugal aderiu a União Europeia e, dessa maneira, o POC precisou ser adaptado ao novo panorama econômico e contábil. Assim, em 1989, incorporou princípios contábeis e procedimentos de mensuração dos países integrantes da UE.

No panorama antes descrito Silva, Rodrigues e Ferreira (2003) explicam que em Portugal até o ano de 1991 não existia regulamentação sobre informação consolidada, quando foi publicado o Decreto-Lei n.º 238/1991, de 2 de julho, que transpôs para o ordenamento jurídico-contábil português as normas

“A característica normativa brasileira, alicerçada na influência *code law*, nos entendimentos de Souza (2017), foi responsável pela convergência no Brasil de não ter ocorrido de forma tão harmônica como ocorreu nos países europeus. Nesse sentido, a influência *code law* tornou o processo de convergência longo e burocrático.”

de consolidação de contas estabelecidas na Sétima Diretiva Comunitária (83/349/CEE). Surgiu assim a obrigação geral de as empresas portuguesas sujeitas ao Plano Oficial de Contas (POC) elaborarem, divulgarem e publicarem contas consolidadas.

Nesse sentido, as entidades com funções de regulamentação na área contábil têm sido responsáveis pelo processo de elaboração das normas, enquanto os membros dos órgãos de direção e gestão das empresas são responsáveis pela informação contábil consolidada dos grupos. Desse modo, os Revisores Oficiais de Contas (ROCs) podem desempenhar um papel importante, assegurando a correta aplicação das normas contábeis e contribuindo assim para a melhoria da qualidade da informação publicada (SILVA; RODRIGUES; FERREIRA, 2003).

A partir do ano de 1991, a CNC passou a emitir as Diretrizes Contábeis (DC) com o objetivo de atualizar o POC, deste modo, o POC deixou de ser reformulado e as DC possibilitaram melhor informação contábil-financeira, o que também possibilitou melhor comparabilidade. Nesse sentido, Alves e Antunes (2010) entendem que as DCs se aproximaram das normas emanadas pelo IASB e, com isso, o desenvolvimento da Contabilidade em Portugal passou a estar enquadrado na estratégia de harmonização da Contabilidade da UE.

Em 2003 a CNC elaborou o que denominou de "Projeto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contábil Nacional" (CNC, 2003), o qual propôs a aplicação das normas do IASB. Essa aplicação ocorreu com as devidas adaptações às peculiaridades portuguesas.

Em 2007 a CNC aprovou o que denominou Sistema de Normalização da Contabilidade, aplicável às empresas não financeiras e consolidou toda a legislação antes existente, além de incorporar de forma plena o modelo de Contabilidade sugerido pelo IASB e adotado na UE.

É possível fixar em quatro fases o processo de normatização da Contabilidade em Portugal, interpretando as diretrizes emanadas pelo IASB e operacionalizadas por meio das IFRS (ALVES; ANTUNES, 2010):

1ª Fase: entre 1976 e 1988 criação da CNC e do primeiro POC;
2ª Fase: entre 1989 e 1991 com a adesão à UE e os consequentes ajustes ao novo panorama econômico;

3ª Fase: entre 1992 e 2005 com a emissão das DC e Interpretações Técnicas (IT) originadas da CNC e a consequente aproximação dos princípios e práticas contábeis das normas do IASB;

4ª Fase: iniciou em 2003 com o "Projeto de Linhas de Orientação de um Novo Modelo de Normalização da Contabilidade Nacional" (CNC, 2003).

Por oportuno, enfatiza-se que em 2009 foi publicado o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o qual também sofreu alterações e, hoje está em vigor o Decreto-Lei nº 98 publicado em 2 de junho de 2015 o qual atualizou a Diretiva n.º 2013/34/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, o qual versa sobre as demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

A CNC 2003 enfatiza que para a correta utilização das normas, se faz necessário adequados mecanismos de *enforcement*. FEE (2002) explica que o "*enforcement*" pode ser visto como um sistema de controle e traduz-se na implementação de mecanismos para uma correta implementação das NICs. Em Portugal, de forma paralela ao mecanismo de *enforcement* existe a figura denominada de Revisores Oficiais de Contas (ROC).

Destaca-se, portanto, o importante papel que os ROCs podem desempenhar ao assegurar a correta aplicação das normas contábeis e

a consequente melhora das informações publicadas, além de contribuir, substancialmente, com os mecanismos de *enforcement* das empresas que postam seus relatórios na Bolsa de Valores (SILVA; RODRIGUES; FERREIRA, 2003).

Nesse sentido, a intervenção do ROC para efeitos de controle da informação contábil-financeira retratada nas demonstrações contábeis das empresas está prevista no Código das Sociedades Comerciais (CSC) (ALVES; ANTUNES, 2010).

Nesse panorama surgiu a entidade oficial, sob denominação de Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (CROC), com o objetivo de analisar normas de auditoria; publicar orientações aos seus membros, as quais integram o Manual dos Revisores Oficiais de Contas; propor à CNC atualizações nas normas contábeis; e organizar a cada três anos evento na área. Desse modo reconhece-se que esses fatos têm contribuído nas terras lusitanas ao processo de *enforcement*.

O ROC emite parecer sobre os demonstrativos contábeis, e se esses estão em acordo com os instrumentos legais pertinentes. Esse parecer pode ser emitido com ou sem ressalvas, com opinião adversa ou até com recusa de opinião. Nesse panorama, Freire (2003) explica que o objetivo do "*enforcement*" é contribuir para a transparência da informação financeira e a aplicação consistente das NICs, tendo por base a proteção dos investidores e a promoção da confiança nos mercados. Nesse processo, o ROC, pela sua postura profissional de independência e objetividade, é quem garante a conformidade das contas com os requisitos normativos.



Em Portugal os mecanismos de controle ou *enforcement* possuem fases operacionais: (i) inicialmente o controle está relacionado à gestão e à governança corporativa cujas ações resultam e refletem nos demonstrativos contábeis elaborados segundo as NICs; (ii) é caracterizada pela ação do ROC, que, como elemento independente, emite parecer sobre a credibilidade das demonstrações contábeis; (iii) nesta fase, a assembleia geral da empresa avalia e aprova, ou não, as demonstrações financeiras; (iv) entidades supervisoras analisam a correta implementação das NICs pelas empresas.

Em Portugal, as entidades supervisoras expressas no item (iv) são: Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM); o Banco de Portugal (BP); o Instituto de Seguros de Portugal (ISP); Comissão de Normatização Contábil (CNC); e Comissão de Normatização Contábil de Administração Pública (CNAP).

Caso as instituições anteriores se mostrarem ineficazes, existem ainda os tribunais os quais poderão também ser caracterizados como a quinta (v) fase. Por fim, a sexta fase (vi) o mercado caracterizado pela opinião pública e a imprensa, cuja pressão contribui com o cumprimento da lei. Diante do aparato de instituições, é possível deduzir que em Portugal existem inúmeros atores oficiais que exercem os mecanismos de *enforcement*.

Entende-se, portanto, que cada ator tem sua parcela de importância no processo de *enforcement*. Nesse sentido Haller e Keppler (2002)

também imputam responsabilidades aos profissionais da contabilidade e empresários locais quando se referem que as NIC só poderão cumprir o seu objetivo de garantir a confiabilidade e a comparabilidade da informação contábil, se forem corretamente aplicadas e interpretadas por quem elabora e prepara as demonstrações financeiras.

3. Metodologia

Para atingir o objetivo proposto, buscou-se, por meio de pesquisa descritiva e usando dados secundários, analisar os diversos entendimentos de autores nacionais e internacionais que permeiam o tema central, qual seja a implantação das normas internacionais de contabilidade no Brasil e em Portugal.

A análise comparativa tem sido usada como instrumento metodológico relativamente frequente em pesquisas científicas (RAVENTÓS, 1983). Além disso, os trabalhos dessa natureza têm sido de caráter descritivo (BAKER; BARBU, 2007).

A investigação tem abordagem qualitativa ao utilizar amostragem intencional, coletar dados abertos, analisar e interpretar texto e redacionar relatório (CRESWELL, 2010). Utilizou-se também o método bibliográfico ao considerar-se que a pesquisa bibliográfica, no entendimento de Severino (2011), está alicerçada em documentos, como textos, livros, artigos entre outros. Gil (2010) entende que, em algumas áreas do conhecimento, a maioria das pesquisas é realizada

com base principalmente em material obtido em fontes bibliográficas.

Como consequência do que antes foi exposto, explica-se porque se empregou o método bibliográfico. Desse modo, estudos de pesquisadores brasileiros, portugueses, norte-americanos, entre outros, como artigos, dissertações e teses, foram pesquisados e, assim, buscou-se entender e interpretar os diversos posicionamentos desses autores, no sentido de identificar as principais ações convergentes e divergentes na implantação das normas internacionais de contabilidade no Brasil e em Portugal.

4. Análise dos Resultados

Com base no referencial teórico subjacente à presente pesquisa, inicialmente são identificadas as principais ações convergentes na implantação das normas internacionais de contabilidade no Brasil e em Portugal:

- d) ambos os países sofrem forte influência do Direito Romano ou *Code Law* (MARTINS et al. 2007; NOBES, 1997). Desse modo o processo de implantação das normas internacionais é influenciado por leis com pouca participação do profissional da contabilidade;
- e) ambos os países foram motivados em incursionar no processo de implantação das normas internacionais de contabilidade induzidos pela possibilidade de acesso a recursos no mercado de capitais internacionais (COSENZA; LAURECEL, 2011 e ALVES; ANTUNES, 2010);

“O sistema de contabilidade de Portugal possui características em que é possível perceber a forte influência da legislação fiscal, limitada influência dos profissionais da contabilidade no processo normativo.”

f) o processo de implantação das normas internacionais em ambos os países ocorreu em fases e ainda está em fase de ajustes e avanços (CONSONI; COLAUTO, 2016; ALVES; ANTUNES, 2010);

g) o processo de implantação das normas internacionais em ambos os países teve como diretriz as normas originadas do lasb em detrimento das normas US GAAP (COSENZA; LAURECEL, 2011; ALVES; ANTUNES, 2010);

h) o processo em ambos os países foi e ainda está sendo liderado por órgãos ou entidades oficiais. No Brasil, quem lidera é o CFC (Nascimento et al., 2014) e, em Portugal, a liderança ocorre por meio da CNC (NOBES, 1981);

i) ambos os países entendem como positivo o processo e o consideram em fase de construção e ajustes (COSENZA; LAURECEL, 2011; HALLER; KEPLER, 2002).

Na sequência da pesquisa são expressas as ações divergentes identificadas:

j) no Brasil, o processo iniciou oficialmente no ano de 2000, por meio do Projeto de Lei n.º 3.741/2000 que originou a Lei

n.º 11.638/2007. Por outro lado, em Portugal o processo iniciou em 1977 com a criação da CNC (CONSONI; COLAUTO, 2016; ALVES; ANTUNES, 2010);

k) no Brasil, o processo foi motivado pela necessidade de adequar o país às orientações mundiais no sentido de que os demonstrativos contábeis estivessem em sintonia com os padrões contábeis internacionais adotados nos principais mercados do mundo. Já em Portugal, o processo ocorreu pela necessidade de adaptação ao panorama econômico presente na União Europeia;

l) no Brasil, ocorreu preocupação em conciliar os reflexos da convergência com os interesses fiscais. Isso ocorreu de forma gradativa e por meio de leis como a n.º 11.941/2009 e a 12.973/2014 (FREIRE et al., 2012). Em Portugal, a CNC lidera e liderou a harmonização por meio da publicação do Plano Nacional de Contabilidade e, não, necessariamente, de instrumentos jurídicos conciliatórios;

m) no Brasil, o mecanismo de *enforcement* está delimitado na

análise dos relatórios contábeis das empresas constituídas juridicamente sob forma de sociedades anônimas de capital aberto e esse mecanismo é liderado pela Comissão de Valores Mobiliários (CONSONI; COLAUTO, 2016). Em Portugal, observa-se participação de inúmeros atores no processo de *enforcement* em que é possível destacar: Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM); o Banco de Portugal (BP); o Instituto de Seguros de Portugal (ISP); Comissão de Normatização Contábil (CNC) e Comissão de Normatização Contábil de Administração Pública (CNAP), e ainda a participação dos Revisores Oficiais de Contas.

Diante do que antes foi exposto, é possível sintetizar no Quadro 1 as principais ações convergentes e divergentes na implantação das normas internacionais de contabilidade no Brasil e em Portugal.

O Quadro 1 possibilita perceber, ao comparar o processo de implantação das normas emanadas pelo lasb entre o Brasil e Portugal, a existência de mais ações convergentes do que divergentes.

Quadro 1 - Síntese das Convergências e Divergências

Convergências	Autores	Divergências	Autores
1. influência do Direito Romano ou Code Law.	Martins et al., 2007 ; Nobes, 1997	1. Início do processo: Brasil em 2000 e Portugal em 1977.	Consoni e Colauto, 2016; Alves e Antunes, 2010.
2. Motivados pela possibilidade de acesso de recursos no mercado de capitais internacionais.	Cosenza e Laurecel, 2011; Alves e Antunes, 2010.	2. No Brasil o processo ocorre no sentido de que os demonstrativos contábeis estejam em sintonia com os padrões contábeis internacionais adotados nos principais mercados do mundo. Em Portugal, o processo ocorre pela necessidade de adaptação ao novo panorama econômico presente na União Europeia.	Consoni e Colauto, 2016; Alves e Antunes, 2010.
3. Processo ainda em desenvolvimento.	Cosenza e Laurecel, 2011; Alves e Antunes, 2010.	3. No Brasil ocorreu há necessidade de conciliar aos interesse fiscais. Em Portugal com a necessidade de harmonizar com as normas e padrões da UE.	Consoni e Colauto, 2016; Freire et al., 2012.
4. Em ambos os países prevaleceu às normas lasb em detrimento US GAAP	Cosenza e Laurecel, 2011; Alves e Antunes, 2010	4. No Brasil somente a CVM exerce mecanismo de <i>enforcement</i> . Em Portugal inúmeras entidades envolvidas no <i>enforcement</i> (CMVM, BP, ISP, CNC, CNAP, ROC).	Consoni e Colauto, 2016; Freire et al., 2012.
5. A liderança no processo é por entidades oficiais, no Brasil CFC e em Portugal a CNC	Consoni e Colauto, 2016; Nobes, 1981		
6. Ambos consideram positivo o processo.	Cosenza e Laurecel, 2011; Haller e Keppler, 2002.		

Fonte: dados da Pesquisa, 2017.

5. Conclusão

A conclusão da pesquisa bibliográfica realizada possibilita responder quais as principais ações convergentes e divergentes na implantação das normas internacionais de contabilidade lideradas pelo IASB quando comparadas às ações do Brasil e de Portugal.

Como ações convergentes, destacam-se inicialmente a influência do Direito Romano ou *Code Law* e a implantação “de cima para baixo” com pouca participação do profissional da contabilidade o que tem tornado o processo longo e burocrático. Destaca-se também que ambos os países entendem que a convergência as normas originadas do IASB possibilita acesso de recursos oriundos do mercado de capitais internacionais.

Como ações concordantes, ainda é possível destacar que ambos os países aceitaram as normas originadas do IASB e entendem que essas são positivas, tanto pela qualidade da informação quanto pelo efeito que

causa no panorama econômico, embora entendam que o processo ainda está em construção e que entidades como o Conselho Federal de Contabilidade no Brasil (CFC) e a Comissão de Normatização Contábil (CNC) lideram de forma eficiente o processo.

Por outro lado, é possível depreender que cronologicamente Portugal participa do processo há mais tempo, ou seja, desde 1977, e o Brasil, a partir do ano de 2000, realidade que imputa a Portugal possivelmente maior conhecimento e experiência, embora isso seja possível entender, pois Portugal necessitava adaptar-se ao panorama econômico originado da adesão ao bloco econômico-financeiro denominado de União Europeia e o Brasil tinha embrionariamente a intenção de adaptar seus relatórios contábeis aos padrões mundiais, assim, portanto, necessidades temporais diferentes.

Depreende-se, ainda, que o Brasil teve extrema preocupação em atender aos anseios fiscais oriundos dos

fatos econômicos impactados pela convergência, face à incerteza contábil, fiscal e jurídica que o novo panorama apresentou. Portugal preocupou-se com a necessidade de harmonizar as normas contábeis com os padrões praticados e aceitos pela UE.

Por fim, esta pesquisa deixou evidente que o Brasil possui poucos mecanismos de *enforcement* em que se destaca a CVM em relação à auditoria dos relatórios contábeis produzidos pelas sociedades anônimas de capital aberto. Por outro lado, Portugal possui inúmeras instituições oficiais comprometidas com os mecanismos de *enforcement* como a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a Comissão de Normatização Contábil, a Comissão de Normatização Contábil de Administração Pública e também os Revisores Oficiais de Contas, realidade essa que possibilita melhores resultados imputados a Portugal quanto à implantação das normas internacionais de contabilidade.

6. Referências

ALVES, M. DO. C.; ANTUNES, E.C. *A implantação das normas internacionais de contabilidade na europa: um estudo comparativos*. Universidade da Beira Interior, Departamento de Gestão e Economia. Portugal, Covilhã, 2010.

BAKER, C. R.; BARBU, E. M. Trends in research on international accounting harmonization. *The International Journal of Accounting*. nº 42, pp.272-304, 2007.

BALL, R. International financial reporting standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and Business Research*, 36 (suplemento 1), 5-27. 2006.

BRASIL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/>. Acesso em 13 de abr. 2017.

BROWN, P. Some observations on research on the benefits to nations of adopting IFRS. *The Japanese Accounting Review*. doi:10.11640/tjar.3.2013.01, 2013.

CALIXTO, L. Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS em países europeus. *Contabilidade Vista e Revista*, v.21, p.157-187, 2010.

CONSENZA, J.P.; LAURENCEL, L. da C. Um olhar sobre a harmonização contábil no Brasil à luz da teoria Habermasiana. *Revista de Informação Contábil* - v. 5, n. 4, p. 79-103, Out- Dez, 2011.

CONSONI, S.; COLAUTO, R.D. A divulgação voluntária no contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. São Paulo, v.18, n.62, p.658-677 out./dez.2016.

CRESWELL, J.W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010, 296 p.

FEE – Fédération des Experts Comptables Européens, *Discussion paper on Enforcement of IFRS within Europe*, 2002. Disponível em <http://www.iasplus.com/restruct/euro2002.htm>. Acesso em 31 jan, 2017.

FREIRE, M.D. de M.; MACHADO, M.R.R.; MACHADO, L.S.; SOUZA, E.S.; OLIVEIRA, J.J. de. Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6 n. 15. p. 3-22, 2012.

FRITZ, S.; LAMMLE, C., *The International process of Accounting Standards*. International Master Program and Culture, 2003.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5ª edição. São Paulo. Ed, Atlas S/A. 2010.

GIROTTI, M. Pesquisas apontam os resultados da adoção das normas IFRS no Brasil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, n. 222 – Brasília – DF, p.7-15, nov./dez. 2016.

HALLER, A.; KEPPLER, J. *Financial accounting developments in the European Union: past events and future prospects*. The European Accounting Review, n° 11:1, pp.153-190, 2002.

KAYA, D.; PILLHOFER, J. A. Potential adoption of IFRS by the United States: a critical view. *Accounting Horizons*, v.27 (2), p. 271-299. 2013.

LIMA, J.B.N. de. *A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil*. Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2010.

LOURENÇO, I.M.E.C. CASTELO BRANCO, M.E.M. de A.D. Universidade do Porto. Faculdade de Economia, Contabilidade e Controle de Gestão, Lisboa, Portugal, 2015.

MARTINS, E.; MARTINS, V.A.; MARTINS, E.A. Normatização contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. RIC/UFPE - *Revista de Informação Contábil*. v 1, no 1, p. 7-30, set/2007.

NOBES, C.W. An empirical investigation of international accounting principles: A comment. *Journal of Accounting Research*, Spring, p.268–80, 1981.

PALEA, V. IAS/IFRS and financial reporting quality: lessons from the European experience. *China Journal of Accounting Research*, 6(4), p.247-263, 2013.

POPE, P. F.; MCLEAY, S. J. The European IFRS experiment: objectives, research challenges and some early evidence. *Accounting and Business Research*, v.41(3), p. 233-266, 2011.

RAVENTÓS, S. F. El fundamento de la metodología comparativa em Educación. *Educa*. n 3, pp. 61-75. 1983.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2011.

SILVA, A.F.; RODRIGUES, A.M.; FERREIRA, L.F. Accounting regulation and enforcement mechanisms: the auditor's role in the portuguese listed groups. *Revista Contabilidade & Finanças*, v.14, p.88-105, 2003.

SOUZA, N.A. de. *Análise da relevância do valor justo dos derivativos nas instituições financeiras após a adoção do IFRS*. Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2017.

VAN TENDELOO, B.; VANSTRAELEN, A. Earnings management under German GAAP versus IFRS. *The European Accounting Review*, v.14 (1), p.155-180, 2005.

ZEFF, S. A.; NOBES, C. W. Commentary: has Australia (or any other jurisdiction) 'adopted' IFRS? *Australian Accounting Review*, v 53(20), p.178-184. 2010.



Utilização do Sistema de Informação Gerencial pelos gestores de uma empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação

O presente estudo tem por objetivo compreender como gestores utilizam-se do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), além de identificar qual é o sistema utilizado por cada gestor, verificar a eficácia da tomada de decisões e, por fim, avaliar como os gestores se utilizam das informações para a tomada de decisões. A pesquisa no que tange aos objetivos se classifica como descritiva, com abordagem qualitativa; o estudo de caso foi o procedimento utilizado por meio da aplicação de entrevista semiestruturada aos gestores de uma empresa prestadora de serviços na área de limpeza e conservação. O estudo possibilitou a compreensão de como os gestores entendem e utilizam o SIG de diversos departamentos da empresa pesquisada. Logo, compreende-se como a empresa pode melhorar cada vez mais seu modelo de gestão para que garanta estabilidade organizacional, proporcionando crescimento constante.

Grayce Fontão

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) (2018). Atualmente é coordenadora comercial na empresa Liderança Serviços, que atua na prestação de serviços combinados de apoio administrativo, operacional e de vigilância patrimonial.

E-mail: graycefontao@hotmail.com

Adriano Dinomar Barp

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) (2009); pós-graduação em gestão do Terceiro Setor, pela Faculdade Anita Garibaldi (2010); e mestrado em Ciências Contábeis na Universidade Regional de Blumenau (Furb) (2012). Atualmente é coordenador dos cursos de MBA em Contabilidade Financeira e Gerencial; Gestão Tributária e Perícia Contábil e Trabalhista na Universidade do Vale do Itajaí Campus KobraSol; coordenador do curso MBA em Administração Financeira e Controladoria na Universidade do Vale do Itajaí - Campus Tijucas; professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) - Campus Biguaçu, ministrando as disciplinas Laboratório Contábil para o 7º e 8º períodos (TCC) e Sistemas de Informações Gerenciais no curso de Ciências Contábeis; professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) campus KobraSol, no curso de pós-graduação em Gestão e Planejamento Tributário, ministrando a disciplina Contabilidade Societária; professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) - campus Tijucas no curso de MBA em Administração Financeira e Controladoria, ministrando a disciplina Análise das Demonstrações Financeiras. É diretor de Novos Negócios da BS10 Assessoria Contábil Administrativa, empresa que atua na prestação de serviços combinados de apoio administrativo, financeiro e contábil.

E-mail: adrianobarb@univali.br

2122 - Recebido em 5/10/2018. Distribuído em 08/10/2018. Pedido de revisão em 15/10/2018. Resubmetido pelo autor em 16/11/2018. Aprovado em 21/11/2018, na segunda rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição janeiro-fevereiro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal.

1. Introdução

O ambiente organizacional está cada vez mais segmentado, em que cada um deles é responsável pela geração de informações, tanto para a contabilidade como para os gestores.

Visando atingir tal objetivo, faz-se necessária a utilização de Tecnologia da Informação (TI) para o levantamento e o tratamento dos dados, transformando-se em informações que auxiliam os gestores e demais usuários nas tomadas de decisões.

As empresas precisam, portanto, de uma estrutura de apoio que apresente relatórios gerados a partir da realização de uma contabilidade gerencial, por meio de gestores e de sua equipe, para assim obter vantagem competitiva, diante de um mercado cada vez mais exigente.

Outro fator importante para a maioria das organizações é a utilização sistemas de informação para automatizar seus processos de trabalho, para armazenar e recuperar dados e para compartilhar informações (MORRESI; RAMOS; PRADO, 2010).

De acordo com Oliveira e Perez Júnior (2012, p. 113), "os administradores necessitam de informações confiáveis e rápidas, que possibilitem ter tomadas de decisão corretas, no intuito de alcançar as metas traçadas e superar a expectativa dos resultados delimitados de um negócio".

É necessário, portanto, que a organização possua um *software* contábil bem estruturado e admi-

nistrado, entendido como fundamental no controle e no processo decisório, pois ele possibilita a emissão de relatórios em tempo oportuno e com maior segurança nas informações geradas (BAIRRO, 2008).

A empresa Liderança Serviços, objeto da presente pesquisa, com sua matriz localizada em São José (SC), possui mais de 20 mil funcionários a nível Brasil e utiliza a Tecnologia da Informação em vários departamentos, como, por exemplo: Diretoria, Assessoria Jurídica, Departamento Pessoal, TI&I, Controladoria, Contingenciamento, Faturamento, entre outros.

Neste contexto, tem-se a seguinte questão problema: **Como os gestores utilizam-se do sistema de informações gerenciais na organização?**

O objetivo deste trabalho é compreender como gestores utilizam-se do sistema de informações gerenciais na organização, assim como: identificar qual sistema utilizado por cada gestor, avaliar como os gestores se utilizam das informações para tomada de decisões e verificar a eficácia da tomada de decisões.

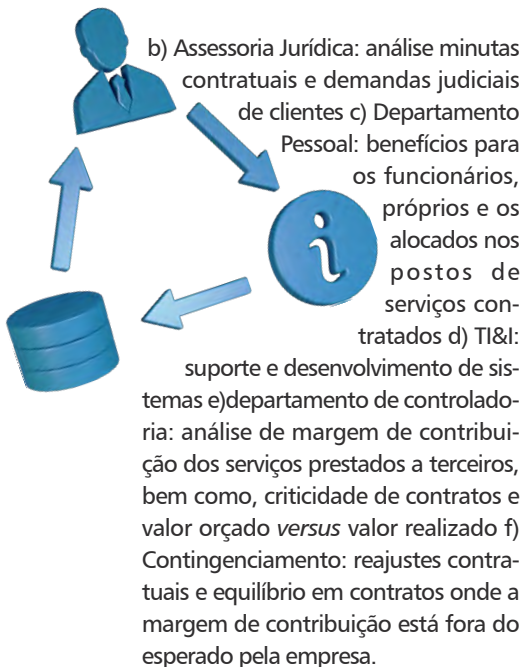
Teoricamente o presente estudo é justificado pelas pesquisas correlatas ao tema, que foram realizadas por Löbler et al. (2015), que investigaram como os gestores das organizações gaúchas percebem o impacto da Tecnologia de Informação (TI) no desempenho organizacional; Junqueira

et al. (2016) investigaram o efeito das escolhas estratégicas genéricas e dos Sistemas de Controle Gerencial (SCG) no desempenho organizacional de empresas de médio e grande porte localizadas no Espírito Santo. Silva et al. (2017) identificaram a influência do Sistema de Informação Contábil (SIC) como instrumento de apoio à geração de informações fidedignas pela Controladoria; e Eberle, Milan e Persch (2014) investigaram e compreenderam o método de gerenciamento das operações e processos, as ferramentas estratégicas utilizadas para controle deles, a influência das pessoas na execução, os métodos de gestão da produtividade e dos gargalos nos processos.

Justifica-se empiricamente a realização do presente estudo no sentido de se evitar que os gestores deixem de utilizar os sistemas como ferramenta de gestão, em função da evidência que muitos deles, em sua maioria de empresas de pequeno porte são os próprios empresários, os quais tem o entendimento técnico do serviço ou produto que comercializam, mas não possuem conhecimentos gerenciais, tomando decisões com base em seu *feeling* e *expertise*, o que acarreta na maioria das vezes em lentidão no desenvolvimento do seu departamento ou da empresa como um todo.

Os instrumentos gerenciais mais presentes na empresa objeto do estudo são: a) Diretoria: tomada de decisões com base em relatórios gerados;

“As empresas precisam, portanto, de uma estrutura de apoio que apresente relatórios gerados a partir da realização de uma contabilidade gerencial, por meio de gestores e de sua equipe, para assim obter vantagem competitiva, diante de um mercado cada vez mais exigente.”



Neste contexto a pesquisa pretende entender como cada um dos controles supracitados é entendido pelos gestores, além da sua percepção acerca da sua utilização e da importância no auxílio nas tomadas de decisões.

A pesquisa está estruturada: i) da presente introdução; ii) do referencial teórico que busca dar embasamento utilizando-se de outras pesquisas; iii) da metodologia, onde são apresentados os instrumentos utilizados para respostas tanto da questão problema quanto dos objetivos geral e específicos; iv) da análise das informações obtidas dos gestores que serão entrevistados e comporão portanto a amostra da pesquisa; e v) as considerações finais, onde são apresentados os principais achados, bem como as limitações e sugestões de futuras pesquisas.

2. Referencial Teórico

O referencial teórico tem por objetivo apresentar além do conhecimento que a pesquisadora tem do tema pesquisado, estudos e percepções de outros autores em torno do referido tema, norteados por ar-

tigos, teses, dissertações, monografias e livros.

2.1 Tecnologia da Informação – TI

Os estudos que avaliam o impacto da Tecnologia de Informação (TI) no desempenho das organizações têm recebido grande destaque por parte dos pesquisadores. Entretanto, quase que na sua totalidade eles têm observado apenas empresas de grande porte, que vai ao encontro do presente estudo. Entre os benefícios do uso da TI, têm-se: a confiabilidade e a segurança e eficiência nas informações por ele disponibilizadas.

Neste contexto, Pinto (2016, p. 14) apregoa que “com a concorrência, as organizações vêm sendo obrigadas a investir em TI, entretanto muitos executivos têm investido em tecnologias sem nenhum planejamento e sem mensurar o impacto organizacional, apenas reproduzindo a concorrência com medo de ficar para trás”. A melhoria dos controles organizacionais, a manutenção ou aumento de sua participação no mercado e a redução de custos são alguns dos fatores que podem motivar os executivos a investirem em diferentes tecnologias.

Segundo Pereira (2016, p. 1), “As organizações estão cada vez mais exigentes no que tange a qualidade de serviços a serem prestados. Com o avanço contínuo da TI, se faz necessário ter a mesma alinhada aos objetivos da atividade fim, sendo que a TI como atividade meio deve suportar o negócio, mas não de qualquer modo”.

Tem-se, portanto que o uso efetivo da TI pode proporcionar uma série de ganhos às empresas, como o aumento da produtividade, maiores vendas, redução dos custos operacionais, aumento da base de clientes, decisões com maior qualidade. É notório que muitos são os benefícios que as boas práticas proporcionam às organizações, dentre eles destacam-se: satisfação do

cliente; melhoria dos serviços prestados pela TI, etc., agregando com isso, ainda mais valor aos serviços prestados (PEREIRA, 2016).

A qualidade do serviço prestado pela área de TI, segundo Löbner et al. (2015, p. 483) é a variável que mais influência o desempenho das organizações na visão dos gestores, seguida pela qualidade da informação e da qualidade do sistema. Já Silva, Araújo e Primo (2015, p. 62) entendem que “o valor estratégico da TI está exigindo, por parte dos administradores, um maior conhecimento de suas peculiaridades e melhores práticas”.

Löbner et al. (2015, p. 493) corroboram a afirmação acima: “A TI está cada vez mais agregando valor aos serviços prestados (agilidade na execução de tarefas, diminuindo assim o tempo de espera do cliente) e na criação de novos produtos e serviços”. Em suma a TI possui uma importância crucial para a empresa. Na área de produção, por exemplo, a utilização das ferramentas de gestão de projetos, desenvolvimento e comunicação da equipe são fundamentais ao andamento dos trabalhos. Igualmente para a operação de todas as atividades terceirizadas pela empresa (SILVA, 2010).

Na maioria das empresas, a adoção da TI surge em função de uma necessidade derivada dos objetivos organizacionais preestabelecidos – seja para solucionar algum problema organizacional ou até mesmo manter a empresa operando bem, levando então a necessidade de operacionalização de um Sistema de Informação Gerencial (SIG). Isso acontece de maneira particular, quando o processo está voltado para a geração de informações que são necessárias e utilizadas nas tomadas de decisões da empresa.

2.2 Sistema de Informação Gerencial (SIG)

Na percepção de Borges e Fernandes (2016, p. 29), “A compe-

tição entre empresas faz com que haja uma melhoria de processos e produtos entre os competidores. Para que isto ocorra, muitos gestores trabalham objetivando a diferenciação e a inovação, visto que contribuem para o desempenho e até mesmo para a obtenção de vantagem competitiva, e isso tende a ocorrer de uma melhor forma se houver um SIG". Os SIG propiciam evidências técnicas que permitem ao gestor conhecer melhor uma realidade que lhe oportuniza a correção de fatos desagradáveis, tais como a proteção aos colaboradores (MONACO; REDMON, 2012).

De forma geral, o SIG pode ser visto como uma importante rotina no âmbito das organizações ou, ainda, pode ser enfocado como um conjunto estruturado de rotinas. Aprofundar o nível de entendimento sobre as causas do *gap* que existe entre a teoria e a prática da Informação Gerencial estabelece uma base estruturada fundamental para que os eventos econômicos sejam apresentados e representados para os membros da organização.

Segundo Guerreiro, Frezatti e Casado (2006, p. 71 e 72), SIG é como um conjunto de recursos e procedimentos interdependentes que interagem para produzir e comunicar informações para gestão.

Os SIGs suprem os gerentes com relatórios sobre o desempenho passado e presente da empresa. Na percepção de Junqueira et al. (2016, p. 334), "As escolhas estratégicas e o SIGs possuem impacto positivo no desempenho organizacional. Além disso, empresas que combinam estratégia de diferenciação com práticas gerenciais possuem desempenho superior às demais."

Esses sistemas atendem prioritariamente ao nível hierárquico intermediário de uma organização, entretanto são bastante úteis na gestão de informações para os níveis operacionais, bem como no fornecimento de

análises para o nível estratégico.

Segundo Ferreira et al. (2015, p. 45), "As organizações produzem informações que interferem nas decisões e nos resultados decorrentes. Consequentemente, há necessidade de compreender os recursos disponíveis e os principais atributos da informação para tomada de decisão, aperfeiçoando o SIG".

Além de prover os meios para representar o desempenho, as regras e os procedimentos da contabilidade, também, definem os direitos dos grupos de indivíduos (donos, financiadores, gestores, trabalhadores, etc.) e estabelecem as diretrizes para a implementação de ações (alocação de recursos, decisões operacionais, decisões de preços, etc.).

Na percepção de Guerreiro, Frezatti e Casado (2006, p.54),

Um SIG consiste em captar e identificar os eventos econômicos, interpretar, analisar, registrar e acumular os dados relativos aos eventos e processar os dados transformando-os em informações que possam ser, de fato, utilizadas nas decisões dos gestores, dando sustentação à administração, para que atinja seus objetivos e otimize os resultados esperados.

O processo de tomada de decisão é de grande importância nas ativida-

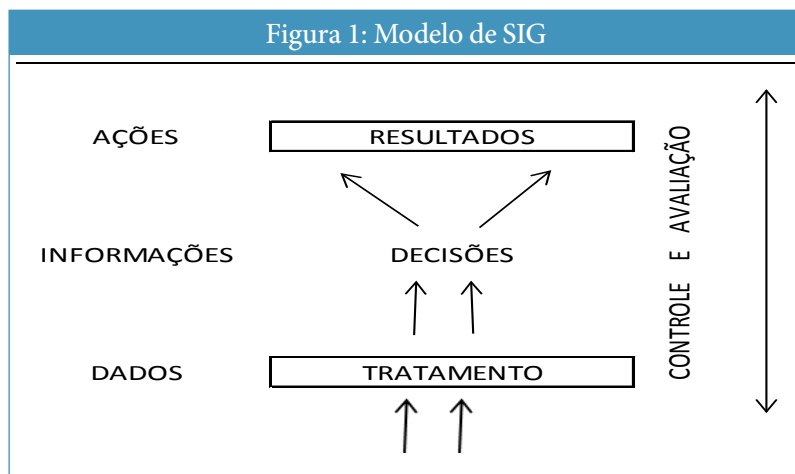
des a serem executadas pelas empresas e beneficia o seu sistema de operações com um melhor atendimento e desenvolvimento empresarial. É com isso que se pode ter uma maior facilidade, rapidez e cuidado durante cada processo de atividade a ser executada (MAEHLER et al., 2016). Em um ambiente onde se aplica um SIG, definido como o conjunto de processos para transformar dados em informações que auxiliem na tomada de decisão, a importância da informação cresce na medida em que o grau de complexidade das organizações aumenta, impactando os níveis operacionais e estratégicos (FERREIRA et al., 2015).

Para entender como se dá o processo de um SIG, apresenta-se a Figura 1.

Tem-se portanto que, a partir de um levantamento de dados, eles sofrem tratamento, tornando-se informações que auxiliam nas tomadas de decisões, em que, a partir destas ações, são colocadas em prática, visando atingir determinados resultados. Todos esses passos são controlados e avaliados, visto que, havendo necessidade, eles podem ser revistos e colocados novamente em prática.

Com a tempestividade informacional cada vez mais acelerada, surge a necessidade de analisar, interpretar e divulgar informações econômico-financeiras para todas as partes interessadas, onde há um cuidado maior

Figura 1: Modelo de SIG



Fonte: Oliveira (1986)

“Aprofundar o nível de entendimento sobre as causas do gap que existe entre a teoria e a prática da Informação Gerencial estabelece uma base estruturada fundamental para que os eventos econômicos sejam apresentados e representados para os membros da organização.”

com o patrimônio empresarial em detrimento dos outros grupos patrimoniais, por meio da identificação, mensuração, comunicação e decisão sobre os eventos econômicos. A controladoria, portanto, pode ser entendida como a ciência contábil evoluída.

2.3 Controladoria

O aumento da complexidade no gerenciamento das empresas tem ocasionado maior demanda por controles de gestão eficientes. Assim, o objetivo da controladoria é auxiliar no controle das atividades da empresa, monitorando permanentemente todas as etapas do processo de gerenciamento.

Na percepção de Lay, Santos e Silva (2017, p. 23)

“O processo de globalização e a evolução tecnológica têm gerado um cenário cada vez mais competitivo para as organizações, como também tem exigido que os profissionais de contabilidade adotem posturas cada vez mais ágeis e responsáveis na busca da eficiência e eficácia do processo de tomada de decisão”.

A concorrência acirrada pode trazer riscos e incertezas, sendo necessária a utilização de ferramentas que aperfeiçoem o processo decisório, o que influencia diretamente o desempenho da empresa. A controladoria é responsável por acompanhar informações operacionais, financeiras e contábeis de uma organização, sendo os indicadores de controle ferramentas que auxiliam neste propósito (OLIVEIRA, PEREZ JUNIOR E SILVA, 2013). Neste sentido Silva et

al. (2017, p. 126) entendem que “É papel da controladoria, auxiliar a gestão da empresa na busca desse resultado pelo acompanhamento e controle das informações necessárias para tomada de decisão”.

Analisar indicadores de controle pode contribuir para tomada de decisões mais seguras, por isso se baseiam em fatos e dados que possibilitam planejar ações preventivas conseguindo minimizar as incertezas, assim, é função da controladoria o acompanhamento de todas as informações, objetivando elaborar um sistema de planejamento e controle para projetar e simular resultados operacionais, econômicos e financeiros da organização. Albuquerque et al. (2013, p. 125) entendem que “a Controladoria representa uma evolução da Contabilidade no que diz respeito ao acesso e demanda por informações úteis ao processo decisório e a avaliação dos resultados das empresas”.

Ainda neste contexto de conceitualização, Lay, Santos e Silva (2017, p. 23) entendem a controladoria como “um ramo do conhecimento que contempla a unidade gestora das organizações”.

O profissional responsável pela controladoria nas organizações é denominado *controller*. Neste sentido, Albuquerque et al. (2013, p. 124) asseveram que “Os profissionais que atuam exercendo atividades de Controladoria precisam de diversas habilidades, no sentido de se alcançar os resultados desejados pelos gestores”.

Neste viés tem-se que as medidas financeiras indicam se as estra-

tégias implementadas pela empresa estão contribuindo para a otimização dos resultados (OLIVEIRA, PEREZ JUNIOR E SILVA, 2013), visto que a tomada de decisão nas empresas, independentemente do seu porte, implica diretamente custos, perdas, gastos e ganhos, portanto toda decisão pode ser considerada uma decisão financeira.

Portanto, a controladoria utilizada como estratégia pode estar voltada, por exemplo, para o departamento de compras, setor considerado crucial na grande maioria das organizações. Neste sentido Sousa et al. (2016, p. 43) apontam que “A controladoria e atividade de compras, conforme sua própria denominação, deve ser respondida com exclusividade pelo gestor da área de compras, que também deverá buscar com eficiência a otimização do resultado econômico de sua área de responsabilidade”.

2.4 Pesquisas Anteriores

Para melhor entender as situações relacionadas ao estudo, buscaram-se outros pesquisadores, avaliando quais foram os objetivos buscados, os resultados obtidos e o instrumento utilizado por eles em seus experimentos; a busca pela referida literatura se deu na plataforma de pesquisa “Google acadêmico”, que disponibiliza de forma aberta, qual seja domínio público; e nas pesquisas já realizadas e em sua maioria já publicadas em periódicos ou eventos das áreas, fator esse que reforça o seu teor científico. Os principais estudos relacionados ao tema estão apresentados resumidamente no Quadro 1.

Quadro 1: Pesquisas anteriores

Autor (ano)	Objetivo	Resultado	Instrumento de Pesquisa
Biancolino et al. (2013)	Avaliar qual é o papel das competências organizacionais que estão vinculadas ao universo de gestão da tecnologia SOA e dos sistemas ERPs no processo de sustentação do valor de uso destes aplicativos no cenário macroeconômico brasileiro, em sua perspectiva de pós-implementação.	O tema não só é um item primordial na formação do planejamento estratégico de TI como sua aplicação tem sido reconhecida como relevante para os resultados das empresas que adotaram esta tecnologia.	Estudo de casos múltiplos, através do qual as informações colhidas nas empresas foram analisadas em conjunto e de forma cruzada, possibilitando a identificação mais robusta das competências organizacionais e de suas respectivas aderências ao problema da pesquisa.
Eberle, Milan e Persch (2014)	Investigar e compreender o método de gerenciamento das operações e processos, as ferramentas estratégicas utilizadas para controle de custos, a influência das pessoas na execução, os métodos de gestão da produtividade e dos gargalos nos processos.	Os resultados obtidos evidenciaram a importância do desenvolvimento de melhorias nas operações dos serviços objetivando maior produtividade e qualidade no serviço prestado.	Foi realizado um estudo de caso numa franquia prestadora de serviços de limpeza e conservação.
Löbler et al. (2015)	Investigar como os gestores das organizações gaúchas percebem o impacto da Tecnologia de Informação (TI) no desempenho organizacional	Os resultados indicaram que a TI impacta no desempenho organizacional na visão dos gestores das empresas investigadas, sendo maior a influência pela qualidade do serviço prestado pela área de TI, o que destaca a importância do suporte técnico.	O estudo, do tipo descritivo, foi desenvolvido em duas etapas. Primeiramente, procedeu-se uma pesquisa quantitativa, contando com uma amostra de 212 gestores de diferentes empresas, a maioria ocupando cargos de gerência.
Hollveg, Flores, da Rosa – (2015)	Analisar a atuação dos Sistemas de Informação Integrado no gerenciamento dos processos das organizações e sua integração com a Contabilidade.	Verificaram-se as funções que mais afetam a contabilidade de acordo com o nível de integração de seus sistemas de informação, identificou-se também os estágios de integração em cada módulo da empresa, assim como a avaliação destes módulos.	Pesquisa combinada, qualitativa e quantitativa.
Junqueira et al. (2016)	Investigar o efeito das escolhas estratégicas genéricas e dos Sistemas de Controle Gerencial (SCG) no desempenho organizacional de empresas de médio e grande porte localizadas no Espírito Santo, tendo a teoria da contingência como plataforma teórica.	Empresas que combinam estratégia de diferenciação com práticas gerenciais contemporâneas possuem desempenho superior às demais empresas analisadas.	Trata-se de uma pesquisa quantitativa, com a utilização de um survey como técnica de coleta de dados. Foram validados 73 questionários, respondidos pelos responsáveis pela controladoria ou área afim dessas empresas, no período de fevereiro a abril de 2014.
Maehler et al. (2016)	Avaliar a necessidade do uso de informações contábeis gerenciais e sua contribuição no gerenciamento das empresas.	A maioria das empresas deste segmento pesquisado não faz uso de informações contábeis gerenciais no processo de tomada de decisão.	Descritiva e qualitativa, embasada na pesquisa bibliográfica e também um estudo de multicase, sendo aplicado um questionário em treze empresas do ramo de transportes de cargas perigosas.
Silva et al. (2017)	Identificar a influência do SIC como instrumento de apoio à geração de informações fidedignas pela Controladoria.	Concluiu-se que o SIC possui aspectos que o diferenciam dos demais sistemas de informação, por gerar informações em formatos compatíveis com as diretrizes contábeis, o que contribui para o aspecto da qualidade operacional da empresa, facilitando a tomada de decisão e o levantamento de informações pela Controladoria com maior agilidade, veracidade e segurança.	Trata-se de um estudo qualitativo cuja metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica e documental, por meio também de um estudo de caso em uma empresa de construção civil, buscando captar a percepção dos colaboradores acerca da utilização do SIC como ferramenta de suporte e seu papel no processamento da informação contábil na organização.

Fonte: dados da pesquisa

Buscaram-se estudos recentes que abordassem sobre o tema da presente pesquisa com o intuito de auxílio para a justificativa teórica, para a elaboração do referencial teórico e para a análise dos dados obtidos.

3. Metodologia

Neste tópico da pesquisa, abordaremos sobre as ferramentas uti-

lizadas na busca das respostas da questão problema e alcance dos objetivos propostos. Tem-se, portanto, que, no que tange aos objetivos, a presente pesquisa se classifica como descritiva.

A pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse

contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos (BEUREN et al., 2008).

O estudo descritivo tem como característica exigir que o pesquisador delimite de forma precisa as técnicas, modelos, metodologia, bem como, quais as teorias que irão orientar a coleta e a interpretação dos dados, objetivando a validação científica da pesquisa. Cabe ressaltar que, além do exposto, faz-se necessário tam-

bém delimitação da população e da amostra (BEUREN et al. 2008).

Os mesmos autores continuam afirmando que a pesquisa descritiva pode ser utilizada. Para Beuren et al. (2008 p. 81), “análise e descrição de problemas de pesquisa na área contábil podem ser questões, por exemplo, relacionadas às características próprias da profissão contábil em instrumentos contábeis utilizados na gestão das organizações”.

Quanto à abordagem, a pesquisa utiliza-se do método qualitativo, em que a utilização da expressão investigação qualitativa, segundo Silva, (2010 p.29), nos remonta ao entendimento de estratégias de investigação que partilham determinadas características tais como: as questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, porém estudam-se os fenômenos em toda a sua complexidade; a investigação, não é feita com objetivo de responder às questões prévias ou testar hipóteses; privilegia, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação.

Sobre o objetivo da pesquisa qualitativa, Amaral (2017, p. 295) aponta que “A pesquisa qualitativa parece identificar um caminho natural para a compreensão de fenômenos comportamentais que abrangem a gestão dos serviços informativos, tendo em vista os aspectos comportamentais do usuário da informação em relação às suas ações e práticas para se informar, destacando o seu papel como influen-

ciador na definição da oferta de informação para atender a sua demanda”.

O procedimento utilizado foi o estudo de caso. Esse procedimento tem o objetivo de mostrar sua aplicação; indica as vantagens e as limitações mais comuns encontradas; e destaca o papel relevante do investigador, que deverá ter cuidado com as generalizações e buscar sempre o rigor científico no tratamento da questão (VENTURA, 2007).

Para Meirinhos e Osório (2010, p.53), apesar de diferenciadas, “as características dos estudos de caso não sejam completamente coincidentes e podem sofrer alguma variação conforme as abordagens, o desenho metodológico e os aspectos a que cada autor atribui mais importância”.

Percebe-se que esse tipo de pesquisa é realizado de maneira mais intensiva em decorrência de os esforços dos pesquisadores concentrarem-se em determinado objeto de estudo. No entanto o fato de relacionar-se a um único objeto ou fenômeno constitui-se em uma limitação, uma vez que seus resultados não podem ser generalizáveis a outros objetos ou fenômenos e quando relacionado à Contabilidade, concentra maior número de pesquisas em organizações, visando à configuração, à análise e/ou à aplicação de instrumentos ou teorias contábeis (BEUREN et al. 2008).

Para coletar os dados, utilizouse como técnica de investigação a entrevista semiestruturada. Para Silva et al. (2017, p. 158), a entrevis-

ta pode ser entendida como “uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido”.

Como técnica de análise dos dados, será utilizada a análise de discurso, que, na percepção de Gondim e Fischer (2009, p. 12), propõem que “Em síntese, se a análise de discurso é a análise da fala em contexto, ela ajuda a compreender como as pessoas pensam e agem no mundo concreto”. Neste sentido temos o entendimento de Silva e Araújo (2015, p. 20) que “os estudos nessa linha de pesquisa possuem sempre um caráter qualitativo interpretativista, que estuda o objeto de investigação em seu contexto natural na tentativa de dar sentido aos fenômenos levando em conta os significados que as pessoas lhe atribuem”.

Em um primeiro momento, cada um dos gestores, dos departamentos que comporão a amostra, foram inquiridos sobre o tema da pesquisa; as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, cujos resultados serão apresentados no próximo tópico do estudo.

Há mais de 20 anos atuando como prestadora de serviços na área de limpeza e conservação, e com informações obtidas no setor de Recursos Humanos da empresa, tem-se que a empresa conta com mais de 23.000 colaboradores.

A empresa Liderança Serviços tem sua matriz situada na cidade de São José (SC), porém com filiais distribuídas em todo território bra-

“O aumento da complexidade no gerenciamento das empresas tem ocasionado maior demanda por controles de gestão eficientes. Assim, o objetivo da controladoria é auxiliar no controle das atividades da empresa, monitorando permanentemente todas as etapas do processo de gerenciamento.”

sileiro. Valores como Comprometimento, Aprendizagem, Disciplina, Eficiência e Presteza fizeram com que a empresa Liderança esteja entre as maiores 1.000 empresas do Brasil (REVISTA EXAME, 2017).

Os gerentes de seis departamentos selecionados e que por sua vez compõem a amostra da presente pesquisa são respectivamente: i) Diretoria; ii) Assessoria jurídica; iii) Departamento pessoal; iv) TI&I; v) Controladoria; e vi) Contingenciamento; tomou-se por base a atuação destacada de seus departamentos que auxiliaram em muito para que a empresa conseguisse destaque nacional.

Além de colaboradores treinados e capacitados para a realização de suas rotinas, a empresa Liderança Serviços investe continuamente em tecnologia visando facilitar os trabalhos da corporação.

Para estar mais presente junto a seus clientes, a instituição conta com a matriz na cidade de São José (SC), na grande Florianópolis, e escritórios em outros 16 estados do país, buscando assim atender a todas as necessidades e facilitando a atuação da empresa em todo o Brasil.

No campo tecnológico, a empresa possui equipamentos de última geração e sistemas de informação que integram e atendem de forma ágil a toda a organização. A área de TI busca sempre por novas soluções que facilitem o trabalho de toda a equipe, mantendo assim uma maior otimização dos processos e agilidade no atendimento às solicitações.

4. Análise dos Dados

Nesta etapa da pesquisa, serão apresentados os resultados obtidos por intermédio das entrevistas, realizadas com os diretores dos departamentos supracitados, com o intuito de verificar quais são os SIGs utilizados, bem como identificar qual o nível de entendimento apresentado pelos gestores sobre os citados SIGs.

Cabe ressaltar que todos os questionamentos foram feitos com igual teor para todos os departamentos, em que a primeira questão apresentada foi a seguinte: Seu departamento utiliza algum sistema de informação gerencial? Em caso afirmativo: qual? Qual a sua finalidade? As respostas estão representadas no Quadro 1.

O contexto das respostas dos gestores acerca do SIG utilizado apresenta-se de maneira específica para cada departamento, bem como que a utilização deles se dá de forma diferenciada em cada departamento analisado e que, não menos diferentes, as finalidades também se distinguem. Compara-se ao estudo de Hollveg, Flores, Rosa (2015. p.13), em que os autores afirmam que os resultados apontam que a “melhora do fluxo de informações das empresas se dá pelo aumento de integração dos subsistemas com a contabilidade”.

Os resultados apresentados no Quadro 1 corroboram os achados do estudo de Hollveg, Flores, Rosa (2015. p.13), que entendem que “Os Sistemas de Informação surgem como um importante aliado no gerenciamento dos processos e busca por informações apuradas, onde o empresário procura por ferramentas que estão ao seu alcance de modo a obter vantagens competitivas para impulsionar seu negócio”.

Entendida a utilização e finalidade do SIG, passou-se para a segunda questão, em que os respondentes foram assim inquiridos: Foi necessário alterar a estrutura do departamento para a implantação do SIG? As respostas estão representadas no Quadro 2.

Considerada a etapa mais crítica, a implantação depende de mudanças na cultura organizacional e da quantidade e complexidade dos módulos que serão implantados (LAUDON; LAUDON, 2010).

Quadro 1: Utilização do SIG

Departamento	Resposta
Diretoria	Sim. O sistema da Senior (Sapiens e Rubi) e o próprio sistema interno da empresa (Lidera ERP). A finalidade é gerar relatórios para acompanhar os processos da empresa.
Assessoria Jurídica	Sim. Liderajurisadm. Os departamentos da empresa cadastram as demandas para a Assessoria Jurídica dar andamento. Neste mesmo sistema incluímos informações do que fizemos e os seus resultados obtidos (todos têm acesso).
Departamento de Pessoal	Sim. Rubi* é um sistema de administração de pessoal completo, que permite o controle dos colaboradores em todos os níveis legais e gerenciais incluindo todo o departamento de pessoal e tratando desde a admissão, transporte, férias e folha de pagamento, até a rescisão contratual.
TI&I	Sim, ERP para controle e gestão.
Controladoria	Sim, <i>QlikView BI Dashboard</i> . Informações Econômicas e Financeiras
Contingenciamento	Sim. ERPs (Lidera, ERP, Sapiens e Rubi), através desses sistemas observamos os resultados gerenciais no Indicadores utilizando como base o <i>Balcend Scorecard</i> .

Fonte: dados primários da pesquisa

Quadro 2: Implantação do SIG

Departamento	Resposta
Diretoria	Não. Pois os sistemas foram implantados quase junto com a fundação da empresa, portanto já existiam quando o departamento da assessoria da direção foi criado.
Assessoria Jurídica	Não.
Departamento de Pessoal	Não.
TI&I	Não, no entanto fizemos algumas customizações em nosso SIG para se adequar às nossas necessidades.
Controladoria	Sim, atualmente existe um recurso que cuida exclusivamente da manutenção deste sistema.
Contingenciamento	Não.

Fonte: dados primários da pesquisa

Neste contexto, percebe-se que na empresa pesquisada a estrutura em sua maioria foi definida previamente, adequando-se a necessidade da companhia, integrando os departamentos da empresa com a obtenção de informações em tempo real e agilizando com isso o processo de tomada de decisão.

Outra questão que deve ser levada em consideração dentro das organizações é a manutenção do SIG atualizado. Dentro deste contexto questionou-se: Como é feita a retroalimentação dos dados no sistema? As respostas estão representadas no Quadro 3.

É possível entender que os resultados encontrados apontam para um entendimento de não haver um regramento na alimentação de dados nos sistemas de cada departamento, mas que, ao mesmo tempo, apresenta-se certa integração entre eles no que tange à utilização das informações. Vindo ao encontro do estudo de Hollveg, Flores, Rosa (2015, p.02), em que os resultados apontam para “Utilização de sistemas de informações integrados entre os departamentos da empresa, cada departamento será um subsistema abastecido de informações”.

Neste contexto é necessário que as empresas devam estar atentas ao treinamento dos seus funcionários sobre o referido sistema, visto que eles serão os responsáveis pela alimentação dos dados. O sucesso da boa utilização do sistema depende desse entendimento, visto que eles resultarão em informações que auxiliarão nas tomadas de decisões. Tem-se, portanto, que a organização e os usuários do sistema precisam estar conscientes da importância de alimentar os dados corretamente e de forma tempestiva.

Seguindo a entrevista, o próximo questionamento foi: Na sua percepção quais são as principais vantagens de se manter um SIG regularmente? As respostas estão representadas no Quadro 4.

Para ser possível um melhor entendimento da manutenção de um SIG dentro da organização, faz-se necessário o entendimento do conceito de controladoria, que na percepção de Morante e Jorge (2009, p. 1):

Para ser exercida em toda sua plenitude, a controladoria precisa ser conduzida por profissional experiente, com larga vivência em finanças empresariais e uma particular habilidade no relacionamento com os responsáveis pela gestão das diversas áreas funcionais da organização.

Agilidade e precisão nas informações é um consenso entre os respondentes, principalmente no que tange à tomada de decisões e que as informações são geradas

por meio da utilização de processos para os usuários dos SIG.

Os processos e SIGs utilizados para apoio aos gestores na manutenção de suas atividades se tornam responsáveis pelo controle econômico da entidade para que ela tenha condições de exercer sua missão. Corroborando o estudo de Junqueira et al. (2016, p.337), “para a obtenção de vantagem competitiva é necessário um ajuste entre o SIG e a estratégia organizacional”. Os autores argumentam ainda que “o SIG possui um papel proativo no processo de mudança estratégica”.

Perpassada essa etapa e entendendo que todos os gestores se utilizam de alguma forma do SIG, o próximo questionamento feito aos gestores foi: Ao adotar o SIG regu-

Quadro 3: Retroalimentação do SIG

Departamento	Resposta
Diretoria	Não é feita a alimentação dos dados por este departamento (assessoria da direção), apenas é analisado as informações geradas por outros departamentos.
Assessoria Jurídica	Sempre que o setor toma alguma ação ou recebemos resposta das nossas ações o sistema é alimentado, portanto, diariamente movimentamos o sistema.
Departamento de Pessoal	É feito pelo Depto Tecnologia da Informação da Empresa, que atualiza as versões assim que a Sênior (Sênior Sistemas é a desenvolvedora do software.) disponibiliza, que no caso não tem uma periodicidade.
TI&I	Diário, Departamento de TI é que mantém o SIG e os demais 400 usuários fazem a alimentação no SIG.
Controladoria	Em cargas noturnas diárias.
Contingenciamento	A alimentação das informações é diária. Para o Contingenciamento as informações são alimentadas pelo Operacional e Dpto pessoal, porém para o Contingenciamento consegue verificar os dados somente após o fechamento do mês.

Fonte: dados primários da pesquisa

Quadro 4: Manter um SIG regularmente

Departamento	Resposta
Diretoria	A facilidade de obter as informações e de gerenciar os processos da empresa.
Assessoria Jurídica	Agilidade nos processos em geral. Facilidade para os envolvidos tomarem ciência quanto ao que está ou não sendo feito pelo setor (AJ).
Departamento de Pessoal	Ganhamos eficiência e agilidade nos processos, integração de todas as informações em um único lugar. Oferece soluções que maximizam os resultados das principais tarefas do setor, entre elas a Administração de Pessoal, Avaliação por Competências, Cargos e Salários, Controle de Benefícios, Controle de Frequência, Medicina do Trabalho, Controle de Custos, Processos Trabalhistas, Folha de Pagamento, Recrutamento e Seleção, Convênios e Treinamento.
TI&I	Agilidade e precisão nas informações gerenciais. Alertas em anomalias no
Controladoria	Agilidade na obtenção de informações padronizadas, automação de relatórios, geração de histórico de dados, etc.
Contingenciamento	Acesso rápido as informações para tomada de decisão; Acompanhamento semanal (manual) dos indicadores mensais;

Fonte: dados primários da pesquisa

lar, houve melhorias no seu setor? Em caso afirmativo qual (is)? As respostas estão representadas no Quadro 5.

Para o sucesso de um sistema, é necessária a participação de todos os envolvidos na esquematização das informações. É imprescindível que as pessoas estejam comprometidas e isso é conseguido com a participação de técnicos e usuários para a elaboração e discussão dos procedimentos. Ao participar do processo, o funcionário fica comprometido com sua implantação, uso e sucesso. É necessário motivar por meio da sua participação na definição dos serviços.

O estudo feito por Maehler et al. (2016, p. 2) apontam que “Os relatórios gerenciais são documentos que reúnem informações, dados e análises sobre uma determinada situação da empresa. Podem ser relatórios financeiros, de produtividade ou mesmo de controle para melhoria e qualidade contínua”.

Neste sentido Carteri e Rodrigues (2011, p. 4), em seu estudo, apontam para “a retroalimentação ou *feedback* do sistema, que pode ser analisado como a reintrodução de uma saída que foi fornecida sob a formato de informação. O *feedback* tem como finalidade ajustar as informações que foram realimentadas, resultantes dos desacordos observados entre os objetivos que foram definidos e as saídas que serão produzidas”.

Dentro deste contexto, as informações geradas refletem a realidade da empresa? As respostas estão representadas no Quadro 6.

A Utilização de SIGS otimiza o fluxo de informações e facilita o acesso aos dados operacionais, favorecendo a adoção de estruturas organizacionais mais achatadas e flexíveis. Além disso, as informações tornam-se mais consistentes, possibilitando a tomada de decisão com base em dados que refletem a realidade da empresa.

Ao encontro do estudo feito por Silva et al. (2017, p.63), constatase a importância do SIG em rela-

ção à facilidade no planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão, facilidade de acesso às informações financeiras e econômicas da empresa e segurança, confiabilidade e exatidão nos relatórios oferecidos e extraídos pelos SIGS.

As informações geradas são utilizadas nas decisões diárias? Em caso afirmativo, exemplifique. As respostas estão representadas no Quadro 7.

No contexto atual as empresas precisam estar estruturadas e neste viés transformarem os dados em informações úteis para as tomadas

Quadro 5: Melhorias no setor através do SIG

Departamento	Resposta
Diretoria	Sim. Hoje conseguimos gerenciar melhor os processos, detectar os problemas de forma mais rápida, e corrigi-los. Como a empresa é de grande porte, nem iríamos conseguir fazer um gerenciamento dos processos se não tivéssemos um SIG.
Assessoria Jurídica	Sim. Controle de processos para não cair no esquecimento. Controle dos processos para obter informações sempre que necessário.
Departamento de Pessoal	Para a Empresa o reflexo da utilização do sistema Rubi* vem no aumento da competitividade através da economia de tempo, redução de custos e qualidade nos resultados.
TI&I	Sim, os indicadores são atualizados de forma instantânea e com isto podemos identificar de imediato as anomalias.
Controladoria	A agilidade na obtenção de informações complexas, padronização da informação, automação de relatórios, e a disponibilidade de informação histórica.
Contingenciamento	Sim. É perceptível a melhora nas entregas e nos processos do setor, também identificamos gargalos e rupturas, onde atuamos para melhorar as atividades (em alguns casos automatizando) com isso conseguimos reduzir alguns prazos (envio dos pedidos ao cliente e recebimento do mesmo).

Fonte: dados primários da pesquisa

Quadro 6: Realidade da empresa

Departamento	Resposta
Diretoria	Sim. O SIG, são informações sempre atualizadas, confiáveis e precisas.
Assessoria Jurídica	Sim.
Departamento de Pessoal	Sim.
TI&I	Sim, os dados são gerados conforme alimentação dos dados e validados de forma automática pelas regras pré-configuradas pelas gestões.
Controladoria	Totalmente, os dados carregados no BI são extraídos dos sistemas oficiais da organização, sem manipulações.
Contingenciamento	Sim.

Fonte: dados primários da pesquisa

Quadro 7: Tomada de decisões

Departamento	Resposta
Diretoria	Sim. Utilizamos diversos relatórios para o controle e definições da diretoria. Como por exemplo, geramos diariamente o relatório de Volantes (Reservas Técnicas) para saber quanto gastamos com reserva técnica e através dessa informação percebemos se precisamos diminuir o número de volantes, ou não.
Assessoria Jurídica	As informações inseridas no sistema decorrem de decisões diárias. Não o contrário.
Departamento de Pessoal	Sim. No gerenciamento dos custos administrativos e operacionais, principalmente nas tomadas de decisões efetuadas pelas Gerencias e Presidência.
TI&I	Sim, nossa empresa conta com um sistema avançado de indicadores e alertas diários através de e-mails RMS (Report Manager System)
Controladoria	Todas as informações relacionadas ao resultado gerado pelos contratos são disponibilizadas a partir do BI, com isso são utilizadas na tomada de decisão do rumo do negócio diariamente.
Contingenciamento	Sim. O setor de Contingenciamento controla todas as atividades de forma a atender o esperado pela empresa. Também trabalhamos com vários RMS que nos apontam as demandas que devemos atender, tudo amarrado aos Indicadores do setor e da empresa.

Fonte: dados primários da pesquisa

de decisões. Neste sentido para Armelin, Silva e Colucci (2016, p. 24)

A organização de dados é uma das atividades mais importantes de uma organização. O bom gerenciamento de um banco de dados é determinante para melhorar a eficiência dos processos – incluindo o de tomada de decisão – pelo fato de tornar mais ágil o acesso à informação.

Assim a informação correta e no momento certo vem auxiliando sobremaneira aos gestores. Assim, Armelin, Silva e Colucci (2016, p. 27) entendem que as organizações visualizaram a aquisição de conhecimento: “A partir do momento em que as empresas perceberam a importância estratégica da boa administração do conhecimento gerado dentro delas, apareceram os sistemas de gestão de conhecimento, desenvolvidos para dar suporte à criação, coleta, organização e disseminação desses conhecimentos”.

Os relatórios gerenciais são documentos que reúnem informações, dados e análises sobre uma determinada situação da empresa. Podem ser relatórios financeiros, de produtividade ou mesmo de controle para melhoria e qualidade contínua. Esses documentos são grandes auxiliares na tomada de decisões sobre a empresa e servem como base para o aprimoramento constante do negócio, mais uma vez comparado ao estudo de (MAEHLER et al., 2016).

5. Considerações Finais

O estudo teve como objetivo compreender como gestores utilizam-se do sistema de informações gerenciais na organização, assim como: identificar qual sistema utilizado por cada gestor, verificar a eficácia da tomada de decisões e

avaliar como os gestores se utilizam delas, partindo-se dos relatos dos gestores dos principais departamentos da organização.

Tem-se, portanto como principais resultados que o SIG utilizado pela organização atende às demandas dos gestores, visto que na sua percepção o referido SIG é utilizado de forma diferenciada para as mais diversas finalidades, em que os gestores apontaram ainda para os sistemas propriamente ditos que são utilizados, quais sejam: *Sapiens*, *Rubi*, *Lidera ERP*, *Liderajurisadm*, *QlikView* e *BI Dashboard*.

De maneira unânime, os gestores afirmam que não se fizeram necessárias alterações estruturais para implantação do sistema, o que facilita a sua utilização.

No que tange à retroalimentação, o destaque a ser apresentado reside no fato de que a mesma se dá diariamente, para tanto os responsáveis são treinados para entender a importância do trabalho por eles realizada.

Os respondentes entendem que a manutenção do sistema se apresenta como de suma importância para a geração de informações tempestivas e fidedignas, com isso as melhorias são visíveis, visto que as decisões são tomadas com maior precisão, mitigando o risco de erro.

Novamente, de forma unânime, os gestores afirmam que as informações geradas pelo SIG refletem a verdadeira situação que a empresa se encontra em um determinado momento.

Reitera-se também que o acesso rápido às informações facilitam as tomadas de decisões, em que todos os respondentes asseveram que as informações geradas são utilizadas nas tomadas de decisões de maneiras diferentes, mas com o mesmo intuito, qual seja, entender o quanto se gasta com reserva técnica, possibilitando o aumento

ou a diminuição dos custos associados a essa ação; gerenciamento dos custos administrativos e operacionais; avaliação dos resultados para dar direcionamento às próximas providências de manutenção do que está dando certo; e ajustes necessários ao que não está dando tão certo e controlando as atividades desenvolvidas, analisando se elas estão atendendo o que foi estabelecido previamente.

Neste contexto, o estudo proporcionou compreensão das formas com que os gestores dos diversos departamentos de uma empresa prestadora de serviços entendem e se utilizam de um SIG. Logo, compreende-se como a empresa pode melhorar cada vez mais seu modelo de gestão para que garanta estabilidade organizacional, proporcionando crescimento constante.

Como limitação da presente pesquisa, tem-se que nem todos os departamentos da empresa participaram da amostra, fato esse que faz com que não se possam generalizar os achados do presente estudo.

Neste viés apresenta-se como sugestão para estudos futuros que a presente pesquisa possa ser desenvolvida sob a forma de estudo de caso, buscando relacionar o SIG das empresas com as práticas de gestão como forma de aprendizagem organizacional em outras organizações de outras regiões do país, bem como de outros ramos de atividade, proporcionando assim a possibilidade de se traçar um comparativo.



6. Referências

ALBUQUERQUE, Lúcia Silva, LIMA, Aline Pereira de; RÊGO, Thaiseany de Freitas, CARVALHO, José Ribamar Marques de. Análise Bibliométrica dos Artigos Sobre Controladoria Publicados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade no Período de 2004 a 2010. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, ISSN 2318-1001, João Pessoa, v.1, n. 2, p. 123-138, jul./dez. 2013.

AMARAL, Sueli Angélica do. Abordagem metodológica qualitativa e a pesquisa brasileira sobre marketing na Ciência da Informação. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais. Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales. Volume 3*. 2017.

ARMELIN, Danylo Augusto, SILVA, Simone Cecília Pelegrini da, COLUCCI, Claudio. *Sistemas de informação gerencial*. Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.236 p.

BAIRRO, Darliene Rodrigues de. Sistema de informação contábil como ferramenta para a tomada de decisão. 2008. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel do Curso Superior de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAI, André Andrade, RAUPP, Fabiano Maury, SOUZA, Marco Aurélio Batista de, COLAUTO, Romualdo Douglas, PORTON, Rosimeri Alves de Bona. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BIANCOLINO, Cesar Augusto; SAKATA, Marici Cristine Gramacho; RICCIO, Edson Luiz; MACCARI, Emerson Antônio. Gerenciamento por Competências Como Base da Flexibilização dos Sistemas ERP no Cenário Macro Econômico Brasileiro: Estudo de Casos Múltiplos. *Revista de Sistemas e Computação*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 78-90, jan./jun. 2013.

BORGES, Gustavo da Rosa; FERNANDES, Francisco Carlos. A Contribuição do Sistema de Informação Gerencial para a Obtenção de Vantagem Competitiva. *SINERGIA*, Rio Grande, 20 (1): 29-40, 2016.

CARTERI, Gláucia Maria; RODRIGUES, Pabblo Abadia Miranda. SIG: Sistema de Informação Gerencial Como Ferramenta De Apoio As Empresas. *Interdisciplinar – Revista Eletrônica da Univar*. 2011. n.5 p.1-9.

EBERLE, Luciene; MILAN, Gabriel Sperandio; PERSCH, Leonice Link. Gerenciamento de Processos, Pessoas e Produtividade: Um Estudo de Caso Ambientado em uma Empresa de Prestadora de Serviços de Limpeza e Conservação. *Revista Global Manager* v. 14, n. 1, p. 60-73, 2014

FERREIRA, Deosio Cabral; SILVA, Roni Braz da; SILVA, Wallace Alves da; MELO, Daniel Reis Armond de; SOUZA, Waldemar Antonio da Rocha de. Avaliação do Sistema de Informações Gerenciais da Assembleia Legislativa do Amazonas. *Contabilidade, Gestão e Governança - Brasília* · v. 18 · n. 2 · p. 45-68 · mai./ago. 2015.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; FISCHER, Tânia. O Discurso, a Análise de Discurso e a Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo na Gestão Intercultural. *Cadernos Gestão Social*, Salvador, v.2, n.1, p.09-26, set./dez. 2009.

GUERREIRO, Reinaldo; FREZATTI, Fábio, CASADO, Tânia. Em Busca de um Melhor Entendimento da Contabilidade Gerencial Através da Integração de Conceitos da Psicologia, Cultura Organizacional e Teoria Institucional. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, vol. 17, Setembro, 2006, pp. 7-21.

HOLLVEG, Scheila Daiana Severo; FLORES, Jeferson de Souza; ROSA , Leandro Cantorski da. A Produção de Informações Gerenciais a Partir de Sistemas Integrados a Contabilidade. *Revista ESPACIOS*, Vol. 36, n12, 2015.

JUNQUEIRA, Emanuel; DUTRA, Eduardo Viera; ZANQUETTO FILHO, Helio; GONZAGA, Rosimeire Pimentel. Efeito das Escolhas Estratégicas e dos Sistemas de Controle Gerencial no Desempenho Organizacional. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, vol. 27, núm. 72, setembro/dezembro, 2016, pp. 334-348

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. *Sistemas de informações gerenciais*. 9. ed. São

Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LAY, Luís Antônio; SANTOS, Cleston Alexandre dos; SILVA, Márcia Zanievicz da. Estrutura Conceitual Básica de Controladoria nos Artigos Sobre Controladoria em Periódicos Nacionais de Contabilidade. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, v. 12, n. 1, p. 22-45, jan./abr. 2017.

LÖBLER, Mauri Leodir; VISENTINI, Monize Sâmara; BASSO, Lara Denise; TAGLIAPIETRA, Rafaela. Investigando o Impacto da Tecnologia da Informação no Desempenho Organizacional. Revista Eletrônica Sistemas & Gestão. Volume 10, Número 3, 2015, pp. 482-495.

MAEHLER, Carine; SILVA, Luciana Kulau da; COVARY, Alessandra; VIEIRA, Franciele; BRASIL, Mariana Moura; VIEIRA, Eusélia Pavaglio. A Relevância de Informações Contábeis Gerenciais na Tomada de Decisões em Transportadoras de Cargas Perigosas da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – XXIV Seminário de Iniciação Científica - 2016.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, Antônio. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. EDUSER: revista de educação, Vol 2(2), 2010.

MONACO, Kristen; REDMON, Brydey. Does contracting with owner operators lead to worse safety outcomes for US motor carriers? Evidence from the Motor Carrier Management Information System. Accident Analysis & Prevention, v. 45, p. 654-659, 2012.

MORANTE, Antonio Salvador; JORGE, Fauzi Timaco. Controladoria: análise financeira, planejamento e controle orçamentário. São Paulo: Atlas, 2009.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra; RAMOS, Rosana Guedes Cordeiro; PRADO, Hércules Antônio do. Mapeamento de informações organizacionais: um estudo na Embrapa. TransInformação, v. 22, n. 2, p. 101-110, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização & Métodos - Uma abordagem gerencial. 1 ed. São Paulo. Atlas. 1986

OLIVEIRA, Luis Martins de; PEREZ JÚNIOR, Jose Hernandes. Contabilidade de Custos para não contadores. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JUNIOR, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. Controladoria estratégica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PEREIRA, Fábio Tibúrcio Bonifácio. Governança de TI: Gerenciamento dos Serviços de TI nas Organizações. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR Curitiba - Paraná – Brasil - n.16, p. 1-10, 2016.

PINTO, Alinde de Vargas. O Impacto da Adoção de Tecnologias da Informação no Desempenho Organizacional das Micro e Pequenas Empresas. Monografia. Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2016

REVISTA EXAME, São Paulo, edição 1147, ano 50. 11 out. de 2017.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. Metodologia da Pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Cristiano Moreira; SILVA, José Ronaldo da; PEREIRA, Víctor Hugo; SILVA, Davson Mansur Irffi. A Influência do Sistema de Informação Contábil como Instrumento de Apoio à Geração de Informações Fidedignas pela Controladoria: Um Estudo de Caso. SINERGIA, Rio Grande, 21 (1): 53-66, 2017.

SILVA, Jonathan Chasko da; ARAÚJO, Alcemar Dionet de. A Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso. Grau Zero - Revista de Crítica Cultural, v. 5, n. 1, 2017.

SILVA, Humberto Caetano Cardoso da; ARAÚJO, Marcus Augusto Vasconcelos; PRIMO, Marcos André Mendes. Antecedentes da Retenção de Clientes Pós-Falha e Recuperação de Serviços de Tecnologia da Informação em Ambientes Business-to-Business. Revista de Gestão e Projetos – GeP Vol. 6, N. 3. Setembro/Dezembro. 2015.

SOUSA, Adail José de; NOBRE, Fábio Chaves; PADOVEZE, Clóvis Luís; CALIL, José Francisco. Controladoria na Gestão de Compras como Estratégia na Busca da Eficiência e Otimização do Resultado Econômico. Management Control Review, v. 1, n. 1, 2016.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Rev SOCERJ. 2007;20(5):383-386 setembro/outubro
